

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas**

**Pedro Abder Nunes Raim Ramos**

**O IMPERIALISMO EM GEORGE ORWELL: uma análise do pensamento orwelliano  
acerca do imperialismo britânico no século XX.**

**Diamantina, Minas Gerais - Brasil**

**2019**

**Pedro Abder Nunes Raim Ramos**

**O IMPERIALISMO EM GEORGE ORWELL: uma análise do pensamento orwelliano  
acerca do imperialismo britânico no século XX.**

**Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.**

**Linha de Pesquisa: Política, Cultura e Sociedade.  
Orientador: Dr. André Luís Lopes Borges de Mattos**

**Diamantina, Minas Gerais - Brasil  
2019**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R175i

Ramos, Pedro Abder Nunes Raim

O imperialismo em George Orwell: uma análise do pensamento orwelliano acerca do imperialismo britânico no século XX / Pedro Abder Nunes Raim Ramos, 2019.

152 p.

Orientador: André Luís Lopes Borges de Mattos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. George Orwell. 2. Imperialismo. 3. Nacionalismo. 4. Intelectuais. 5. Colonização. I. Mattos, André Luís Lopes Borges de. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 325.3**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Nádia Santos Barbosa - CRB6/3468

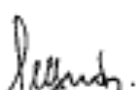
PEDRO ABDER NUNES RAIM RAMOS

**O IMPERIALISMO EM GEORGE ORWELL: uma análise do pensamento  
orwelliano acerca do imperialismo britânico no século XX.**


Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM CIÊNCIAS  
HUMANAS, nível de MESTRADO  
como parte dos requisitos para  
obtenção do título de MESTRE EM  
CIÊNCIAS HUMANAS


Orientador (a): Prof. Dr. André Luis  
Lopes Borges De Mattos

Data da aprovação : 13/09/2019

  
Prof. Dr. ANDRÉ LUIS LOPES BORGES DE MATTOS - UFVJM

  
Prof. Dr. GUSTAVO HENRIQUE RUCKERT - UFVJM

  
Prof. Dr. ROGERIO PEREIRA DE ARRUDA - UFVJM

  
Prof. Dr. CÉSAR HENRIQUE DE QUEIROZ PORTO - UNIMONTES



A minha mãe e a minha esposa pelo carinho, dedicação e compreensão.  
Aos meus alunos, pela motivação.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela graça alcançada de chegar até este momento. Agradeço ao meu Deus por proteger a minha vida e a vida da minha esposa ao sofrermos acidente na rodovia que liga os municípios de Diamantina a Montes Claros, após a realização da inscrição para concorrer a uma vaga neste Programa de Mestrado, cuja dissertação hoje encerro. Obrigado meu Deus, sem Ti nada poderia ser.

Agradeço a minha esposa, Jussara, que ao longo desses anos viveu comigo, pacientemente, em todas as etapas. Amor, sem sua companhia, compreensão, apoio, carinho e amor nada seria possível.

Agradeço à minha mãe, Ralime Nunes Raim, que não mediu esforços em me apoiar em cada tomada de decisão. Extrapolando seu papel de mãe, foi minha co-orientadora, a pessoa que escutava todas as minhas inseguranças relativas à pesquisa e me auxiliou a encontrar o caminho nos momentos em que parecia não haver mais para onde seguir. Agradeço a Deus, mais uma vez, pela graça de ter em casa uma referência de mãe, mulher, professora e pesquisadora, que me fez apaixonar pela licenciatura e pela pesquisa. Obrigado mãe!

Agradeço ao meu pai, Alfredo Ramos, que com todo seu carinho apoiou minhas decisões. Agradeço também por me fazer um ser humano político e crítico, inspirando-me a buscar cada vez mais conhecimento para que eu possa contribuir para fazer o Brasil melhor.

Agradeço aos docentes do PPCH que se dedicam à difícil tarefa de fazer ciência em nosso país, especialmente na região do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. André Borges, que aceitou a missão de me guiar na tortuosa estrada de estudar um intelectual como George Orwell. Aproveito a oportunidade para agradecer aos examinadores Prof. Dr. Gustavo Henrique Rückert, Prof. Dr. Rogério Arruda Pereira e Prof. Dr. César Henrique de Queiroz Porto pelas contribuições realizadas na qualificação e defesa.

Agradeço à cidade Diamantina, especialmente aos amigos que por lá fiz. Ao amigo de todas as horas, Jordão, sou grato pelo acolhimento, ofertado desde o primeiro dia, e pela amizade que construímos ao longo de todos esses períodos. À Madalena, que com todo carinho fez da sua casa a minha casa. Carregarei vocês comigo sempre. Espero que a nossa amizade extrapole as fronteiras e o tempo, se tornando cada vez mais forte, jamais esquecerei o que fizeram por mim.

Agradeço aos meus alunos que ao longo da minha carreira me motivaram a ser um profissional melhor. Vocês foram o combustível que sustentou toda essa árdua jornada de trabalho, estudo, escrita e estradas. Ao final desse processo sinto-me um profissional muito melhor do que fui quando o iniciei. Quero de todas as formas levar esses conhecimentos aprendidos na academia para vocês em sala de aula, contribuindo assim para uma educação mais humana, que se concentre na formação de cidadãos críticos e capazes de definirem qual o melhor caminho em suas vidas.



Ao Colégio Biomáximo, agradeço por me possibilitar trabalhar com o que me faz feliz. Ser professor foi uma escolha, e trabalhar em um dos maiores colégios de Montes Claros é um reconhecimento do sucesso do meu trabalho. Agradeço a todos os colegas pela paciência e respeito.

Ao Colégio Excelência, em Bocaiúva, agradeço por confiar em mim e entregar sob a minha responsabilidade lecionar História para todo o ensino médio, sinal de confiança em mim e em meu trabalho. Agradeço pelo respeito dos diretores e de todos os funcionários, que compreenderam as minhas dificuldades e respeitaram as minhas condições. Agradeço também por me ouvirem, buscarem minhas opiniões, e dos demais professores, assim acredito que podemos fazer uma educação diferente, efetivamente, humana.

Agradeço ao irmão Demazinho que abriu mão, por algumas vezes, da sua rotina de trabalho, viajando comigo para Diamantina. Dema, você faz parte da minha conquista. Agradeço ao casal Renato e Fran, que me acolheram inúmeras vezes nessa cidade maravilhosa. Muito obrigado!

Por fim, agradeço a todos amigos, familiares e colegas que contribuíram o para que eu possa ter chegado até aqui. A todos, o meu muito obrigado!

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o pensamento de George Orwell sobre o imperialismo britânico no século XX. Analisamos no presente trabalho os livros *Dias na Birmânia* e *O Caminho para Wigan Pier*, publicados nos anos de 1934 e 1937. Além dos livros, analisamos também os ensaios *O Enforcamento*, publicado em 1931; *Abate de um elefante* publicado em 1937; *Marrakesh* de 1939 e *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês* de 1941. A partir dessas produções objetivamos compreender sobre a dinâmica do imperialismo britânico na Europa e nas colônias britânicas. Importante suporte para as nossas análises foram os trabalhos de Edward Said (1996, 2005, 2005) além da metodologia da História dos Intelectuais e da Sociologia dos Intelectuais.

**PALAVRAS CHAVES:** George Orwell; Imperialismo; Nacionalismo; Intelectuais; Colonialismo.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to analyze George Orwell's thinking about British imperialism in the twentieth century. This essay analyzes the following books: "Burmese Days" and "The Road to Wigan Pier", published in 1934 and 1937 respectively. In addition to the books, we also analyzed the essays "A Hanging", published in 1931; "Shooting an Elephant" published in 1937; "Marrakesh" 1939 and "The Lion and the Unicorn: Socialism and the English Genius" 1941. From these productions we aim understanding the dynamics of British imperialism through Europe and its colonies. Important support for our analysis has been provided by the work of Edward Said (1996, 2005, 2005) as well as the methodology of the History of Intellectuals and the Sociology of Intellectuals.

**KEY WORDS:** George Orwell; Imperialism; Nationalism; Intellectuals; Colonialism.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.</b>	<b>13</b>
<b>1. UM DEBATE ACERCA DOS ESTUDOS EM GEORGE ORWELL, LITERATURA E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XX</b>	<b>29</b>
1.1 Um debate acerca dos estudos sobre o intelectual George Orwell dentro das Ciências Humanas no Brasil	29
1.2 Seria George Orwell um intelectual anti-imperialista?	37
1.3 Ou seria George Orwell um intelectual orientalista?	47
<b>2. A TRAJETÓRIA LITERÁRIA DE GEORGE ORWELL: UMA ANÁLISE ACERCA DO IMPERIALISMO BRITÂNICO APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ..</b>	<b>58</b>
2.1 Uma análise do pensamento de Orwell em conjunto com as teorias econômicas do Imperialismo	64
2.2 Orwell, um homem do seu tempo: um debate acerca das tensões do imperialismo no início do século XX	74
2.3 Orwell: um colonizador em oposição ao imperialismo	84
2.4 Uma análise acerca das estruturas sociais coloniais após a Primeira Grande Guerra Mundial	94
<b>3. A UTOPIA ORWELLIANA: NACIONALISMO E REVOLUÇÃO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b>	<b>109</b>
3.1 Um intelectual do seu tempo: o nacionalismo orwelliano em tempos de guerra	109
3.2 A utopia orwelliana e as contradições a respeito do imperialismo	131
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>148</b>



## INTRODUÇÃO

George Orwell e os seus livros figuram na lista das vinte obras mais comercializadas no Brasil em 2018. *A Revolução dos Bichos* aparece na 7ª posição com 17,2 mil exemplares vendidos, já “1984” encontra-se na 11ª com 12,5 mil cópias vendidas<sup>1</sup>. Em 2017, “1984” liderou o mercado literário nos Estados Unidos, após as declarações do porta voz do presidente Donald Trump, Sean Spicer<sup>2</sup>. O maior site de comércio eletrônico dos Estados Unidos - *amazon.com* -, também em 2017, classificou o livro em 1º lugar em uma lista de títulos que deveriam ser lidos antes de morrer<sup>3</sup>.

Alguns anos antes, em 2013, no dia seguinte à exposição acerca da vigilância generalizada sobre as comunicações eletrônicas pela Agência de Segurança Nacional (NSA), dos Estados Unidos, e pela Sede das Comunicações do Governo Britânico, vindas à tona pelo ex-analista da NSA, Edward Snowden e pelo jornalista Glenn Greenwald, do *The Guardian*, as vendas do romance “1984” aumentaram 6,02% em apenas vinte e quatro horas, no site *amazon.com*, conforme expõe James Bamford (2013)<sup>4</sup>, em seu artigo *They know much more than you think*, para revista *The New York Review of Books*<sup>5</sup>.

Como premissa de sua obra, não nos causa surpresa que a distopia de vigilância descrita por Orwell, marcada pelo conflito entre os superestados, as desinformações e a manipulação, expressem as nossas ansiedades contemporâneas. Os smartphones, notebooks, redes sociais e a tecnologia cibernética onipresente nos aproximam da sociedade moderna imaginada por Orwell em “1984”. Os conflitos no Oriente Médio, as dezenas de insurgências esquecidas no continente africano e sudeste asiático tornam o lema “Guerra é paz” tão apropriado quanto nos anos iniciais da Guerra Fria.

1 Segundo a reportagem < <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/05/20/1984-e-a-revolucao-dos-bichos-por-que-george-orwell-e-o-unico-classico-na-lista-de-mais-vendidos-de-ficcao-no-brasil.ghtml> > acessada em 21 de maio de 2019.

2 Ao criticar a imprensa por noticiar que a posse de Barack Obama tivera muito mais pessoas que a de Trump — com base em fotos, estimativas e comparação do uso do transporte público nas datas —, o porta-voz Sean Spicer disse que a inauguração do mandato do novo presidente fora “a maior já vista na História”. Questionada sobre as aparentes mentiras de Spicer, Kellyanne disse que estas se tratavam de “fatos alternativos”, discurso semelhante ao utilizado no livro publicado em 1949. Segundo reportagem do Jornal O Globo < <https://oglobo.globo.com/mundo/vendas-de-1984-disparam-apos-fatos-alternativos-apresentados-por-trump-20821051> > acessada em 25 de julho de 2019.

3 Segundo a reportagem < <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/05/20/1984-e-a-revolucao-dos-bichos-por-que-george-orwell-e-o-unico-classico-na-lista-de-mais-vendidos-de-ficcao-no-brasil.ghtml> > acessada em 21 de maio de 2019.

4 Jornalista e professor da Universidade da Califórnia – EUA. Reconhecido por escrever sobre os órgãos de inteligência americanos, especialmente a NSA.

5 BAMFORD, James. *They Know Much More Than You Think*.” New York Review of Books. At: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2013/aug/15/nsa-they-know-much-more-you-think/>. 2013

Assim, o interesse nos pensamentos de Orwell, em especial no que o escritor produziu acerca da política e do totalitarismo, de direita e esquerda, faz desse intelectual uma figura cultural imponente, ainda que passados quase setenta anos da sua morte. Segundo os dados expostos por Rodden e Rossi (2012), as obras “*Revolução dos Bichos*” e “*1984*” venderam 50 milhões de cópias. Rodden (2012) destaca ainda a referência cultural que se tornou Orwell, extrapolando as fronteiras da literatura e transformando-se na expressão do desconforto vivido nas sociedades modernas dos séculos XX e XXI:

O termo “orwelliano” evoca imagens de um mundo degradado onde a vigilância e a suspeita permeiam todas as relações sociais e a desinformação passa pela verdade. Em forma de adjetivo, Orwell é transformado em um universal singular “sartreano”, um indivíduo através do qual o espírito “universal” de uma época encontra expressão e de cujas experiências “singulares” o caráter da época é forjado. (RODDEN, 1989, p. 11, tradução nossa).<sup>6</sup>

O literato alcançou essa postura considerável porque a sua própria trajetória de vida ilustra mudanças vividas pelo planeta na transição dos séculos XIX e XX. Essas transformações foram significativas nas suas escolhas, em suas atitudes e na formação das suas ideias, que estabeleceram relações diretas com o contexto geopolítico vivido. Em suas obras, encontramos relatos importantes a respeito das suas experiências, além de opiniões sobre os variados fenômenos políticos e sociais vividos no século XX, como: imperialismo, nacionalismo, totalitarismo, socialismo e nazismo. As obras de Orwell contrastam com esses ideais utópicos desenvolvidos ao longo da história das sociedades capitalistas que emolduraram “um horizonte brilhante visível para todos ao redor do mundo, brilhando com promessas em certos momentos: modernidade, racionalidade, progresso, liberalismo, nacionalismo, socialismo.” (QUIJANO, 2002, p.75).

A chegada do século XX marca a ruptura com esses ideais. O alto índice de mortalidade na Primeira Guerra Mundial, os horrores cometidos pelo fascismo, nazismo e stalinismo, as promessas não realizadas de descolonização e integração, a derrota do socialismo e o triunfo do capitalismo irrestrito, e cada vez menos liberal, são fatores vividos na trajetória de Eric Artur Blair. Esse, um soldado da Polícia Imperial Britânica, que, inconformado com o sistema ao qual pertencia, transformou-se em George Orwell, um ícone socialista, literato, contraditório e complexo.

Em um primeiro momento, é importante ressaltar a relação entre o imperialismo

<sup>6</sup> The term “Orwellian” evokes images of debased world where surveillance and suspicion pervade all social relationships and misinformation passes for truth. In adjective form, Orwell is transformed into a “Sartrean ‘singular universal,’ an individual through whom the ‘universal’ spirit of an age finds expression and from whose ‘singular’ experiences the character of the age is forged” (RODDEN 1989, p.11).

britânico e a família Blair que antecede a própria existência de George Orwell, marcando gerações. No final do século XVIII, Charles Blair, bisavô de Orwell, era um senhor de escravos na Jamaica. Thomas Richard Blair, o avô, décimo filho de Charles, estava distante de herdar a fortuna da família e optou pelo serviço colonial, era sacerdote anglicano, pregou em Calcutá e Tasmânia, antes de retornar à Inglaterra em 1854. Richard Walmesley Blair, pai do futuro escritor, seguiu o mesmo caminho e ingressou no Serviço Civil Indiano, em cargo de “baixo status”, no Departamento de Ópio, onde permaneceu durante toda carreira.

No ano de 1903, nasce, então, em Motihari – Bengala, Índia, Eric Arthur Blair. Filho de Richard Blair e Ida Mabel Limouzin Blair, Orwell era o segundo filho entre as irmãs Marjorie e Avril. Era, também, neto de um francês, por parte de mãe, que cresceu na Birmânia. No primeiro ano de vida, o menino foi levado para Londres por sua família, onde viverá durante sua infância e adolescência, longe do pai, único a permanecer na colônia, por doze anos.

Durante o período da infância e juventude, Orwell estudou em escolas tradicionais na Inglaterra. Embora sua família não pudesse pagar por elas, seu desempenho acadêmico e as relações familiares lhe garantiram vaga na escola privada *St. Cyprians* e no *Eton College* (MC QUADE, 2015). Bernard Crick (1981, p.85), biógrafo do autor, afirma que essas instituições foram responsáveis por influenciar os estudantes a hábitos da elite e ao patriotismo do “*War, Empire and Kipling*”. O período de Orwell no *Eton College* foi também o período em que ocorreu a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Esses acontecimentos provocaram efeitos em todo o planeta e não foi diferente na Inglaterra ou em *Eton*, além de para o próprio jovem Blair.

Os impactos dos episódios vivenciados naquele momento conflituoso foram expostos em *O caminho para Wigan Pier*, obra que será fonte de análise no segundo capítulo. O escritor explica que sentiu a “revolta geral contra a ortodoxia e a autoridade” onde os “garotos públicos” e ele passaram a idolatrar Lênin e ridicularizar o militarismo, a religião cristã, os jogos compulsórios e até mesmo a Família Real (ORWELL, 2010). Mas apresenta ressalvas: “sem dúvidas, havia limites para esse momento de descontentamento” (ORWELL, 2010). Orwell (2010) afirma ainda que ele e seus colegas etonianos mantiveram “a perspectiva esnobe de nossa classe, nós tomamos como certo que deveríamos continuar a atrair nossos dividendos ou cair em empregos leves, mas também parecia natural para nós sermos ‘contra’ o governo.” (ORWELL, 2010, p. 138).

Em contrapartida, o promissor ensaísta não deu sequência a uma vida estudantil, seguindo para *Oxford* ou *Cambridge*, universidades tradicionais britânicas para as



quais seguiam, comumente, os alunos de *Eton* (CRICK, 1981). Em vez disso, ele acompanhou os passos do pai e se juntou à Polícia Imperial Indiana, para servir na Birmânia (atual Myanmar), em 1922. É difícil definirmos quais os fatores determinantes para tal escolha, mas um dos aspectos que podem justificá-la foi a presença de sua família materna na cidade Moulmein, na Birmânia (CRICK, 1981). Depois de cinco anos na Polícia Imperial Indiana (1922 – 1927), Eric Blair abandonou seu cargo no imperialismo britânico, após licença médica, ao tomar consciência do seu papel como colonizador. Orwell assume, expressamente, posição contrária ao imperialismo, conforme relato escrito em *O Caminho para Wigan Pier*:

Eu tinha consciência de um imenso sentimento de culpa que eu precisava expiar. Suponho que isso pareça exagerado, mas se você passa cinco anos fazendo um trabalho que desaprova por completo, provavelmente vai sentir o mesmo. Eu reduzia tudo a simples teoria de que os oprimidos têm sempre razão e os opressores estão sempre errados; uma teoria equivocada, porém resultado natural de ser eu próprio um dos opressores. Eu sentia que precisava escapar não apenas do imperialismo, mas de toda e qualquer forma de domínio do homem sobre o homem. Eu queria submergir, entrar bem no meio dos oprimidos, ser um deles e ficar do lado deles contra seus tiranos. E, sobretudo, como eu tinha que pensar em tudo isso na solidão, levava meu ódio à opressão a um grau extraordinário. Na época, o fracasso me parecia ser a única virtude. Qualquer suspeita de querer progredir, e até mesmo de “vencer” na vida a ponto de ganhar algumas centenas de libras por ano, me parecia algo espiritualmente feio, uma espécie de violência contra os inferiores. (ORWELL, 2010, p.96)

No mesmo ano em que abandona o serviço militar, o jovem Blair retorna a Londres decidido a seguir a carreira como escritor, recorrendo aos conselhos do seu antigo tutor Gow, professor na Universidade de Cambridge. Ali firmou residência até o final do ano de 1927 (CRICK, 1981). No ano seguinte, acompanhando o exemplo de Jack London, escritor que admirava, Blair se disfarçou e iniciou suas expedições em bairros operários de Londres, como Limehouse e Whitechapel (CRICK, 1981). Passou a dormir em hospedarias baratas e fazer amizades com os estivadores, camelôs, vagabundos, mendigos e sem-teto, com o objetivo de entender as formas de sobrevivência dos indigentes e andarilhos (ORWELL, 2010, p.97). Após algumas semanas, ganhou confiança e imergiu no submundo dos oprimidos. Até a primavera de 1928, viveu a experiência de ser um andarilho de verdade, uma sub-casta da classe operária inglesa. Conforme relata:

E essa é a única maneira, que eu saiba, de imergir na classe operária, ou pelo menos em uma parte dela. Passei vários dias andando ao léu na periferia norte de Londres, junto com um andarilho irlandês. (...) Aqui estava eu, em meio à “escória da escória”, bem lá embaixo, na camada mais inferior do

mundo ocidental! As barreiras de classe tinham caído, ou assim me parecia. E lá embaixo, naquele miserável e, aliás, horivelmente tedioso submundo dos mendigos, tive uma sensação de alívio, de aventura, que agora, quando olho para trás, parece absurda, mas que na época foi muito vivida. (ORWELL, 2010, p. 98)

Nesse período, conviveu com a classe operária inglesa, as vítimas simbólicas da opressão semelhante à experimentada pelos nativos da Birmânia. Em seguida, mudou-se para Paris, quando a intelectualidade europeia começava a sentir os primeiros efeitos da crise do capitalismo, em que o custo era relativamente baixo e o estilo de vida atrativo para muitos escritores (DA SILVA, 2010). Entre os anos de 1928 e 1932, seja por necessidade ou pela coleta de material literário, somados à carreira de escritor, dedicou-se a lecionar inglês, a serviços domésticos - trabalhou como lavador de pratos em um hotel de luxo - e na colheita de lúpulo. Essas experiências no submundo da mendicância em Paris, assim como as experiências junto aos mineradores de carvão na Inglaterra, renderam dois livros: *Na Pior em Paris e Londres* (1933) e *O Caminho para Wigan Pier* (1937), além de vários ensaios jornalísticos. Orwell retornou a Londres, após esse período, no qual se rendeu ao exercício de várias tarefas, incluindo lecionar em uma escola preparatória e trabalhar em uma livraria.

Contudo, podemos afirmar, categoricamente, que é em 1929 o início da trajetória literária de Eric Arthur Blair, com a publicação do ensaio em francês intitulado “Comment on exploite un peuple: l’Empire Britannique en Birmanie”<sup>7</sup>, no jornal *francês Le Progrès Civique* de Paris<sup>8</sup>. A partir de 1933, passou a empenhar-se também aos livros, assumindo o pseudônimo George Orwell. “*Na Pior em Paris e Londres*” (1933) e *Dias na Birmânia* (1934), esse último seu primeiro romance, estão diretamente relacionados a suas experiências coloniais. Seus primeiros anos de carreira como escritor são marcados por ensaios e livros embrenhados em suas experiências pessoais na construção do enredo e crítica, como podemos perceber, além dos livros citados, nos ensaios *O Enforcamento* (1931) e *Como os pobres morrem* (1946), entre outros.

Podemos verificar, em sua trajetória, que a partir de 1936, o literato se presta a publicar obras de caráter político, continuando a explorar suas experiências e seu engajamento, como no caso dos livros *O Caminho para Wigan Pier* (1937) e *Homenagem à Catalunha* (1938), assim como aos ensaios críticos *O abatimento de um elefante* (1936), *De dentro da baleia* (1940), *O Leão e o Unicórnio: O socialismo e o gênio inglês* (1941). Na segunda metade da década de 1940, atinge, enfim, a consagração literária, com sua fábula

7 “*Como se explora um povo: O Império Britânico na Birmânia*”.

8 Esse ensaio não se encontra entre as fontes analisadas. Tal fato se justifica na impossibilidade, até o momento em que se conclui essa dissertação, de acessar tal documento.

crítica *Revolução dos Bichos* (1945) e sua famosa distopia *1984* (1949).

O nome Orwell ganhou destaque como um dos principais romancistas do pós-Segunda Guerra Mundial, deixando um legado intelectual de um dos principais críticos da sociedade europeia do período entre guerras. Muito tempo após a sua morte, em 21 de janeiro de 1950, na cidade de Londres, a sua imagem está atrelada aos seus dois últimos livros ficcionais, “*Revolução dos Bichos*” e “*1984*”, publicados, respectivamente, em 1945 e 1949. A sua crítica ao totalitarismo ganhou proporção mundial, sendo apropriada e ressignificada, especialmente, durante a “guerra fria cultural” ocorrida nas décadas seguintes.

A trajetória literária de Orwell marcou, aproximadamente, vinte anos de sua existência. Parte dela destinou-se a escrever críticas acerca do imperialismo, usando da sua experiência como fonte para exposição da opressão à qual os povos nativos estavam submetidos. John Roden (2006) afirma que a influência do legado intelectual do renomado autor contribuiu para obliterar para grande parcela do público uma porção fundamental de sua obra produzida ao longo da década de 1930 e 1940.

É fundamental destacar que a sua obra se encontra inserida em um período histórico marcado pela turbulência das transformações sociais e geopolíticas, decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A política externa das potências industriais europeias levou os impérios europeus a uma guerra sem precedentes na história da humanidade. A Grande Guerra Mundial marca a ruptura de um século de progresso e racionalidade, iniciando uma era a qual ficará marcada pela ascensão de uma forma de governo abertamente anticapitalista, além da necessidade de inserção das camadas sociais marginalizadas na vida política das democracias ocidentais. Estas questões não poderão ser ignoradas por políticos e intelectuais. Nesse cenário, haverá o desenvolvimento das teorias críticas ao imperialismo, contrapondo-se a uma narrativa nacionalista, característica do apogeu da “Era dos Impérios”<sup>9</sup>. Todas essas tensões devem ser levadas em consideração quando se propõe estudar a obra de Orwell. Assim, pretendemos analisar a posição de Orwell diante do imperialismo britânico, assim como compreender como sua obra nos auxilia a entender acerca sobre a Inglaterra após a Primeira Grande Guerra Mundial, período importante para a História.

Assim, estudar um intelectual da dimensão de Orwell se torna um prazer, e ao mesmo tempo um desafio, pois muito já se escreveu a respeito das suas contribuições, da sua biografia e dos seus dilemas. Entretanto, dissertar sobre uma referência literária tão imponente encontra relevância justamente pela necessidade de se oxigenar, trazer um novo olhar para o

9 Menção ao título do livro do historiador Eric Hobsbawm (1988).

objeto, promovendo novos debates a respeito da sua produção. Cabe a nós, pesquisadores das ciências humanas, a missão de dialogarmos, abandonando os limites das respectivas fronteiras disciplinares, na busca de enxergar além das fronteiras disciplinares, numa tentativa de sanar as lacunas encontradas nos estudos, nos métodos e na própria ciência.

Para atingirmos o nosso objetivo, recorremos ao aporte teórico oferecido pela história intelectual e pela sociologia dos intelectuais. Encontramos, naquela, importantes contribuições para análises acerca do autor, das suas obras e do contexto histórico no qual está inserido, especialmente nos trabalhos de Helenice Rodrigues da Silva e François Sirinelli.

O domínio historiográfico da história dos intelectuais é um espaço fértil para o desenvolvimento de pesquisas marcadas pelo diálogo entre as ciências humanas, uma vez que se trata, na opinião de Sirinelli (2003, p.232), de um “campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. A imprecisão de limites teóricos e metodológicos determinados possibilita ao historiador da classe produtiva de pensamentos a aproximação metodológica com as ciências sociais, em especial a sociologia dos intelectuais.

Questionar as condições de possibilidade e os espaços possíveis de uma história intelectual pressupõe o distanciamento de todas as contingências capazes de nos induzir a certezas, as ideias absolutas e a posicionamentos definitivos. Domínio de investigação ainda pouco balizado e sistematizado, a história intelectual exige, por parte dos seus utilizadores a consciência dos seus limites. À espera de uma sistematização teórica e metodológica, os pesquisadores atuais oscilam entre práticas distintas (ensaios, biografias, análises de discurso, história social e política etc.). Desse modo, sob a etiqueta de história intelectual, enquadram – se diferentes tipos de análises que englobam abordagens em história social, em história cultural e em história política, áreas exploradas pela historiografia francesa atual. Os objetos podem ser distintos, mas a abordagem, em geral, privilegia essas três dimensões (cultural, social e política). (SILVA, 2002, p.26)

Silva (2002) nos apresenta, diante da ausência de uma sistematização teórica e metodológica, importantes constatações acerca da história dos grandes pensadores. Inicialmente, a historiadora expõe o caráter pluridisciplinar deste domínio historiográfico, que se encontra situado “na interseção de diferentes disciplinas (história, filosofia, sociologia)” (SILVA, 2002, p.12), fundamentando seu argumento a partir dos “dois eixos de análise que a história intelectual parece visar” (SILVA, 2002, p.12). Primeiro, o funcionamento de uma sociedade intelectual: suas práticas, estratégias, “*habitus*” (na concepção de Bourdieu); segundo, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, “modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais” (SILVA, 2002, p.12). Em síntese, a autora afirma que as pesquisas

dentro do domínio da história das produções cognitivas “deve levar em conta a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos” (SILVA, 2002, p.12).

Sobre o procedimento de análise, Silva (2002) constata a necessidade de articulações internas (discurso) e externas (“campo”, contextos, conjuntura) da obra. Silva (2002, p.12) defende que a história dos intelectuais deve considerar “a obra em relação à formação social e cultural do seu autor, ao espaço de produção e à conjuntura histórica”. Com relação à função deste domínio, Silva (2002, p.14) ratifica ainda que “a história intelectual parece ter por papel fundamental o posicionamento das ideias, situando-as em seu contexto (intelectual e histórico) de produção, possibilitando uma melhor compreensão acerca dos universos dos intelectuais”.

Sob tal ponto, é importante o destaque o qual se faz quanto aos aspectos metodológicos, ligados às análises das fontes e a diversidade de abordagens. Silva (2002) nos chama a atenção para as “biografias intelectuais” e o fato de que “nem todas se inscrevem no domínio da história intelectual”, citando, como exemplo, “aquelas que buscam enfatizar unicamente a história de uma vida como a ‘narração coerente de uma sequência significativa e orientada pelos acontecimentos’” (SILVA, 2002, p. 22 – 23). A autora defende que, para merecer essa “etiqueta”, a narração precisa estar vinculada ao espaço social preciso e a um contexto histórico determinado. Outras abordagens, segundo Silva (2002), encontram-se entre as análises hermenêuticas de discurso de texto, obras, e uma propensão à biografia e em forma de descrições de redes, filiações, instrumentos, bem como configurações de intelectuais.

Heloísa Pontes (1997) disserta que a história produtora de pensamento e cultural é, necessariamente, multidisciplinar, uma vez que o campo de estudos apresenta contornos diversos em função das teorias e metodologias das próprias disciplinas as quais a integram. Estas questões interferem nas maneiras de determinar os seus objetos, objetivos, metodologias e ferramentas cognitivas, conforme podemos inferir:

Cada historiografia nacional possui seu próprio entendimento a respeito do que seja história intelectual - o que as torna particularmente difíceis de serem "traduzidas" de um país para outro. A essas tradições nacionais sobrepõem-se clivagens de ordem política, maneiras distintas de definir o núcleo central da atividade cultural, abordagens diversas em função da especificidade do objeto analisado (ciência, arte, literatura etc.). (PONTES, 1997, p.)

Para Pontes (1997) a história intelectual e cultural apresenta contornos amplos, o que dificulta uma delimitação do que seja seu objeto de estudo. Dessa maneira, estabelece

uma sistematização “precária” em acordo com duas posturas que recortam a área: “internalista” e “externalista”. A primeira, segundo a autora, “herdeira das contribuições teóricas fornecidas pela linguística estrutural, pela semiologia e pelos debates travados no campo da história da arte” (PONTES, 1997, p. 57 – 69), visa à análise interna das obras e dos produtos culturais os quais possui compreensão a partir de questões pertinentes a sua produção. Segundo Pontes (1997), nas análises do tipo internalista, a ambiguidade e a multiplicidade de sentidos são uma abordagem para a análise de todo o problema de leitura das obras. Aliado a essa abordagem, une-se “a ideia de que as obras, o texto e os sistemas intelectuais – assim como os mitos e os quadros – também estabelecem um ‘diálogo’ entre si.” (PONTES, 1997, p.62). Conforme a autora, o grande desafio, e a contribuição, desse tipo de abordagem é reconstruir a lógica da composição interna das obras.

Sobre a perspectiva “externalista”, segundo Pontes (1997), “o foco analítico é deliberadamente posto nas condições sociais de produção das obras e não na forma e nos seus conteúdos substantivos” (PONTES, 1997, p.62). Ainda, de acordo com Pontes (1997, p.62), essa metodologia “pretende dar conta tanto do perfil sociológico dos produtores de bens culturais, intelectuais e simbólicos, de suas representações, ideologias e práticas sociais, quanto do campo particular em que estão inseridos”.

Sirinelli (2003) nos aponta para outras dificuldades nos estudos sobre os importantes colaboradores para a produção do pensamento. O historiador francês ressalta o caráter “polissêmico da noção de intelectual”, junto ao “aspecto polimorfo dos meios dos intelectuais”, como um dos fatores geradores das dificuldades para o estabelecimento de critérios de definição da palavra intelectual. Devido à complexidade dos estudos sobre os referidos produtores, ele defende que é preciso estabelecer uma definição “de geometria variável, mas baseada em invariantes”, o que desembocaria em duas interpretações do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais; a outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento (SIRINELLI, 2003, p.242). Caberá ao historiador não cair em um “falso problema de definição”, mas sim, partir da definição mais ampla e, em determinados momentos, “fechar a lente” (SIRINELLI, 2003, p.244).

Outros obstáculos levantados por Sirinelli (2003) são relativos à abundância e à amplitude de fontes:

Não importa! A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos e opiniões, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenharam um papel decisivo;

e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, como finalidades prosográficas. Aberturas conceituais e progressos do conhecimento custam esse preço, mesmo que nas últimas décadas, em certos setores da corporação historiadora, tenha sido considerado de bom – tom ridicularizar a “erudição” (SIRINELLI, 2003, p. 245).

As dificuldades apontadas por Sirinelli (2003) são comuns a todos os estudiosos dos intelectuais, independente da ciência em que se desenvolvem tais pesquisas<sup>10</sup>. Encontramos na Sociologia dos Intelectuais análises semelhantes, que apontam para a dificuldade de se trabalhar neste posto. Antonio Candido (1999) expõe algumas críticas aos estudos da relação entre a obra e o seu condicionamento social, afirmando que esses estudos procuravam:

Mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão. (CANDIDO, 1999, p. 13 -14)

Dessa maneira, o sociólogo nos apontou para uma trilha metodológica a seguir dentro da abordagem da sociologia da literatura e a sociologia dos intelectuais.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (...) é preciso estabelecer uma distinção de disciplinas, lembrando que o tratamento externo dos fatores externos pode ser legítimo quando se trata de sociologia da literatura, pois esta não propõe a questão do valor da obra, e pode interessar-se, justamente, por tudo que é condicionamento. Cabe-lhe, por exemplo, pesquisar a voga de um livro, a preferência estatística por um gênero, o gosto das classes, a origem social dos autores, a relação entre as obras e as idéias, a influência da organização social, econômica e política

<sup>10</sup> Exemplo disso nos foi possível observar nos estudos do antropólogo André Mattos (2007, p.6), que em sua tese sobre a trajetória de Darcy Ribeiro expôs dificuldade semelhante, porém não apenas pelo fato de haver muitas fontes documentais acerca dos grandes intelectuais, mas também por existir e muitos estudos em diferentes campos acadêmicos sobre o intelectual. Diante da dificuldade do excesso de fontes e informações, Mattos (2007) aponta a necessidade de circunscrever o “objeto” analisando-o dentro de uma “trajetória ainda não analisada”, encontrando uma “lacuna” para as ciências sociais e, neste caso, para os estudos dos intelectuais.

etc. É uma disciplina de cunho científico, sem a orientação estética necessariamente assumida pela crítica. (CANDIDO, 1999, p. 14)

Candido (1999, p.18) realiza uma breve explicação a respeito do que chama de “modalidades mais comuns de estudos de tipo sociológico em literatura”, mostrando os critérios “mais ou menos tradicionais” e demonstrando o diálogo entre a sociologia, a história e a crítica do conteúdo. O autor, elencando em seis tipos de estudos, tece breves comentários demonstrando a variedade e a legitimidade de cada um enquanto teoria e história sociológica da literatura, ou como sociologia da literatura. Nesses estudos de Candido (1999, p.20), chama-nos à atenção o quarto e o quinto tipo, nos quais ele propõe investigar, respectivamente, “a posição e a função social do escritor, em que procura relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade”, além de “investigar a função política das obras e dos autores”. Em comum a todas as modalidades de estudos de tipo sociológico, encontra-se o “deslocamento de interesses da obra para os elementos sociais que formam a sua matéria, para as circunstâncias do meio que influíam na sua elaboração, ou para a sua função na sociedade” (CANDIDO, 1999, p. 21).

Assim como constatamos na história dos intelectuais, a sua sociologia vivencia problemas comuns à delimitação do campo de análise. No caso da sociologia, isso acarretava estudos marcados pelo “arbitrio do ponto de vista”, gerando dúvidas na aplicação das ciências sociais no estudo das artes (CANDIDO, 1999, p.27). Nesse sentido, o autor esclarece que se faz importante a tomada de cuidados, sendo o primeiro deles a delimitação dos campos, inserindo a sociologia como disciplina que “não pretende explicar o fenômeno literário ou artístico, mas apenas esclarecer alguns aspectos” (CANDIDO, 1999, p.28).

Em acréscimo, indagando sobre as possíveis influências efetivas do meio sobre a obra, Candido (1999) aponta para duas maneiras: estudar em que medida a arte é expressão da sociedade e analisar o conteúdo social da obra, geralmente com base em motivos de ordem moral ou política. Candido defende que, para o sociólogo moderno:

ambas as tendências tiveram a virtude de mostrar que a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (CANDIDO, 1999, p.30)

Analogamente, Pontes (1997), ao escrever acerca dos desafios da sociologia da vida intelectual, nos mostrou por meio das análises de vários autores clássicos (Geertz,



Schorske, Elias, Lepenies, Bordieu, Willians e Ringer) que o mundo dos intelectuais não se esgota nos livros ou nas teorias e polêmicas sustentadas por eles. Mas sim, que o universo desses pensadores é modelado também por condicionantes sociais e culturais mais amplos, estando sujeitos aos imperativos de ordem social, “na medida em que faz do ‘livre pensar’ sobre os mundos que o circundam a sua marca distintiva. Possui, no entanto, espessura, estrutura e lógica particulares” (PONTES, 1997, p. 64). Essas dimensões, de acordo com a autora, tendem a situar-se fora da consciência dos agentes empíricos que estão envolvidos e modelados por elas (PONTES, 1997).

Nessa lógica, faz-se importante a abordagem realizada por Edward Said (1996, 2005), o qual, na construção da sua teoria, apresenta-nos análises acerca do papel da literatura no imperialismo, e vice e versa. Especialmente, Said (1996, 2005) explora o papel dos romances na construção do nacionalismo britânico que reiterava a importância do “fardo do homem branco” junto ao progresso e à civilização de povos considerados inferiores.

A partir desses embasamentos, na presente dissertação, buscaremos compreender o imperialismo por intermédio da escrita de George Orwell. Procuraremos analisar, especialmente, a abordagem do autor a respeito do imperialismo após a Primeira Guerra Mundial, tendo como fonte os livros *Dias na Birmânia*, publicado pela primeira vez em 1934, e *O Caminho para Wigan Pier*, publicado em 1937, além seus ensaios *O Enforcamento* escrito em 1931, *O Abate de um elefante* de 1936 e o *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e gênio inglês*, escrito e publicado em 1941.

É crucial salientar que Jacinta Maria Matos (2006) nos apontou a lacuna existente em torno de estudos sobre as obras de George Orwell escritas durante o imperialismo britânico, destacando a ênfase da crítica em torno da produção romanesca do autor, que se concentra principalmente em “*Revolução dos Bichos*” e “*1984*”. Dotada de uma postura crítica mediante os seus comentadores, a autora nos alerta que “limitar uma análise do pensamento orwelliano sobre o imperialismo apenas ao romance (e quando muito a sucintas análises dos dois ensaios) produzirá uma visão distorcida e truncada da posição do autor sobre o problema” (MATOS, 2006, p.17). Ao realizarmos a seleção das fontes que serão objeto de análise desta pesquisa, estamos cientes da crítica apontada por Matos.

No primeiro capítulo, intitulado de “Um debate acerca dos estudos em George Orwell, literatura e imperialismo no século XX”, discorreremos sobre os desafios enfrentados ao se analisar a obra de grandes intelectuais. Uma das objeções apontadas no capítulo se encontra no volume de estudos realizados acerca do intelectual, o que nos demonstrou a importância de circunscrevermos a nossa análise em um recorte temático e temporal.

Concentramos nossos esforços em realizar um levantamento dos trabalhos desenvolvidos no Brasil, já que, apesar do número grande de pesquisas desenvolvidas sobre o escritor<sup>11</sup>, existe uma escassez nos estudos em relação ao imperialismo tal como o tema se apresenta nas obras do autor.

Nesse sentido, buscamos analisar os trabalhos que possuem afinidades por área de concentração do nosso estudo, as Ciências Humanas. Realizamos um levantamento junto da fortuna crítica, no qual buscamos verificar quais são os livros/ensaios analisados pelos cientistas brasileiros dentro da obra do autor, com a tentativa de explorar em que medida a questão do imperialismo é analisada nas abordagens realizadas até o momento em que escrevemos essa dissertação. Esse exercício é valioso para os nossos estudos, uma vez que esse exame da fortuna crítica nos auxiliou na determinação do ponto de partida da nossa pesquisa: o pensamento acerca do imperialismo em George Orwell.

Na bibliografia crítica escrita sobre o autor procuramos entender qual o tratamento dado a essa fase do pensamento orwelliano. Analisamos em biografias políticas nacionais e internacionais, assim como o próprio Orwell, em seu ensaio “*Por que escrevo?*”, publicado em 1946, o tratamento dado à trajetória literária de George Orwell. Dessa forma, dispomos a problematizar a ideia de “crítico anti-imperialista”, já consolidada entre os autores analisados. Enquanto em seus comentadores e biógrafos políticos, encontramos um relativo consenso em torno da postura crítica ao imperialismo do intelectual, nos estudos culturais de Edward Said (1996, 2005), encontramos comentários que inserem Orwell junto à tradição orientalista, o que aguçou a nossa curiosidade por nos apresentar outra opinião a respeito do pensamento do autor. No livro “*O orientalismo: a invenção do Oriente pelo Ocidente*”, Said (1996) estruturou os pilares do seu pensamento fundamentando-o, conforme podemos interpretar:

O orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” e (a maior parte do tempo) “o Ocidente”. Desse modo, uma enorme massa de escritores, entre os quais estão poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, aceitou a distinção básica entre Oriente e Ocidente como ponto de partida para elaboradas teorias, épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, dos seus povos, costumes, “mente”, destino e assim por diante. *Este* orientalismo pode acomodar Ésquilo, digamos, e Victor Hugo, Dante, Karl Marx. (SAID, 1996, p. 14 - 15)

11 Segundo o nosso levantamento, atualizado em 01 de junho de 2019, junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao todo, no Brasil, foram realizados cinquenta e três estudos em que a obra de Orwell foi analisada, entre dissertações e teses. A grande concentração das pesquisas se encontra na área das Letras, especialmente nos estudos literários, havendo estudos em outras áreas das Ciências Humanas como Artes, Sociologia e História (CAPES, 2019).

Todos os problemas levantados ao longo desse capítulo foram importantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa em relação às fontes, na busca de realizarmos uma melhor análise acerca das obras de Orwell.

No segundo capítulo, intitulado de “A trajetória literária de George Orwell: um estudo acerca do imperialismo britânico após a Primeira Guerra Mundial”, realizaremos uma análise conjunta das obras de Orwell que exploram a sua experiência enquanto soldado na Birmânia. Verificamos, conjuntamente, o romance *Dias na Birmânia*, o livro *O Caminho para Wigan Pier* e os ensaios *O enforcamento* e *O abate de um elefante* na busca por compreender a presença nas obras e na trajetória do autor do contexto do Império Britânico após a Grande Guerra Mundial.

Nas observações do historiador Eric Hobsbawm (1988) em “*A Era dos Impérios*”, relativas ao período selecionado, verificamos as tensões na sociedade britânica, presentes das décadas finais do século XIX e acentuadas após a Grande Guerra Mundial. Nas análises de Antônio Gramsci (1987), com relação ao Estado burguês moderno, interpretamos o comportamento nacionalista de setores da sociedade civil, dentro da perspectiva de “Estado ampliado”, conceituada pelo autor. A educação, conforme exploraremos na obra e na trajetória intelectual de Orwell, será um dos instrumentos de mediação entre os vários componentes da sociedade capitalista em defesa da manutenção da política imperialista adotada pela Grã-Bretanha (GRAMSCI, 1987).

Assim, por meio da análise da obra de Orwell, observamos questões pertinentes ao imperialismo no período entre guerras. Primeiramente, referências ligadas à sua formação, e trajetória, as quais nos fizeram estudar as ideologias nacionalistas, como um dos fatores responsáveis por arregimentar jovens que sustentarão as bases do Império por décadas. Em contrapartida, a obra de Orwell nos levou a analisar as teorias do imperialismo, surgidas no século XX, uma vez que, especialmente no romance, encontram-se elementos os quais se aproximam das discussões desenvolvidas por esses teóricos.

Desde o romance, passando pelos ensaios e chegando à análise sociológica, Orwell escreveu questões pertinentes ao universo colonial. Mediante a sua obra, conseguimos nos aproximar da dinâmica interna da colônia, suas relações de poder, assim como os comportamentos dos ingleses com os nativos, fatores que auxiliam na compreensão das estruturas do imperialismo britânico no início do século XX. Nesse aspecto, encontra-se um dos objetivos que sustentam a nossa dissertação.

No terceiro capítulo, denominado de “A utopia orwelliana: nacionalismo e revolução na Segunda Guerra Mundial”, dedicar-nos-emos aos estudos dos ensaios *Marrakesh* e *O Leão e o Unicórnio: O socialismo e o gênio inglês*, publicados, respectivamente, no ano de 1939 e 1941. O motivo para analisarmos de maneira isolada esses textos é justificado, entre outros fatores, por seu período histórico. Esses ensaios foram escritos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Esse aspecto é destacado por Orwell (2008b, p.75) logo nas primeiras linhas: “Enquanto escrevo, seres humanos civilizadíssimos sobrevoam-me tentando matar-me”, afirma o autor.

Além do fator temporal, nessa produção, podemos acessar uma fase mais madura do pensamento do intelectual sobre o imperialismo britânico. Conforme analisamos no segundo capítulo, a Primeira Guerra Mundial foi um divisor para o século XX, sendo responsável por inúmeras consequências para a sociedade europeia. Nesse sentido, Orwell realiza uma reflexão acerca da Inglaterra no século XX, especialmente, após a ascensão de governos totalitários, explorando o nacionalismo britânico como oportunidade para se levantar uma revolução socialista para a Inglaterra. Logo, observa-se, no segundo capítulo, que as produções de Orwell foram escritas e publicadas em um contexto em que se fortaleciam questionamentos contrários ao nacionalismo do Império, e isso impactava no imperialismo.

O texto *O Leão e o Unicórnio* traz consigo um forte sentimento nacionalista em defesa da Inglaterra que se encontrava em meio a uma nova guerra. Dessa forma, sua percepção acerca do Império se faz diferente dos anos anteriores, conforme analisaremos. Esse ensaio carrega uma característica de manifesto, no qual Orwell ansiava pelo despertar revolucionário na Grã-Bretanha, o que o fez idealizar a ascensão do socialismo no Império.

Neste contexto em que vislumbra o futuro do Império Britânico, poderemos verificar, mais uma vez, seu pensamento a respeito do imperialismo, permitindo-nos estabelecer um debate entre os dois períodos da trajetória intelectual de Orwell: a década de 1930 e 1940. Destarte, recorreremos a outra contribuição do autor, *Marrackesh*, escrita e publicada em 1939. Assim, pretendemos estabelecer a discussão de maneira mais fundamentada, podendo se observar, mais nitidamente, as mudanças no pensamento do escritor sobre o tema imperialismo.

Portanto, estabelecemos, a partir da trajetória de Orwell, análises sobre o papel do intelectual na sociedade. Temos ciência de que a produção científica sobre o intelectual é vasta, tendo como referência nomes clássicos – como importante contribuição as ideias de Edward Said (2005a). Esse nos trouxe análises sobre os intelectuais que foram capazes de nos

auxiliar a compreender as nuances do pensamento de Orwell no período entre guerras. Identificamos, na fortuna crítica, conforme analisado no primeiro capítulo, uma lacuna nos estudos sobre o pensamento de Orwell sobre o imperialismo e acreditamos que a nossa contribuição se encontra em ajudar a preenchê-la, estudando um intelectual que, acima de tudo, pertence ao seu tempo.

## 1. UM DEBATE ACERCA DOS ESTUDOS EM GEORGE ORWELL E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XX

### 1.1. Um debate acerca dos estudos sobre o intelectual George Orwell dentro das Ciências Humanas no Brasil

Desde o ano de 1989, são realizados estudos, em âmbito acadêmico, a respeito da obra do intelectual George Orwell no Brasil.<sup>12</sup> Contudo, apesar das três décadas que separam o nosso trabalho daquele considerado pioneiro<sup>13</sup>, a bibliografia crítica sobre a figura e a produção do autor em nosso país continua escassa. Neste capítulo, buscaremos discorrer sobre parte das leituras já realizadas, no Brasil e no exterior, sobre a obra de Orwell.

Da Silva (2010) procurou, em certa parte, justificar a inércia crítica da academia brasileira em relação à produção de George Orwell, nos últimos anos, a partir do mercado editorial brasileiro. A entrada da obra orwelliana no Brasil foi tardia, sendo “1984”<sup>14</sup> o primeiro livro do autor publicado no Brasil, no ano de 1954. Tal informação ilustra a dimensão do último romance produzido pelo intelectual, que, associado ao contexto geopolítico do período, foi extremante difundido nos países ocidentais. A partir da distopia orwelliana, o mercado editorial brasileiro se interessou pelos demais livros do intelectual anglo-indiano, e passou a publicar os outros livros traduzidos para a língua portuguesa. Todavia, o interesse das editoras nacionais se concentrou, até os anos 2000, em poucas produções do literato, apresentando nenhum interesse pela obra ensaística que Orwell desenvolveu<sup>15</sup>.

O mesmo problema é encontrado quando se refere à publicação de traduções brasileiras de livros estrangeiros que tratam de maneira crítica a produção do autor. Em português, encontramos somente a tradução do livro de Christopher Hitchens, “*A vitória de Orwell*”, publicado em 2010. Editado no Brasil, existe apenas um único trabalho crítico sobre

12 Realizamos um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES usando como palavra chave George Orwell. Assim atingimos essa informação de que a primeira pesquisa sobre o autor registrada foi do ano de 1989.

13 OLIVEIRA, Monica Montenegro. **George Orwell's use of clichês in animal farm**. 01/07/1989 188f. Mestrado em Letras Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa.

14 Publicado pela Editora Companhia Nacional da cidade de São Paulo.

15 Exceção para o ensaio “*Looking back on the Spanish war*”, que foi traduzido como “Recordando a Guerra Civil Espanhola” e foi publicado conjuntamente com “*Lutando na Espanha*” (*Homenage to Catalonia*) no ano de 1967.

o intelectual: “*George Orwell: A busca da decência*”, escrita pelo jornalista Ricardo Bonalume Neto, publicada no ano de 1984. Em seu trabalho, o jornalista demonstrou quão pouco era conhecida a obra de Orwell entre os leitores brasileiros, o qual ficava restrito apenas aos romances de maior sucesso, aqueles que o vinculavam ao imaginário ocidental de “propagandista anticomunista”:

George Orwell escreveu, em 1939, uma crítica a uma biografia do romancista francês Sthendhal. Este estaria como escritor em uma posição peculiar, “porque todo mundo leu dois de seus livros e ninguém, exceto um pequeno círculo de admiradores, leu qualquer um dos outros”. Orwell nunca poderia imaginar que esta mesma ideia se encaixaria como uma luva para descrevê-lo, principalmente em termos de Brasil. Quem já ouviu falar deste escritor inglês o associa automaticamente com o pesadelo de *1984* ou com a fábula política de *A Revolução dos Bichos* (*Animal Farm*). Alguns talvez saibam que George Orwell era o pseudônimo de Eric Arthur Blair, mas praticamente todos imaginam que ele, apesar dos méritos literários dessas duas obras, não passava de um propagandista da guerra fria. (BONALUME, 1984, p. 7)

Na última década, observa-se maior presença de estudos acadêmicos sobre as obras e a figura de Orwell. A maior parte das pesquisas em ciências humanas se dedicou a analisar as produções literárias do autor, havendo uma maior concentração de estudos em relação aos livros “*1984*” e “*Homenagem à Catalunha*”<sup>16</sup> (CAPES, 2019). Os demais trabalhos se prestaram a analisar parte dos ensaios do autor e uma coletânea de cartas, escritas por Orwell, reunidas no livro “*Uma vida em cartas*”. A concentração de trabalhos em torno da crítica aos regimes totalitários nos levou a analisar a obra do intelectual por outros ângulos. Ao acessar outras produções, atingimos várias camadas do seu pensamento, chamando-nos a atenção questões relativas ao imperialismo, discussão recorrente nas primeiras produções do autor, e que perpassa por toda sua obra. A partir do momento que circunscrevemos o nosso tema, delimitamos, na fortuna crítica, a nossa análise aos estudos que levantaram questões quanto ao imperialismo na obra Orwell. Esse exercício metodológico nos permitiu acessar trabalhos, mesmo que poucos, que deixaram trilhas para serem seguidas, como iremos expor a seguir.

Da Silva (2010) analisou o “universo não-ficcional” da obra de Orwell com o objetivo de compreender a relação do autor com a memória e a história, concentrando-se em

16 Ao todo, de 1989 a 2018, segundo levantamento realizado no Catálogo de teses e dissertações da Capes, atualizado na data de 01 de junho de 2019, foram desenvolvidos nas áreas da História e Sociologia, dez trabalhos, entre teses e dissertações. Desses trabalhos cinco analisam o livro “*1984*”, três analisam o livro “*Homenagem à Catalunha*”, um a biografia de Orwell e um analisa as cartas trocadas entre o autor e os intelectuais americanos, documentos compilados no livro “*Uma vida em cartas*”.

textos posteriores ao ano de 1937<sup>17</sup>. Em parte desses estudos, ocupou-se em debater a crítica orwelliana ao colonialismo e à tradição vitoriana. Para Da Silva (2010), é possível argumentar que Orwell tinha uma dupla imagem das colônias: uma proposta pela tradição cultural, sob a qual foi educado, e outra relacionada às suas experiências em terras coloniais. Nesse sentido, afirma que “a imagem advinda deste duplo contexto – um intelectual/cultural outro material/empírico – tomava então, nas representações de Orwell sobre o império, seja em sua ficção, seja em seu ensaísmo, uma dimensão complexa” (DA SILVA, 2010, p.115).

O romance *Dias na Birmânia*, para Da Silva, foi um fruto desse contraste entre a origem social e intelectual, de Orwell, e a experiência real na colônia:

Já na publicação de seu primeiro romance, o *Burmese Day*, de 1934, nosso autor contrapôs o duplo universo que o colonialismo representava no imaginário europeu - entre o empírico e o imaginativo. Estruturado na forma dos grandes romances naturalistas que tinham o império como pano-de-fundo – a descrição minuciosa das paisagens, das cores, do cheiro das mulheres, dos “costumes locais” em contraste com a vida dos brancos europeus – o livro de Orwell, contudo, expunha uma característica peculiar à sua obra, já neste momento: a crítica, também minuciosa, do tipo de relações sociais produzidas pela inter-relação entre a minoria branca dominante e a maioria nativa dominada. Os efeitos disso, estão claramente marcados em seu ensaísmo dos anos posteriores. Ali principalmente, quase como uma forma de catarse, esse “duplo universo” tomaria contornos de um princípio irradiador em sua obra. (DA SILVA, 2010, p. 116)

O foco da discussão de Da Silva (2010), no que se refere à crítica literária de Orwell ao imperialismo, concentra-se no tratamento dedicado por Orwell aos grandes nomes da literatura e do pensamento social inglês nas décadas de 1930. Nesse âmbito, afirma que grande parte de crítica literária do autor está relacionada à tradição cultural imperialista. No entanto, a mesma tradição cultural que o autor critica, também é parte essencial na formação de Orwell, uma vez que o imaginário social da sua geração foi permeado pelos mesmos escritores (Conrad, Lawrence e Kipling), os quais alimentaram a imaginação expansionista do século XIX. Entre todos os autores que permeiam o imaginário vitoriano, Kipling foi o autor de maior destaque na obra de Orwell (DA SILVA, 2010).

Da Silva (2010) acreditou que uma abordagem internalista de parte da produção de Orwell ajudaria a localizar melhor os pontos específicos da crítica do autor “à tradição do pensamento social inglês, em meio a sua crítica ao imperialismo” (DA SILVA, 2010, p.118). Na busca por atingir seu objetivo, compara três ensaios escritos por Orwell na

17 Ver mais em Da Silva, 2010.



década de 1930, “*A Hanging*”<sup>18</sup>, de 1931, “*Shooting in Elephant*”<sup>19</sup>, de 1936, e *Marrakech*, de 1939. Baseando-se em Edward Said, Da Silva (2010) organiza suas análises nos desdobramentos das ideias de “fardo do homem branco” e da “missão civilizadora”, característicos do século XIX, e início do XX, nos textos de Orwell. Em sua análise sobre o ensaio *Shooting in Elephant*, depreendemos como Da Silva (2010) desenvolveu sua abordagem:

Neste texto, Orwell se mostra muito mais ligado a esta *tradição cultural* “orientalista” (da qual falara Said), do que no primeiro texto [“*A Hanging*”] (...), onde a ruptura com esta mesma tradição nos parece muito mais clara. Ao “assumir” as “responsabilidades” que sua “posição de homem-branco” lhe impinge, quase que de maneira inerente, Orwell admite por um instante essa condição de superioridade. Contudo, a adesão explícita a esta *tradição*, se mostra mais a frente neste mesmo texto, muito mais como uma técnica de sua redação, quase que romanceando a cena, através da tinta dramática que o ato empregado, do que a assunção de uma posição política e/ou cultural. (DA SILVA, 2010, p. 127)

Observamos no exame de Da Silva (2010) um debate entre ideias escritas por Orwell que inserem o autor em uma *tradição cultural* “orientalista”, conforme descrito na citação em destaque. Ao mesmo que exploram, dentro da dinâmica interna dos ensaios, como a escrita de Orwell se diferencia dos orientalistas tradicionais, expondo as mazelas da estrutura do imperialismo, como no caso do ensaio “*A Hanging*”, em que se destaca a crítica à violência e à opressão das populações locais.

Da Silva (2010), ao estudar o ensaio *Marrakech*, salienta o fator humano presente na obra orwelliana, algo que afirma ser concreto na crítica do autor sobre o imperialismo. No texto em questão, é destacado, por Da Silva (2010), o enfoque de Orwell para expressões, gestos, olhar, postura corporal, entre outros aspectos do nativo. Chamando a atenção para o ano em que a produção foi escrita, 1939, Da Silva (2010) ressalta que o texto pode ser lido por meio de uma dupla ótica: como continuação de suas reflexões ao imperialismo, em uma perspectiva diferente de seus outros textos; e como uma peça de reflexão intelectual sobre os acontecimentos políticos da Europa, do final da década de 1930. Conclui suas análises defendendo que o intelectual se difere dos cânones da cultura imperial, os quais retravam em seus livros apenas uma submissão dos dominados e a indiferença dos dominadores (DA SILVA, 2010, p.131).

Carolina Costa (2013, p.20) recorreu à biografia de George Orwell na intenção

18 *O Enforcamento*.

19 “*Abater de um elefante*”.

de saber “quem é esse sujeito que chega a Espanha disposto a pegar em armas?”. Em sua análise, dissertou sobre o período em que o autor serviu e abandonou o serviço britânico, tornando-se um escritor engajado na luta contra o fascismo buscando analisar os fatores que motivaram Orwell a lutar na Guerra Civil Espanhola. Nos referidos estudos, acabou por realizar, de maneira sucinta, já que não era seu objetivo principal, uma resenha acerca da obra *Dias na Birmânia*, dos ensaios *O Abate de um elefante* e “*Um enforcamento*”, conjuntamente com outras obras em seus respectivos contextos. Sobre *Dias na Birmânia*, Costa (2013) assim escreveu:

Em termos de escrita, o romance deixa a desejar política e literariamente. Todos os personagens são exagerados em sua caracterização, desde os ingleses e seu ódio irracional até os indianos inertes à sua realidade e extremamente subservientes. O médico não possui malícia alguma e acredita piamente que o império é a melhor coisa que poderia ter acontecido à Índia; existindo somente enquanto personagem de escape para Flory, nos momentos em que este transforma seus pensamentos contra o imperialismo em fala. Já o juiz é aquele que melhor compreende a estrutura do empreendimento imperialista, talvez justamente por fazer uso de estratégias corruptas para seu próprio crescimento pessoal, isto é, somente um sujeito vil como ele poderia entender a essência maligna do Império. (COSTA, 2013, p.35)

Costa (2013) considera o romance como uma obra crítica ao imperialismo que segue a “contramão” dos romances tradicionais ingleses, tomando o pensamento anti-imperialista de George Orwell como algo indiscutível.

No entanto, apesar dos problemas literários da obra, é possível assistir através da confusão e aversão de Flory os sintomas da desagregação do império após a Primeira Guerra Mundial, sintomas que os outros personagens ingleses do livro insistem em desacreditar. Nesse sentido, pode-se dimensionar o romance de Orwell ao lado de outros textos sobre o império que vai na contramão da literatura eternizada por Kipling, subvertendo “a convenção do gênero das memórias coloniais que até aí era predominante, e que tanto tinha contribuído para autorizar o domínio britânico sobre outros povos e o legitimar perante a sociedade inglesa”. Mas, apesar de seu mérito, é constrangedor perceber que o único personagem do livro que repudia o império seja o mais fraco de todos em termos de autoestima e de ações explícitas contra o imperialismo; talvez o único “herói antiimperialista” (sic) que a época de Orwell poderia merecer. (COSTA, 2013, p.36)

Os dois trabalhos acima analisados apresentam divergências com relação à crítica de Orwell ao imperialismo, especialmente a respeito do livro *Dias na Birmânia*. Da Silva (2010) intentou averiguar a crítica de Orwell dedicando-se a examinar a produção

intelectual do autor em seu sentido estrito, nos moldes das abordagens internalistas, atendo-se às ideias e à escrita do autor. Nessa abordagem, Da Silva (2010, p.116) explorou, no romance, a postura de Orwell quanto ao imperialismo e as “relações sociais produzidas pela inter-relação entre a minoria branca dominante e a maioria nativa dominada”, ao mesmo tempo que conseguiu apontar, no estilo da escrita do autor, elementos os quais aproximam o romance de Orwell aos “grande romances naturalistas que tinham o império como pano-de-fundo”. Dessa forma, Da Silva (2010) identificou elementos no pensamento do intelectual em que insere sua crítica ao imperialismo em uma tradição cultural orientalista.

Por sua vez, o estudo de Costa (2013) sobre a crítica orwelliana sobre o imperialismo leva em consideração elementos pertencentes ao contexto histórico vivido pelo Império Britânico após a Primeira Guerra Mundial. Ao associar características do personagem principal do romance, Flory, à decadência do imperialismo no período entre guerras, Costa (2013) adota uma abordagem externalista para analisar o livro. A distinção de abordagem adotada para examinar um mesmo livro levou Costa (2013) a uma conclusão oposta a de Da Silva (2010)<sup>20</sup>.

Em sua análise, Costa (2013) aponta para as diferenças das ideias do literato em comparação com os escritores clássicos do Império, como Kipling. Esse contraste se encontra, para Costa (2013), na forma como Orwell tratou a sua memória no livro, apontando para as mazelas do imperialismo, ao contrário dos romancistas do século XIX que legitimavam a exploração. Portanto, para Costa (2013), o romance *Dias na Birmânia* expressa a crítica anti-imperialista de Orwell.

Em ambos, Da Silva (2010) e Costa (2013), foi estudada a influência sofrida por Orwell relacionada a sua experiência enquanto servia na Birmânia como elemento da construção da sua posição frente ao imperialismo. Em Da Silva (2010), a análise da memória na obra do escritor não se restringiu à crítica ao imperialismo, estendendo a sua investigação a outros temas pertinentes à sua produção. Costa (2013) averigua a memória de Orwell buscando compreender, a partir da coletânea intelectual do autor, o que o levou a lutar na guerra civil espanhola. A partir dessas diferentes perspectivas, observamos espaços para explorar outras abordagens sobre o pensamento do crítico, como exemplo: O que a obra de Orwell tem a oferecer para os estudos sobre o imperialismo? Essa será a questão central em nossa reflexão do próximo capítulo.

Costa (2013) analisa, assim como Da Silva (2010), os ensaios em que Orwell expõe sobre as suas experiências coloniais. Podemos observar, nas interpretações de Costa

20 Sobre as abordagens internalista e externalista, ver a introdução desta dissertação.

(2013), uma tentativa de encontrar, por meio das palavras do próprio intelectual, os motivos que o levaram a abandonar os estudos e seguir a carreira na colônia. Em nossas discussões, no próximo capítulo, atentamos a essa questão, provavelmente uma das grandes perguntas que permeiam as mentes dos comentadores sobre o intelectual. Em suas análises a respeito dos ensaios *O enforcamento*, *Abate de um elefante* e *Marrakech*, Costa (2013) adota uma abordagem semelhante à adotada anteriormente por Da Silva (2010), realizando conclusões na direção de inserir os ensaios citados em uma tradição cultural orientalista.

O período que permaneceu na Índia, como parte da engrenagem imperialista inglesa, permitiu a Orwell uma série de reflexões sobre a exploração imposta aos indianos, no entanto, ele não conseguiu em seus escritos, pelo menos dos quais a pesquisa teve acesso, demonstrar uma reação mais efetiva em relação a isso. Todos os seus textos são perpassados por uma lógica de culpa e por vezes uma aceitação do imperialismo britânico como um mal menor, por mais desprezível que seja a conquista de um povo por outro. (COSTA, 2013, p.36).

As referidas semelhanças nos fazem identificar um possível padrão nas abordagens em que ambos os autores se propuseram, mesmo que em partes: analisar na obra de Orwell sua posição sobre o imperialismo. Esses são os únicos trabalhos desenvolvidos no Brasil voltados para o estudo do posicionamento anti-imperialista orwelliano, sendo Da Silva o único a usar uma prerrogativa a partir dos conceitos de Said<sup>21</sup>. Confessamos que essa foi a nossa ideia inicial. Os motivos que nos levaram a analisar o pensamento do autor sobre o imperialismo foram determinados pela própria obra, que nos instigou a buscar compreender, também, o imperialismo no século XX. Um dos fatores justificáveis para essa questão podemos encontrar entre os próprios comentadores da obra de Orwell, acessados em língua portuguesa, e algumas estrangeiras, que inserem as discussões do autor relativas ao imperialismo na lógica anti-imperialista ou orientalista, conforme pretendemos examinar ainda neste capítulo.

Nos estudos de Xavier (2016), encontramos uma abordagem diferente, fora do tema imperialismo, que não foi objetivo dos seus estudos, na averiguação da produção “1984” como exemplo clássico da viragem distópica na literatura de meados do século XX. Nas análises de Xavier (2016), chamou-nos a atenção questões relativas às críticas de Orwell à decadência dos paradigmas estabelecidos pela sociedade moderna, capitalista e liberal, conforme o excerto em destaque:

21 Foram analisados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, até o momento em que se concluiu essa dissertação, as pesquisas desenvolvidas nas áreas da História da Sociologia.

Neste texto-dentro-do-texto, Smith aprende que no começo do século XX uma visão sobre o futuro da sociedade hegemônica: a crença de que por meio da racionalidade e Ciência a humanidade seria “inacreditavelmente rica, entretida, ordenada e eficiente – um mundo antisséptico e brilhante de vidro e aço e concreto branco.”. A consciência de praticamente qualquer humano que presenciou os desenvolvimentos tecnológicos daquele tempo, considera o desenvolvimento como algo natural que continuaria a acontecer. A verdade objetiva, entretanto, era a de um lugar despido, faminto e delapidado, onde o terror físico e a privação emocional e o terror suturaram uma ordem social de pesadelo.” (XAVIER, 2016, p.)

Nessa perspectiva, o livro “1984” pode ser entendido como uma crítica a uma cultura estabelecida no século XIX, que ainda permeava a mentalidade britânica no início do século XX. Orwell mostrou, em etapas anteriores do seu pensamento, que o progresso dos estados europeus fora custeado pelas condições de vida sub-humana impostas aos nativos nos continentes africano e asiático, sob o cunho da política imperialista<sup>22</sup>. As guerras mundiais e as crises do capitalismo foram fatores que levaram à ascensão de governos totalitários que colocaram em xeque os estados modernos. Portanto, as críticas de Orwell ao totalitarismo, presentes em “1984”, podem ser entendidas como posições contrárias às sequelas de um progresso a todo custo, gerador de incertezas da população quanto às formas de se governar o Estado, a diminuição de liberdades, ao aniquilamento da estética e da pluralidade através da massificação da população em torno de valores assépticos de racionalidade, progresso, utilidade e finalidade (XAVIER, 2016).

Para Xavier (2016), “Orwell sugere que certos usos mecânicos da tecnologia os levam diretamente à opressão política, ainda que a Ciência mesma permaneça um reino de pensamento livre potencialmente libertador.” (Xavier, 2016, p.139). Tal aspecto acerca da Ciência, considerada revolucionária e libertadora em séculos anteriores, é criticado por Orwell, uma vez que se tornou instrumento político do Estado, o qual usou do próprio progresso para sufocar a sociedade e a própria Ciência.

Ao longo da produção orwelliana, podemos observar a crítica do autor em relação à utilização da ciência pelo Estado. Nos seus primeiros escritos, compreendemos uma objeção à forma como os estados capitalistas, especialmente a Inglaterra, usou da ciência, e do progresso, como forma de legitimar o imperialismo, questões a serem explanadas no próximo capítulo. Nesse sentido, o positivismo e o darwinismo tornaram-se importantes pilares para a construção de teorias raciais que garantiram o apoio da população à chamada “missão civilizadora”, pensamento sustentador do crescimento do capitalismo em sua segunda fase (a partir de 1860).

22 Podemos considerar esse aspecto como o núcleo da crítica de Orwell sobre o imperialismo.

Anteriormente ao livro “1984”, no ensaio *O Leão e o Unicórnio: o gênio e o socialismo inglês*, publicado em 1941, Orwell manifestou seu desejo pela execução de uma revolução socialista na Grã-Bretanha. Segundo o autor, o novo governo deveria ser formado por uma “nova classe indeterminada de trabalhadores especializados, peritos técnicos, aviadores, cientistas, arquitetos e jornalistas, as pessoas que se sentem à vontade na era da rádio e do cimento armado.” (ORWELL, 2008b, p.144). Mais uma vez a ênfase na ciência e no progresso como garantia de legitimidade do governo.

Já na abordagem realizada por Xavier (2016) ao livro “1984”, percebemos a crítica de Orwell à apropriação pelo estado da ciência, como forma de submeter a sua própria população aos seus domínios. Assim, podemos verificar a presença das discussões acerca da relação entre ciência e estado em vários momentos do pensamento orwelliano, inclusive em sua própria utopia<sup>23</sup>.

Da mesma maneira, por intermédio dos diálogos entre as pesquisas, depreendemos que as possibilidades de abordagens em relação à obra de Orwell e o imperialismo são emergentes no Brasil. Um tema extremamente complexo, com o qual estamos contribuindo para o desenvolvimento de novas pesquisas em nosso país.

## 1.2. Seria George Orwell um intelectual anti-imperialista?

Orwell foi apontado por grande parte de seus críticos como uma figura paradoxal. Essa característica o colocou em uma zona limítrofe entre o bem e o mal, o livre pensador e o inconveniente, o intelectualmente independente e o ideologicamente comprometido (DA SILVA, 2010). Suas reflexões sobre o imperialismo, da mesma forma, foram encaradas por analistas como um paradoxo de uma crítica, definida como anti-imperialista, para alguns, e orientalistas, para outros.

Outra característica atribuída ao escritor foi a de um intelectual *outsider*. Essa imagem, seja ela positiva ou negativa, é atribuída, segundo Rodden (2006), em razão da desconexão temporal de Orwell com as ideias hegemônicas nas redes de intelectuais ingleses da década de 1930 e 1940. Para Rodden (2006), a formação burguesa junto à tradição das *public schools*, a idade do autor e o tempo em que serviu na Birmânia são fatores que ajudam a explicar o porquê das críticas de Orwell não estarem em sintonia com as principais discussões do período. Essa característica é apontada como marcante nas produções da década

<sup>23</sup> O ensaio “*Leão e o unicórnio: o socialismo e gênio inglês*” pode ser interpretado como a projeção das expectativas de Orwell da transformação da Inglaterra em um governo socialista.

de 1930, nas quais o literato discute questões relativas ao imperialismo, à grande depressão e ao socialismo, enquanto que, nos circuitos de intelectuais, discutia-se a ascensão e a popularidade dos regimes fascistas e nazistas (RODDEN, 2006).

A obra de Orwell, entre seus comentadores, é definida por etapas da sua escrita. A primeira fase refere-se à sua posição adversa ao imperialismo sendo composta por escritos do início de sua carreira como literato e jornalista, concentrando-se na década de 1930. Na produção do autor, desenvolvida ao longo desse período, encontra-se uma “visão sobre o sistema como um mal, baseado na exploração, submissão, na violência e na repressão das populações nativas das colônias europeias por todo o globo” (DA SILVA, 2010, p.80). Sua escrita, portanto, estava carregada de experiências como partes integrantes do colonialismo britânico na Índia. Consequentemente, percebemos, nos comentadores do intelectual, a atribuição dessa primeira fase da produção de Orwell como anti-imperialista.

Jacinta Maria Matos (2006) criticou as ratificações reducionistas que atribuíram à escrita de Orwell o rótulo de anti-imperialista, levando em consideração apenas registros de um mesmo período da trajetória do intelectual. A autora prefere destacar o espírito autocrítico de Orwell ao reconhecer que ele “passou por um processo de amadurecimento e de evolução, que, na questão do Império como em tantas outras, se orientou no sentido de uma perspectiva mais complexa, mais ambivalente e mais abrangente dos problemas” (MATOS, 2006, p. 15). Para Matos (2006), o pensamento anti-imperialista orwelliano não pode ser definido apenas pelo romance *Dias na Birmânia*, fazendo parte um processo de amadurecimento ao longo de toda trajetória intelectual do autor, norteadas a partir de 1936, por um propósito político.

Tomando como base essa premissa, Matos (2006) examina a ideia opositora de Orwell ao imperialismo em três etapas: a primeira se localizaria entre os anos de 1931 a 1934, período em que foram publicados, respectivamente, o ensaio *O enforcamento* e o romance *Dias na Birmânia*. A segunda etapa se desenvolve entre os anos de 1936 e 1937, com as publicações do texto *O Abate de um elefante* e o livro *O Caminho para Wigan Pier*. A última encontra-se registrada nos escritos da década de 1940, citando como exemplo, a produção *O Leão e o Unicórnio: O socialismo e o gênio inglês*. Cada componente da crítica de Orwell ao imperialismo, segundo a autora, representou um processo de amadurecimento das produções e das defesas do autor. Sobre o imperialismo, especificamente, Matos (2006) delineia uma questão em que analisa as primeiras produções de Orwell como registros de suas experiências enquanto servia no colonialismo britânico. A consciência política, de acordo com a autora,

marca os escritos posteriores a 1936. A versão mais madura da coletânea de Orwell é encontrada na década de 1940 e, conforme a estudiosa, apresenta uma defesa pelo fim do Império (MATOS, 2006).

A periodização estabelecida por Matos (2006) leva em consideração as reflexões de Orwell sobre sua própria trajetória intelectual, escritas no ensaio “*Por que escrevo?*”, publicado em 1946. No texto, Orwell (2005c) expõe os fatores que o levaram a uma escrita politicamente engajada, o que o autor denominou de “propósito *político*” (grifo do autor). Orwell (2005c) afirma ter encontrado o referido propósito no ano de 1936 e, desde então, defende que o que mais desejou “foi transformar sua escrita política em arte”, expondo o que lhe motivava a escrever: “Escrevo porque existe uma mentira que pretendo expor, um fato para o qual pretendo chamar a atenção, e minha preocupação inicial é atingir um público” (ORWELL, 2005c, p.24).

Nesse mesmo ensaio, George Orwell (2005c), comentando a sua obra, expõe que, até o ano de 1936, não tinha uma posição política precisa. A respeito de suas experiências anteriores ao ano de 1936, Orwell (2005c, p.26) afirma: “aumentou minha aversão natural à autoridade e me fez ficar pela primeira vez totalmente consciente da existência das classes trabalhadoras, e o trabalho na Birmânia me dera entendimento da natureza do imperialismo”, ainda ressalta: “mas essas experiências não bastaram para me dar uma orientação política precisa” (ORWELL, 2005c, p.26). Partindo destes posicionamentos do autor, podemos inferir que o romance *Dias na Birmânia*, assim como o ensaio *O Enforcamento*, ambos escritos anteriormente a 1936, não são produções assumidamente anti-imperialistas.

Sobre *Dias na Birmânia*, Orwell (2005c, p.24) afirma que representa o tipo de livro que queria escrever quando descobriu “o prazer das palavras”: “Queria escrever romances naturalistas, imensos, com finais felizes, cheios de descrições detalhadas e símiles impressionantes, além de cheios de passagens floreadas em que as palavras fossem usadas em parte por causa do som”. Essa máxima corrobora com a nossa interpretação anterior, de que esse romance não está inserido nas produções em que Orwell declara serem marcadas por um propósito político.

A sobreposta questão pode ser observada, mais uma vez, ao final da sua reflexão, momento em que o intelectual estabelece o que podemos considerar como o “*ponto de virada*”<sup>24</sup> da sua trajetória literária: “ao reexaminar minha obra, percebo que foi sempre onde me faltou um propósito *político* que escrevi livros sem vida e fui induzido a escrever passagens floreadas, frases sem significado, adjetivos decorativos e, em geral, falsidades”

24 Sobre a ideia de “*turning point*” na trajetória de Gandhi, ver Mandelbaum (1973).



(ORWELL, 2005c, p.31). Características que, conforme apresentamos, Orwell aplicou ao livro *Dias na Birmânia*.

No entanto, salientamos que as análises do autor não foram levadas em consideração quando adentramos as interpretações de alguns dos comentadores de Orwell os quais se propuseram a escrever acerca da sua crítica ao imperialismo. Nesses casos, o que observarmos são opiniões contrárias, uma série de comentários que atribuem a essa etapa do pensamento do autor um caráter político, inserindo, inclusive, o romance *Dias na Birmânia* como exemplo de obra anti-imperialista.

Em acréscimo, Christopher Hitchens (2010), por exemplo, constrói um intelectual cuja trajetória literária foi marcada, desde os primeiros escritos, pela oposição irrestrita ao imperialismo, algo até revolucionário ou heroico, para as circunstâncias em que Orwell viveu. Contrariando a reflexão desse último, sobre essa etapa da sua escrita, Hitchens (2010) atribuiu ao anti-imperialismo um aspecto decisivo para a construção do pensamento crítico do autor.

A decisão de Orwell de repudiar o imperialismo irrefletido que havia sido o ganha-pão de sua família (seu pai fora um executivo do degradante comércio de ópio entre a Índia Britânica e a China) pode ser representada como edipiana pelos críticos que preferem essas linhas de análise. No entanto, foi muito conscienciosa e, para a época, muito avançada. Além disso, matizou tudo o que ele escreveu depois. (...) Orwell pode ter ou não sentido culpa pela fonte de renda de sua família — uma imagem recorrente em seu famoso retrato da própria Inglaterra como uma família que mantém uma conspiração de silêncio a respeito de suas finanças —, mas sem dúvida acabou por ver a exploração das colônias como o segredo sujo de todo o esclarecido *establishment* político e cultural britânico. (2010, p.10)

Acerca da produção ensaística do escritor, nessa fase de sua trajetória, Hitchens (2010) seleciona *O Enforcamento* e *O Abate de um elefante*, concentrando-se em interpretar as descrições feitas por Orwell sobre a colônia, associando o realismo, uma característica da escrita de Orwell, como crítica ao imperialismo. Hitchens (2010) chama a atenção para a “coincidência” levantada pelo autor na escolha da cidade de Moulmein - Baixa Birmânia, como pano-de-fundo do seu ensaio, mesmo local onde o poema “*Mandalay*”, de Rudyard Kipling, se desenvolve.

“Em Moulmein, na Baixa Birmânia”, escreveu Orwell no início de seu ensaio “O abate de um elefante”, “eu era detestado por grande número de pessoas — a única vez na vida em que fui importante o suficiente para isso acontecer comigo. Eu era policial de subdivisão da cidade [...]”. É uma interessante coincidência que Moulmein apareça na primeira linha do esplêndido e disparatado poema “*Mandalay*”, de Rudyard Kipling, sobre a

nostalgia imperial (“By the old Moulmein Pagoda, lookin’ eastward to the sea,/ There’s a Burma girl a-setting, an’ I know she thinks o’ me”). Mas nada havia de romântico na descrição do lugar feita por Orwell; claramente, em algum nível ele receava que a vivência como policial o transformasse em um sádico ou em um autômato. Em “Um enforcamento”, ele descreve a medonha futilidade de uma execução e a falsa jocosidade do humor do patíbulo; sua honestidade forçou-o a confessar que ele participara dos risos vazios. (...) Essa animosidade e confusão em seu íntimo não se traduziam de modo algum em simpatia pelos “nativos”, e quando eram sentidas com suficiente intensidade transformavam o trabalho de Orwell em uma tortura; é no mínimo perdoável especular que ele talvez tenha deixado o serviço tão abruptamente por medo de acabar se acostumando demais com a contradição. (HITCHENS, 2010, p. 15 – 16)

Conforme podemos observar, Hitchens (2010), em suas análises, atribuiu aos ensaios analisados uma mesma interpretação, inserindo, em ambos, um propósito político, se usarmos a reflexão de Orwell como critério para análise das suas críticas. Além disso, Hitchens (2010) não considerou o contexto em que foram escritos os ensaios, acarretando em uma desconexão entre a produção, a trajetória e o contexto histórico.

Sobre *Dias na Birmânia*, Hitchens (2010) explora o romance como literatura crítica ao imperialismo, desta vez buscando fundamentos para explicar o abandono de Orwell do serviço militar imperial.

Em seu romance posterior, *Dias na Birmânia*, o protagonista, Flory (que antecipa em alguns anos o escaldante cosmos da república de banana de Graham Greene), é compelido a viver em “um mundo sem ar, estupidificante. Um mundo em que cada palavra, cada ideia, é censurada [...] a liberdade de expressão é impensável [...] o esforço para manter sua revolta em silêncio acaba por envenená-lo como uma doença secreta”. Deve ser óbvio que essa é uma forte prefiguração da mentalidade de Winston Smith em 1984; e fica provado que não se trata de exagero nas memórias do amigo e contemporâneo de Orwell, Christopher Hollis, que o visitou na Birmânia em 1925 e o pegou declamando chavões sobre lei e ordem: “Ele se esforçava para ser o policial do império, explicava que essas teorias sobre punição sem castigo físico até podiam dar certo nas escolas de elite, mas que com os birmaneses não funcionavam [...]”. (HITCHENS, 2010, p.16)

Nessa análise, Hitchens (2010) trabalha no livro *Dias na Birmânia* ideias que somente serão encontradas na distopia “1984”, sendo assim, mostra as influências da produção de 1934 no livro escrito posteriormente, em 1949. Para Hitchens (2010), a questão do anti-imperialismo perpassa toda obra do autor, da primeira à última.

Jonh Newsinger (2010) escreve uma biografia política sobre Orwell, a qual é apresentada com o objetivo de “traçar a evolução do pensamento político do intelectual, desde os tempos de polícia colonial na Birmânia, quando despertou para a violenta e cruel realidade

do Império Britânico”<sup>25</sup>. Analisando o “pensamento político de Orwell”, Newsinger (2010, p.20) constrói suas interpretações a respeito das críticas do autor sobre o imperialismo. Buscando analisar a biografia de Orwell, Newsinger (2010) aponta para a mudança de postura do jovem Eric Arthur Blair após o regresso da Birmânia. Antes da experiência colonial, o jovem Blair foi caracterizado como um rapaz da classe média tradicional sem grandes radicalismos, enquanto que, após voltar para Londres, em 1927, é descrito como: “resolutamente anti-imperialista, decidido a identificar-se o mais possível com os humilhados e oprimidos.” (NEWSINGER, 2010, p.21).

Newsinger (2010) explora, ainda, o passado familiar de Orwell, como uma possível justificativa para a sua escolha em abandonar a educação formal após conclusão do ensino básico e seguir a carreira militar rumo às colônias em 1922:

A vida no seio do Império não era novidade na família: o bisavô paterno do jovem Eric fora proprietário de escravos na Jamaica, enquanto, do lado da mãe, o seu avô prosperava no negócio de madeira de teca na Birmânia. Eric, no entanto era produto típico da classe média ao serviço da administração imperial, criado, educado e doutrinado para ingressar nas suas fileiras. (NEWSINGER, 2010, p.25)

Acerca da primeira fase do pensamento de George Orwell, Newsinger (2010) foi convicto ao defender o anti-imperialismo, que afirma já estar presente nas narrativas orwellianas desde seu primeiro romance, o *Dias na Birmânia*:

Quando Eric publicou o seu primeiro romance, *Os Dias na Birmânia*, transformara-se em George Orwell, já não o polícia colonial, mas a caminho de tornar-se um importante romancista e escritor socialista. O livro foi publicado primeiro nos Estados Unidos, com receio das leis contra a difamação, acabando por sair na Grã-Bretanha em 1935. **Trata-se de um dos mais importantes romances anti-imperialistas escritos por um autor britânico do século passado.** (NEWSINGER, 2010, p.35, grifo nosso).

Newsinger (2010) estuda os registros de Daphne Patai (1986)<sup>26</sup>, nos quais se discute a questão da masculinidade no romance *Dias na Birmânia*. Para sustentar sua interpretação de que o anti-imperialismo “é a grande questão” do romance, Newsinger (2010, p. 39) estabelece uma defesa do pensamento de Orwell: “O que o distingue dos outros é o seu anti-imperialismo. E, mais ainda, Orwell não comete o erro de Patai, vendo o mundo apenas como uma questão de ideologia, de discurso”. Outro autor analisado por Newsinger (2010), foi o Shamsul Islam<sup>27</sup>. Em seus estudos Islam, examina o anti-imperialismo e o anti-

25 Trecho tirado da contracapa do livro “*George Orwell: uma biografia política*” de John Newsinger.

26 “*The Orwell Mystique: A Study in Male*”. Ver mais em Newsinger, 2010.

27 “*Chronicles of the Raj*”. Ver mais em Newsinger, 2010.

kiplinguianismo de Orwell e conclui, diferentemente de Newsinger, que aquele possui uma admiração pelos nativos. Newsinger (2010, p.40) ratifica ser “pura mistificação” as conclusões de Islam e reafirma que *Dias na Birmânia* se trata de uma “denúncia brutal ao imperialismo”.

Em adição, Ricardo Bonalume Neto (1984) ressaltou o caráter autobiográfico presente no romance, realizando associações entre o personagem principal, John Flory, e o período em que George Orwell viveu sua experiência imperial.

Neste romance a ação se passa numa pequena cidade perdida no interior da Birmânia, Kyauktada, que usufruiu vários benefícios da colonização pelos súditos de sua majestade, inclusive “uma dessas grandes, duráveis, cadeias que os ingleses construíram em toda parte entre Gibraltar e Hong Kong. No meio de uma população nativa muito maior mora uma pequena colônia de ingleses – apenas sete – que para demonstrar sua superioridade, não permite a entrada de sócios não-brancos em seu minúsculo clube. Os personagens vivendo nesse ambiente isolado e estagnado são típicos exemplos das pessoas com quem Orwell conviveu, desde o policial reclamando da benevolência com que eram julgados os birmaneses, do fato de eles não receberem o número de chicotadas que mereciam, até a inglesa de classe média que nunca tentava aprender uma palavra de birmanês e reclamava da preguiça e da insolência de seus empregados. O personagem principal, porém, tem seu caráter baseado no do próprio Orwell – não completamente, é óbvio, mas ele reconheceu que seus personagens sempre apresentam essa intromissão. (BONALUME, 1984, p.30 – 31)

Iremos nos dedicar, no próximo capítulo, à dissertação sobre o enredo do romance feita por Bonalume (1984). Por enquanto, chamou-nos a atenção a conclusão acerca da “intromissão” de aspectos pessoais do escritor em seus personagens. Podemos inferir que tal raciocínio foi extraído a partir do ensaio “*Por que escrevo?*”, em que, não citado por Bonalume (1984), George Orwell (2005c, p.29) confessa não ser capaz de, e nem querer, “abandonar por completo a visão de mundo que adquiri na infância”. O ensaísta defende, ainda, as nuances artísticas presentes em seus trabalhos, admitindo também “que é impossível escrever algo legível sem lutar constantemente para apagar a própria personalidade”, o que reforça o caráter biográfico que pode ser encontrado nos livros do autor (ORWELL, 2005, p.30).

Por sua vez, Matos (2006) desenvolve suas observações a respeito do posicionamento de Orwell diante do imperialismo, dividindo as produções do autor em grupos os quais se diferenciam pela consciência política em cada momento no qual foram escritos. Nesse sentido, os primeiros escritos de Orwell, para a autora, fazem emergir o caráter “subversivo para época” que representava o romance *Dias na Birmânia* e fundamenta seu

argumento no “facto de ter sido impedida a publicação e a venda do romance na Índia até a data da independência do país” (MATOS, 2006, p.17). A autora debulha os primeiros anos da carreira de Orwell como literato observando a fragilidade de um escritor que buscava sua identidade e apresentava importantes refutações ao imperialismo. A subversão, como expõe Matos (2006), encontra-se também no paradoxo construído entre o título do romance e o enredo.

O leitor incauto que esperasse encontrar, por parte de um ex-oficial colonial, a habitual idealização sobre a vida da comunidade britânica na Índia veria as suas expectativas rapidamente defraudadas pela leitura da obra. Nela se traça, com efeito, um retrato devastador da sociedade dos *pukka sahibs*, em que a mediocridade intelectual, a incompetência profissional e a falta de valores éticos e morais rivalizam com o racismo, a indiferença, a rapacidade e a violência exercida sobre o Outro colonial. E se quaisquer dúvidas restassem sobre a imagem que o romance nos dá da colonização, passos como os seguintes, que nos transmitem a posição de Flory, a personagem central da obra, seriam esclarecedores da posição ideológica do autor (MATOS, 2006, p. 17).

O ponto forte da defesa de Matos (2006) se encontra na definição de limites para o pensamento político de Orwell através da abordagem em que analisa características internas do livro, preocupando-se em expor os aspectos da escrita orwelliana, a construção dos personagens, o enredo e a recepção pelos leitores.

Em grande parte, o romance falha a estes dois níveis – literário e político – pela mesma ordem de razões: Flory, tal como o Orwell que viveu a experiência colonial e agora escreve sobre ela, está demasiadamente próximo desse mundo, preso em contradições que não só não sabe como resolver, como não consegue articular nem contextualizar em toda a sua ambivalência e ambiguidade. Demasiado próximo está também Orwell do seu protagonista, que indubitavelmente veicula uma experiência autobiográfica intensa e desestabilizadora, e em relação ao qual não se consegue criar a necessária distância crítica. *Burmese Days* é, em última análise, um romance de tese, e tanto o enredo como as personagens pecam por falta de densidade e de autonomia e por excesso de identificação com a mensagem que Orwell queria fazer passar na obra. E falha também em parte a própria tese da obra – a de que o colonialismo é imoral e injusto – uma vez que a revolta contra o sistema é vista ainda como algo do foro pessoal e íntimo, vivido subjectivamente por figuras isoladas, alienadas da comunidade a que deviam pertencer, rebelando-se interiormente contra a colonização, mas incapazes de a perspectivar em termos colectivos e públicos. E se o silêncio de Flory, que – por cobardia e inércia – pactua com a “mentira” do Império, não se pode atribuir ao autor (que, afinal, quebrou esse silêncio, alguns anos depois, ao escrever a obra), a verdade é que em *Burmese Days* Orwell ainda não tinha encontrado a voz e a persona que lhe permitirão, mais tarde, transformar a experiência autobiográfica em algo com um significado mais vasto e politicamente mais interventivo. (MATOS, 2006, p.18 – 19)

Matos (2006, p.21) descreve o ensaio *O Enforcamento* da seguinte maneira: “satisfatório como ensaio, enquanto condenação do colonialismo”. Além disso, destaca questões relativas à construção do texto: “Nele se encontra ainda a mesma dificuldade em perspectivar a experiência pessoal do narrador em termos que ultrapassem os da epifania, transitoriamente vivida, sobre o carácter injusto de uma situação” (MATOS, 2006, p.30).

Em relação ao ensaio *O Abate de um elefante* e ao livro *O caminho para Wigan Pier*, Matos (2006, p.22) argumenta que essas obras integram “uma fase determinante da escrita orwelliana”, conforme escrito pelo próprio autor. Matos (2006, p.23) endossa, nesse texto, como o ano de 1936 foi determinante para George Orwell, considerado o “ponto de viragem que dará início à produção da sua maturidade”. Mais uma vez, a articulista se dedica aos aspectos subjetivos da escrita de Orwell, ao afirmar que após “lavar a alma” da culpa imperial” e ter vivenciado uma experiência miserável em Paris e Londres, o literato “reconhece o carácter vão e infrutífero dessa forma de expiação e, muito significativamente para os nossos propósitos, admite a imaturidade e o simplismo com que olhara o fenómeno da colonização” (MATOS, 2006, p.23).

Sobre *O caminho para Wigan Pier*, Matos (2006, p.24) expõe que Orwell “reconhece que a denúncia do Império passa, antes de mais nada, pela denúncia de parte de si próprio – não só como cúmplice do sistema, mas também como figura que tipifica a ineficácia de uma revolta meramente sentimental e moral contra o colonialismo”. Sobre *O Abate de um elefante*, Jacinta Matos (2006, p.27) categoriza ser uma “crítica mais desestabilizadora e inquietante do que a presente nas obras anteriores”. Ainda sobre *O caminho para Wigan Pier*, especialmente na segunda parte, Matos (2006, p.27) afirma ter encontrado um narrador que consegue encarar os *unpleasant facts* (fatos desagradáveis) “da sua cumplicidade com o colonialismo com outra abrangência e que os integra agora na totalidade de uma visão política do mundo”.

Outrossim, Matos (2006) difunde a crítica de George Orwell ao imperialismo a partir de textos escritos em 1941, principalmente o ensaio *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês*. Na produção, conforme a autora, Orwell escreve sobre a decadência do Império e “advoga, como parte do programa em seis pontos que consubstancia a sua ideia da Inglaterra renovada que, segundo ele, deveria emergir da Segunda Grande Guerra” (MATOS, 2006, p. 28). Para ela, esse ensaio sugere a manutenção dos laços entre os países recém-descolonizados com a sua antiga metrópole. Matos (2006, p.28) denomina essa etapa do pensamento de Orwell como “utopia de reconstrução e recriação dos países”, em que o autor defende que a revolução socialista na Inglaterra levaria ao desenvolvimento econômico e

político do país. Nesse projeto, as antigas colônias britânicas se tornariam uma “federação de estados socialistas independentes” e manteriam a língua inglesa como o elo mais forte entre as nações.

Ademais, a articulista enfatiza, ainda, que durante a Segunda Guerra Mundial, Orwell trabalhou na BBC como responsável pela sessão indiana, transmitindo noticiários semanais sobre a guerra, além de programas de índole cultural e literária para os colonos. A respeito desse período há muito a ser esclarecido, entretanto, verifica-se um posicionamento favorável à descolonização, o que o levou a entregar o cargo, devido à censura. Segundo Matos:

O que é certo é que Orwell aceitou a responsabilidade do cargo porque de algum modo entendia ter ainda – agora já não prioritariamente através da forma ficcional, mas do ensaio, da recensão e do programa radiofônico (formas menos “literárias” mas mais directamente interventivas) – uma palavra a dizer sobre uma matéria que tão de perto o tocara e sobre a qual tinha vindo a fazer uma reflexão aprofundada. (MATOS, 2006, p.30)

A pesquisadora destaca, em adição:

Particularmente sentida é a falta de estudos sobre Orwell que o leiam à luz dos recentes desenvolvimentos teóricos dos Estudos Pós-coloniais, que tanto têm contribuído para uma desmontagem do discurso colonial e dos mecanismos de construção identitária que o sistema exige tanto do colonizador como do colonizado. A nossa compreensão da obra orwelliana sobre o fenómeno da colonização só ganhará com a utilização de instrumentos teóricos que nos ajudem a compreender o que, na sua escrita, se afigura a muitos como falha, inconsistência, incoerência ou mesmo branqueamento (mais ou menos consciente) de alguns dos aspectos menos defensáveis do colonialismo. (MATOS, 2006, p.22)

Não se encontra entre os objetivos da presente dissertação analisar o pensamento de Orwell à luz de uma abordagem pós-colonial. Nesse momento, a pretensão foi averiguar como o pensamento do autor em relação ao imperialismo é tratado por parte dos seus comentadores. A ressalva feita por Matos (2005), na citação acima, servirá como farol que nos alertará para o quão rico e fértil são os estudos em torno do intelectual, havendo campo para o seu desenvolvimento.

A provocação que motivou a escolha dos subtítulos desse capítulo se encontra diretamente relacionada aos estudos culturais de Edward Said. Nesse subtópico, tratamos sobre as biografias recentes de Orwell, verificando, especialmente, o tratamento dos seus analistas em relação a seu pensamento relativo ao imperialismo. Depreendemos, então, um consenso em atribuir à parte da obra de Orwell o caráter anti-imperialista. Said nos mostra o

oposto, ao trabalhar artistas clássicos do século XIX e o papel das suas obras para a aceitação do imperialismo. Sendo assim, a partir das análises de Said, levantamos um outro problema: seria Orwell um orientalista?

### 1.3. Ou seria George Orwell um intelectual orientalista?

Edward Said (1935 – 2003) é uma das principais referências em estudos culturais no ocidente. O crítico literário palestino, radicado nos EUA, lecionou na Universidade de Columbia até a data do seu falecimento e se destacou no cenário intelectual com as suas obras “*Orientalism*”, tendo a primeira versão publicada em 1978, e “*Culture and Imperialism*”, publicada pela primeira vez em 1993.

No seu primeiro trabalho, traduzido no Brasil com o título de “*Orientalismo: uma invenção do Oriente pelo Ocidente*”, Said “irá rastrear na cultura ocidental, a construção de uma *ideia* de ‘Oriente’ e de ‘Oriental’ baseada numa representação imaginária do outro, como forma de compreendê-lo para, por fim, domesticá-lo” (DA SILVA, 2010, p. 108, grifo do autor). Said (1996) expõe em sua obra que as civilizações ocidentais inferiorizam as civilizações a leste da Europa, atribuindo-lhes características exóticas, estranhas e até mesmo mitológicas. Ao analisar diversas formas de representação desse pensamento na cultura ocidental, Said (1996) concentrará seus esforços nas interpretações dos cânones da literatura, dos relatos de viagem e das pinturas do século XVIII e XIX, chegando, por fim, no âmbito acadêmico das universidades europeias<sup>28</sup>, onde as disciplinas e carreiras acadêmicas são definidas a partir de especialistas.

Esses orientalistas, ou seja, os intelectuais especialistas no oriente<sup>29</sup>, estão

<sup>28</sup> Em “*Cultura e Imperialismo*”, estenderá até os EUA as suas análises.

<sup>29</sup> “A designação mais prontamente aceita para o orientalismo é acadêmica, e, com efeito, essa etiqueta ainda é adequada em algumas instituições acadêmicas. Qualquer um que dê aula, escreva ou pesquise sobre o Oriente – e isso é válido seja a pessoa antropóloga, socióloga, historiadora ou filóloga -, nos aspectos específico ou geral, é um orientalista, e aquilo que ele ou ela faz é orientalismo.” (SAID, 1996, p.14)



ancorados em uma tradição intelectual estabelecida a partir dos primeiros contatos entre Europa e o continente asiático, mais especificadamente as regiões do Oriente Médio e Índia, durante o imperialismo europeu, a partir do final do século XVIII<sup>30</sup>. Nessa tradição, segundo Said (1996), encontram-se importantes nomes da cultura ocidental como Delacroix, Balzac, Goethe, Baudelaire, Flaubert, Spengler, Durkheim, Comte, Marx entre outros. Esses contribuíram – em âmbito popular ou acadêmico – para a construção do arcabouço científico e cultural capaz de fundamentar o imperialismo no século XIX. Dessarte, destaca Da Silva (2010):

A relação entre a imaginação criativa de seus atores e uma realidade humana, social, política, cultural efetiva parece, nestas representações transformadas numa visão oficial sobre toda a região e seus habitantes, dispersar – se na própria *forma* do *olhar* sobre o *outro*. E a *cultura* – criada como forma de representação dessa ideia – ajuda a institucionalizar esse olhar. (Da Silva, 2010, p. 108 - 109).

Nessa perspectiva, Said (1996) insere George Orwell em uma seara de escritores os quais contribuíram para abstrações criadas sobre o oriente, que denominou de peritos orientalistas, auxiliares no processo de manutenção da visão de uma população que não merece a atenção do europeu.

Em parte do livro “*O Orientalismo*”, Said destina algumas páginas para o debate do que chamou de “a secularização do orientalismo”, e inicia suas análises a partir do poema “*O Fardo do Homem Branco*”, de Kipling, definido por George Orwell como o “profeta do imperialismo”<sup>31</sup>. Em sua análise, Said (1996) discorre uma série de críticas ao paradigma estabelecido a partir do imperialismo, que destinou aos homens brancos uma forma autoritária sobre os “não-brancos” (SAID, 1996), o qual sintetiza da seguinte maneira: “Ser um Homem Branco em resumo, era um modo bem concreto de estar-no-mundo, uma maneira de controlar a realidade, a linguagem e o pensamento. Tornava possível um estilo específico” (SAID, 1996, p.233). Insere, assim, o próprio Kipling, “com o hábito culturalmente

30 O “orientalismo” como um campo de erudição acadêmica é, contudo, bem mais antigo. Criado na Europa, como o próprio Said destaca, no século XVI, com a decisão do Concílio de Viena, de 1312, em criar uma série de cátedras de “árabes gregos, hebraicos e sírio, em Paris, Oxford, Bolonha, Avignon e Salamanca.”, a área tinha como definição “[...] considerar não apenas o orientalista profissional e sua obra como também a própria noção de um estudo baseado em uma unidade geográfica, cultural, linguística e étnica chamada Oriente.” (DA SILVA, 2010, p.109)

31 Conferir o ensaio “Dentro da Baleia”, na coletânea intitulada “Dentro da Baleia e outros ensaios” (Orwell, 2005)

sancionado de empregar amplas generalizações”, na condição de um Homem Branco, em que as circunstâncias históricas e culturais, dos autores e ideias, confundem-se com o que chamou de “história do orientalismo do século XIX” (SAID, 1996, p.233). Para Said (1996), esse modelo de escrita permitiu a construção de uma oposição entre o homem ocidental e o homem colonizado, oriental.

Essas generalizações de raça, explica Said (1996), eram legitimadas pela ciência, em especial, a antropologia, literatura, história e pelo darwinismo social. Nesse sentido, Said (1996) entende que as ideias de Kipling e o orientalismo partem de circunstâncias comuns, uma vez que se encontravam em posição de domínio. Sobre as críticas ao “orientalismo”, Said explica que:

Só um ocidental podia falar de orientais assim como era um Homem Branco que podia designar e nomear os de cor, ou não-brancos. Todas as declarações feitas por orientalistas ou por Homens Brancos (e elas costumavam ser intercambiáveis) transmitiam um sentido da distância irreduzível que separava o branco do de cor, ou o ocidental do oriental; além disso, por trás de cada declaração ressoava a tradição da experiência, da erudição e da educação que mantinha o oriental-de-cor em sua posição de *objeto estudado pelo ocidental-branco*, e não vice-versa. (SAID, 1996, p.234, grifo do autor.)

Outro aspecto a ser abordado é em referência aos escritores Renan, Lane, Flaubert, Caussin de Perceval, Marx e Lamartine, sobre os quais Said (1996) expõe críticas às generalizações acerca do oriente e mostra como estas se desenvolviam nas suas variadas esferas da pesquisa e dos estudos orientalistas:

Uma generalização sobre “Oriente” extraía o seu poder da presumida representatividade de tudo o que fosse oriental; cada partícula do Oriente falava da própria orientalidade, de tal modo que o atributo de ser oriental prevalecia sobre qualquer exemplo contrário. Um homem oriental era primeiro um oriental e só depois homem. Uma tipificação radical como essa era reforçada pela ciência (ou discursos como prefiro chama-los). (SAID, 1996, p.237).

Para Said (1996, p. 243), os peritos orientais do século XX na Inglaterra e na França são frutos “dessa estrutura coercitiva, por meio da qual um homem ‘de cor’ moderno é irrevogavelmente acorrentado às verdades gerais sobre seus ancestrais protótipos linguísticos, antropológicos formuladas por um estudioso europeu branco”. Said (1996) coloca em tal condição Wilfrid Scawen Blunt, Doughty, Lawrence, Bell, Hogarth, Philby, Sykes e Storrs, ao afirmar que cada um possuía uma visão “intensamente pessoal” sobre o Oriente, em que

exprimiam “desprezo geral pelo conhecimento oficial sobre o oriente” e, salvo Blunt, “hostilidade e o medo tradicional em relação ao oriente”(SAID, 1996, p.243). Assim, segundo Said (1996, p.243), “agiam, prometiam e recomendavam políticas públicas com bases nessas generalizações”. Said (1996, p. 244) defende então que o objetivo principal destes “Orientais Brancos”, como eram reconhecidos em suas próprias culturas, seria “manter o Oriente e o islã sob o domínio do Homem Branco”.

No contexto do século XX, no qual o Império Britânico se encontra em conflito com o Império Turco-Otomano na Primeira Guerra Mundial, o orientalista se torna uma figura que faz a história contemporânea do oriente uma história “para o ocidente” (SAID, 1996, p. 244). Entretanto, o orientalista continua a esbarrar nas generalizações, no “sistema estático”, tal qual no final do século XIX. Como consequência da introdução “forçada” do oriente na história, a burocracia imperial, instrumentalizada no agente do império, passou a ser a responsável por materializar uma determinada visão conservadora que as instituições acadêmicas das potências imperialistas estabeleciam. O autor usa como sustentação de sua afirmação a obra *The seven pillars of wisdom*<sup>32</sup> de T. E. Lawrence, na qual se pode observar uma perspectiva orientalista associada ao “novo imperialismo” europeu, termo usado pelo próprio Lawrence, que, diante da guerra mundial, necessitava da proatividade do colonizado em defesa da metrópole, obviamente, sem deixar de manter seus domínios preservados. Nessa situação, Said (1996) chama a atenção para o fato de o orientalista tornar-se o representante oriental. Por conseguinte, “ele assumiria a responsabilidade pelo Oriente mediante a interposição da sua experiência sagaz entre o leitor e a história” (SAID, 1996, p.249). Diante disso:

O estilo não é só o poder de simbolizar generalidades enormes como a Ásia, o Oriente ou os árabes; é também urna forma de deslocamento e incorporação pela qual urna voz torna-se toda a história, e – para o ocidental branco, leitor ou escritor – o único tipo de Oriente que pode ser conhecido. (SAID, 1996, p.249)

Ao concentrar suas análises nos agentes imperiais e naqueles que faziam políticas específicas e não nos estudiosos, Said (1996, p. 252), justificando a tentativa de demonstrar como ocorreu um deslocamento do orientalismo como conhecimento para a prática, defende que “o orientalista é agora um representante de sua cultura ocidental”. No período entre guerras, as relações entre império e colônias se tornam mais delicadas, os movimentos nacionalistas ganham força e o sentimento de independência, em especial após a

32 Traduzido no Brasil como “Os sete pilares da sabedoria.”

queda do império turco, aumentam, o que exige mais sensibilidade ao tratar com os colonos e com suas lideranças. Dessa maneira, desenvolve-se o temor de que o oriente possa vir a colocar em ruínas o que foi construído ao longo do imperialismo. Sendo assim, nessa fase, os esforços europeus seriam concentrados em manter-se como uma “potente máquina”, “absorvendo o que pudesse de fora, convertendo tudo para seu próprio uso, intelectual e material, mantendo o oriente seletivamente organizado (ou desorganizado)” (SAID, 1996, p.252). Para isso acontecer, seria necessário a manutenção da visão já consolidada acerca do oriente. Para corroborar com sua análise, Said (1996) faz referência a George Orwell, apresentando uma citação do ensaio *Marrackech*, escrito em 1939:

Quando se anda por urna cidade como esta - 200 mil habitantes, dos quais pelo menos 20 mil não tem literalmente nada exceto os trapos que vestem -, quando se vê como as pessoas vivem e, mais ainda, com que facilidade elas morrem, é sempre difícil acreditar que se está caminhando entre seres humanos. Todos os impérios coloniais estão na verdade baseados nesse fato. As pessoas têm caras morenas - e, além disso, têm tantas delas! Será que elas são mesmas feitas da mesma carne que nós? Eles têm nomes, pelo menos? Ou serão apenas urna matéria morena indiferenciada, tão individuais quanto as abelhas ou insetos ou coral? Eles se erguem da terra, suam e passam fome por alguns anos e depois afundam novamente nos montes sem nome dos cemitérios, e ninguém nota que se foram. E até os túmulos logo se dissolvem na terra. (ORWELL *apud* SAID, 1996, p. 252)

Em sequência, Said (1996) define a visão de Orwell como característica do discurso orientalista produzida nesta tradição ocidental.

(...) Para estas abstrações o orientalismo contribuiu com seu poder de generalização, convertendo exemplos de uma civilização em portadores ideais de valores, ideias e posições, que por sua vez os orientalistas haviam encontrado no “Oriente” e transformado em moeda cultural corrente. (SAID, 1996, p. 252).

No livro “*Cultura e Imperialismo*”, mais uma vez Said (2005a) inserirá George Orwell à tradição orientalista, fazendo referências breves ao autor, como no trecho selecionado, em que ao analisar a obra de Camus, estabelece a comparação com Orwell:

Camus é de particular importância na tremenda turbulência colonial do esforço de descolonização francesa no século XX. É uma figura imperial bastante tardia que não só sobreviveu ao auge do império, mas permanece

ainda hoje como escritor “universalista” com raízes num colonialismo agora esquecido. Sua relação retrospectiva com George Orwell é ainda mais interessante. Tal como ele, Camus se celebrou como escritor interessado em questões que ganham realce nos anos 1930 e 1940: o fascismo, a Guerra Civil espanhola, a resistência à carnificina fascista, os problemas da miséria e injustiça social tratados pelo discurso socialista, a relação entre escritores e política, o papel dos intelectuais. Ambos eram famosos pela clareza e simplicidade de estilo — podemos lembrar Barthes, em *Le degré zéro de l'écriture* [O grau zero da escritura], que define o estilo de Camus como *écriture blanche* —, bem como a limpidez direta de suas formulações políticas. Ambos também passaram pela transformação do pós-guerra com resultados não muito felizes. Ambos, em resumo, guardam interesse póstumo por terem escrito narrativas que agora parecem se referir a uma situação que, num exame mais detido, se afigura muito diversa. As observações literárias de Orwell sobre o socialismo britânico assumiram uma qualidade profética (para quem gosta delas; ou sintomática, para quem não gosta) no campo da polêmica sobre a Guerra Fria; as narrativas de Camus sobre a resistência e o confronto existencial, que antes pareciam falar da luta contra a mortalidade e o nazismo, agora podem ser lidas como parte do debate sobre cultura e imperialismo. Apesar da crítica bastante vigorosa de Raymond Williams à visão social de Orwell, ele é constantemente invocado por intelectuais da esquerda e da direita. Era ele um neoconservador à frente de seu tempo, como diz Norman Podhoretz, ou um herói da esquerda, como sustenta Christopher Hitchens de modo mais convincente? (SAID, 2005a, p. 191 – 193)

Em contrapartida, Da Silva (2010) estabelece críticas às interpretações de Said sobre a obra de Orwell que, assim como os comentadores, são generalizantes, principalmente no que tange à relação do intelectual com o imperialismo. Segundo Da Silva (2010), Said não se preocupa, pelo menos nas citações a Orwell feitas em “*Cultura e Imperialismo*”, em construir “nexos de continuidade e/ou descontinuidade no pensamento reflexivo de Orwell em meio a essa tradição cultural ocidental que trata de maneira monolítica o ‘*Oriente*’ e o ‘*Oriental*’.” (DA SILVA, 2010, p110). Analisando o livro de Said, encontramos fundamentos que corroboram com as críticas de Da Silva (2010) à maneira como Said endossa a refutação de Orwell ao imperialismo.

Em “*Cultura e Imperialismo*”, Said (2005a) debate sobre alusões aos fatos imperiais encontrados nas culturas inglesa e francesa do século XIX e começo do século XX, especialmente nos romances. Nesse contexto, Orwell é citado, sem especificar a produção, junto a uma lista de romancistas ingleses e franceses<sup>33</sup>, que, segundo Said (2005a), fazem “alusões aos fatos imperiais” na construção dos romances<sup>34</sup>.

33 Orwell se encontrava entre nomes como: Jane Austen, Charles Kingley, Dickens, Disraeli, Daniel Deronda, Henry James, Kipling, Conrad, Arthur Conan Doyle, Rider Haggard, R.L Stevenson, Joyce Cary, E. M. Foster, T. E. Lawrence.

34 Levantamos aqui a hipótese de que se trata do romance *Dias na Birmânia*, primeiro romance de Orwell a ser publicado, em 1934, que possui como pano de fundo para o enredo a colonização britânica na Birmânia.

Na busca por demonstrar como a literatura se relacionou com o imperialismo, especialmente no século XIX, Said (2005a) afirma:

Como referência, como ponto de definição, como local facilmente aceito para viagens riquezas e serviços, o império funciona para boa parte do século XIX europeu como uma presença codificada na literatura ainda apenas marginalmente visível, à semelhança dos criados das grandes mansões ou nos romances, cujos serviços são fato assente, mas quase sempre limitados a uma simples menção, raramente estudados (embora Bruce Robbins, em data recente, tenha escrito sobre eles), quase nunca recebendo densidade. (SAID, 2005, p. 100 – 101).

Como semelhança entre os romances nos quais Said (2005a) faz referência, “os fatos do império” estão associados ao domínio sistemático de grandes territórios desconhecidos aos seres humanos, em que se desenvolvem aventuras e fantasias que acarretaram na emigração, no enriquecimento e em aventuras sexuais (SAID, 2005, p. 101). As motivações apresentadas pela literatura, em especial a realista, são variadas: “filhos mais novos caídos em desgraça são enviados para as colônias, parentes pobres mais velhos vão para lá tentar recuperar fortunas perdidas (como em *La cousine Bette* [A prima Bette], de Balzac), jovens viajantes empreendedores vão até lá para se divertir e coletar objetos exóticos” (SAID, 2005, p.101). Em comum, possuem o ideal de que as colônias são espaços de oportunidade.

Estabelecendo um contraponto, Said (2005a) buscará estudar escritores que trouxeram discussões críticas da cultura e do imperialismo, no entanto, afirma encontrar poucos que estabelecem análises argumentativas acerca de tal relação. Ele afirma que autores como Martin Green, Moly Mahood, John McClure e Patrick Brantlinger apresentaram importantes contribuições, mas se concentrando nas estruturas narrativas e descritivas: “apontando a presença de temas, a importância de determinadas conjunturas históricas, a influência ou persistência de ideias sobre o imperialismo – e cobrem um volume imenso de material” (SAID, 2005, p. 101 - 102). Said (2005a) nos chama a atenção para a pequena quantidade de contribuições de caráter teórico e metodológico a respeito do “pensamento imperialista na cultura ocidental moderna” entre os quais se destacam as obras de Jonah Raskin<sup>35</sup>, Gordon K. Lewis<sup>36</sup> e V. G. Kiernan<sup>37</sup>.

Apesar de reconhecida a importância e a contribuição desses trabalhos acerca da cultura e imperialismo, Said (2005, p.102) destaca que nenhum deles, e nenhum outro,

35 *The mythology of imperialism*”

36 *“Slavery, imperialism e freedom”*

37 *“Marxism and Imperialism”* e *“The lords of human kind”*.

dedicou a atenção à “influência que deveriam ter na modificação da nossa maneira de encarar as obras canônicas da cultura europeia dos dois últimos séculos”. Tal aspecto levou Said a criticar os “grandes praticantes da crítica” que ignoraram o imperialismo, como Raymond Willians em sua obra “*Culture and society*”. Diante do silêncio dos críticos, Said (2005, p. 103) questiona: “Por que ocorreram tais lapsos?” Na busca por respostas, ele expõe um pensamento importante para levarmos em consideração, quando se trata de estudar os romances e seus escritores, que também não poderíamos deixar de levar em conta em nossos estudos sobre George Orwell: “Naturalmente, para quem tem passado colonial, o tema imperial é determinante em sua formação, e ele irá atraí-lo, se você por acaso também for um crítico dedicado à literatura europeia” (SAID, 2005, p.103). Defendendo a sua abordagem, o escritor expõe que:

Devemos, pois, ler os grandes textos canônicos, e talvez também todo o arquivo da cultura europeia e americana pré-moderna, esforçando-nos por extrair, estender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado (penso nos personagens de Kipling) em tais obras. (SAID, 2005, p. 103)

Ele denomina tal abordagem como “leitura do contraponto”:

A leitura em contraponto deve considerar ambos os processos, o do imperialismo e o da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçosamente excluído — em *L’etranger* [O estrangeiro], por exemplo, toda a história anterior do colonialismo francês e a destruição do Estado argelino, e o surgimento posterior de uma Argélia independente (à qual Camus se opunha). (SAID, 2005, p.104)

Said (2005, p, 104) defende também que cada texto possui seu “gênio próprio”, assim como cada região geográfica do mundo possui “suas próprias experiências que se sobrepõem e suas histórias de conflito que se entrelaçam”. Sendo assim, “nenhuma leitura deveria tentar generalizar a ponto de apagar a identidade de um texto, um autor ou um movimento particular. Da mesma forma, ela deveria admitir que o que era, ou precisa ser, certo para uma determinada obra ou autor pode ter se tornado discutível” (SAID, 2005, p. 104). Said (2005, p. 104 – 105) mostra-nos mais: “ao ler um texto, devemos abri-lo tanto para o que está contido nele quanto para o que foi excluído pelo autor. Cada obra cultural é a visão de um momento, e devemos justapor essa visão às várias revisões que depois ela gerou”. E finaliza: “ademais, devemos vincular as estruturas de uma narrativa às ideias, conceitos e

experiências em que ela se apoia.” (SAID, 2005, p. 105).

Said (2005a) explica, ainda, quais os seus objetivos e o que deveriam ser os objetivos dos estudos culturais acerca do imperialismo:

O imperialismo moderno era tão global e abrangente que praticamente nada lhe escapava; além disso, como disse, a disputa oitocentista pelo império ainda prossegue até hoje. Portanto, observar ou não as ligações entre os textos culturais e o imperialismo é tomar uma posição de fato tomada — seja estudar a ligação para criticá-la e pensar em alternativas, seja não estudá-la para que fique como está, sem exame e provavelmente inalterada. Uma de minhas razões para escrever este livro é mostrar até onde foi a busca, a preocupação e a consciência do domínio ultramarino — não apenas em Conrad, mas em figuras que quase nunca nos vêm à lembrança sob esse aspecto, como Thackeray e Austen — e quão importante e enriquecedora é, para o crítico, a atenção a esse assunto, não só por razões políticas óbvias, mas também porque, conforme venho argumentando, esse tipo específico de atenção permite ao leitor interpretar as obras canônicas dos séculos XIX e XX com um comprometimento e um interesse novos. (SAID, 2005, p. 106)

O autor dedica-se a analisar o gênero literário do romance defendendo ser inconcebível pensar o romance como artefato cultural da sociedade burguesa e o imperialismo de forma separada. Fundamentando seu argumento:

Entre todas as principais formas literárias, o romance é a mais recente, seu surgimento é o mais datável, sua ocorrência, a mais ocidental, seu modelo normativo de autoridade social, o mais estruturado; o imperialismo e o romance se fortaleciam reciprocamente a um tal grau que é impossível, diria eu, ler um sem estar lidando de alguma maneira com o outro. (SAID, 2005, p.110)

Ainda tratando sobre “narrativa e espaço social”, Said (2005a) busca fundamentar a sua escolha por estudar os romances, sobretudo os ingleses, realizando uma análise histórica do papel do gênero literário como uma ferramenta política do Império Britânico ao longo das décadas de 1840 até o final da Primeira Guerra Mundial, período este em que a Inglaterra foi a principal produtora de romances, mesmo sendo a França, segundo Said (2005a), o estado com estruturas intelectuais mais desenvolvidas. Nesse sentido, o crítico insere George Orwell no rol de escritores cujas obras devem ser analisadas conjuntamente com o contexto imperialista em que se desenvolveu.

A apropriação da história, a historicização do passado, a narrativização da sociedade, que dão força ao romance, incluem a acumulação e diferenciação do espaço social, espaço a ser usado para finalidades sociais. Isso é muito mais evidente na ficção abertamente colonial da segunda metade do século XIX: na Índia de Kipling, por exemplo, onde os nativos e o governo colonial



ocupam espaços diversamente organizados, e onde Kipling, com seu gênio extraordinário, concebeu Kim, um personagem maravilhoso cuja juventude e energia lhe permitem explorar ambos os espaços, passando de um para o outro com uma elegância ousada como que para confundir a autoridade das barreiras coloniais. As barreiras dentro do espaço social também existem em Conrad, e em Haggard, Loti, Doyle, Gide, Psichari, Malraux, Camus e Orwell. (SAID, p. 117).

O pensamento de George Orwell acerca do imperialismo ainda é um terreno fecundo para o desenvolvimento de estudos que visam compreender a literatura e o imperialismo através de variadas obras. Ao justificar sua escolha por romances e outros livros como objetos de suas análises, Said (2005a) nos mostra a relevância de tais fontes para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos estudos culturais. Os romances, nesse sentido, são considerados por Said (2005, p.13) “obras de arte e de conhecimento respeitáveis e admiráveis, que proporcionam prazer” tanto a ele como aos seus leitores. Nesse aspecto, encontra-se o desafio do pesquisador: “relacioná-lo não só com esse prazer e esse proveito, mas também com o processo imperial de que fazem parte de maneira explícita e inequívoca” (SAID, 2005, p.13). Assim, o escritor afirma que “se fôssemos ingleses ou franceses na década de 1860, veríamos e sentiríamos a Índia e o norte da África com uma mescla de familiaridade e distância, mas nunca com a noção de soberania própria deles” (SAID, 2005, p. 21).

O crítico sugere que, mais do que condenar ou ignorar, aprendêssemos sobre esse fato para aprofundarmos a nossa compreensão sobre as obras. Ele acredita ser mais pertinente nestes estudos a “disposição política de levar a sério as alternativas ao imperialismo, entre elas a existência de outras culturas e sociedades” (SAID, 2005, p. 20). Não se concentrando apenas nas reflexões e problemas estabelecidos nos séculos passados, apesar de não fazer parte do seu recorte temporal, Said (2005a) alerta para problemas semelhantes vividos e cometidos por nós mesmos no século XXI:

O mundo, hoje, não existe como espetáculo sobre o qual possamos alimentar pessimismo ou otimismo, sobre o qual nossos “textos” possam ser interessantes ou maçantes. Todas essas atitudes supõem o exercício de poder e de interesses. Na medida em que vemos Conrad criticando e ao mesmo tempo reproduzindo a ideologia imperial de sua época, nessa mesma medida poderemos caracterizar nossas atitudes presentes: a projeção, ou a recusa, da vontade de dominar, a capacidade de prejudicar ou a energia para compreender e se comprometer com outras sociedades, tradições e histórias. (SAID, 2005, p.20)

Logo, faz-se necessário exercitarmos a nossa capacidade de sermos críticos em

relação aos estudos de Said, sendo importante o exercício acadêmico, na intenção de buscar em outros analistas acerca do orientalismo o contraponto ao que foi determinado pelo crítico literário palestino. Nesse momento, nos ateremos a tratar de opiniões levantadas contra Said e que exigem a devida atenção, apontando as limitações do autor.

Robert Irwin publicou, em 2006, o livro que, no Brasil, ganhou o título “*Pelo amor ao Saber: os orientalistas e seus inimigos*”. Nessa obra, Irwin apresenta sua defesa aos orientalistas, colocando-se como a antítese a Edward Said. Em sua alegação, Irwin (2006) faz um trabalho historiográfico no qual busca explorar as origens dos orientalistas, analisando-as dentro de cada período, desde as civilizações antigas até a segunda metade do século XX. Ao longo dos seus estudos, toma os registros de Said em “*Orientalismo*”, contestando-os, na tentativa de expor as possíveis fragilidades da teoria sustentada pelo crítico de que o Oriente seja o “outro” construído a partir da cultura ocidental. Dentre as objeções levantadas por Irwin (2006), todas pertinentes, algumas dizem respeito à abordagem e à metodologia nas quais Said embasou-se. Podemos citar, como exemplo, a posição apresentada por Irwin sobre a inserção de Karl Marx como orientalista.

Marx de fato foi abordado, tendo seus textos sido deturpados. Foi citada uma passagem de Marx (isoladamente) na qual ele afirmava que os aldeões indianos sofreriam em consequência da transformação de sua sociedade pelo colonialismo britânico, mas que, embora seus sofrimentos pudessem despertar compaixão no coração de ocidentais, esses sofrimentos seriam necessários caso se quisesse que o progresso econômico e social se caracterizasse na Índia. Tipicamente, Said de início admitiu que Marx realmente sentia alguma compaixão pelo camponês oriental e depois negou que ele tivesse esse sentimento. Em seguida ao amortecimento da capacidade de Marx para sentir compaixão foi atribuído à forte influência que West-östlicher Divan de Goethe exerceu sobre sua imaginação, bem como a um essencialismo racial semelhante ao encontrado nos escritos de Renan. Foi assim que “a visão romântica orientalista” acabou predominando sobre a humanidade de Marx. (IRWIN, 2006. P.344)

Assim, observamos, a partir da crítica levantada por Irwin (2006), o problema da generalização em Said, o qual excluiu da sua análise o contexto e as ideias do pensamento de Marx, limitando-se a interpretar um trecho de maneira isolada. Depreendemos, conforme escrito nas páginas anteriores, que a maioria dos analistas de Orwell, assim como o próprio Said, tiraram conclusões a respeito da sua refutação ao imperialismo sem se aprofundar nas ideias escritas pelo autor, algo que precisamos nos atentar no objetivo de trazer uma abordagem mais completa possível.

Encontramos em Said um expoente acerca dos estudos culturais, sendo das

principais referências nos estudos entre cultura e política, o que nos inspirou a desenvolver tais fundamentações a respeito do pensamento orwelliano. No entanto, conforme exposto, temos ciência quanto às limitações das suas interpretações, o que fortalece a necessidade de estabelecer estudos acerca do recorte temático proposto sobre as obras de Orwell. Como podemos constatar, existem perspectivas diferentes com relação ao pensamento quanto ao imperialismo do intelectual George Orwell, tomado como um crítico desde suas primeiras obras e como orientalista por uma das maiores referências relativas ao tema. Cabe a nós contribuirmos, por meio dos nossos estudos, para o debate em relação ao problema, buscando analisar, no próximo capítulo, as correntes imperialistas na produção de Orwell.

## **2. A TRAJETÓRIA LITERÁRIA DE GEORGE ORWELL: UMA ANÁLISE ACERCA DO IMPERIALISMO BRITÂNICO APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

A trajetória literária de Orwell se inicia após o abandono da carreira militar a serviço do Império na Birmânia em 1927. Um dos seus primeiros livros foi o romance *Dias na Birmânia*, escrito em 1934, e que seu enredo se desenvolve na Birmânia na segunda década do século XX. Outro livro que nos colocará em contato com o pensamento do literato a respeito do imperialismo é *O caminho para Wigan Pier*, escrito em 1937, no qual há relatos autobiográficos e suas impressões acerca do imperialismo britânico na Birmânia, dentre os quais se encontram as motivações que conduziram Orwell a se tornar um socialdemocrata. O início da sua carreira literária ficou marcado também por seus ensaios, dentre os quais destacaremos três: *O Enforcamento*, primeiro ensaio assinado com o pseudônimo George Orwell, em 1931; *O Abate de um elefante*, publicado em 1936 e *O Leão e o Unicórnio: O socialismo e gênio inglês*, publicado pela primeira vez em 1941.

A partir das obras citadas, entraremos em contato com o pensamento de Orwell acerca do imperialismo. Realizaremos uma análise conjunta dessas fontes, buscando compreender os vários aspectos do imperialismo britânico junto ao pensamento orwelliano. Um deles, comum às obras selecionadas, e que, portanto, não poderíamos deixar de abordar, trata-se do seu período histórico. A escolha por tais produções teve como critério o recorte temático. Em todas elas, Orwell se dedica a falar sobre o imperialismo britânico, usando suas experiências como elemento para fundamentar seu raciocínio. Contudo, os textos exigem também um recorte temporal, uma vez que seus escritos se concentram no período entre

guerras. Dessa forma, objetivamos, nesse capítulo, analisar o tema proposto inserindo, assim, o autor em uma série de debates teóricos relativos às discussões que se desenvolveram no início do século XX.

Nesse sentido, encontramos, na historiografia, fundamentos os quais nos auxiliam na compreensão acerca das transformações vivenciadas pelo imperialismo europeu, especialmente britânico, no século XX. Para o historiador britânico Eric Hobsbawm (1988, p.9), a data de “agosto de 1914” representa “uma das ‘rupturas naturais’ mais inegáveis da história” podendo ser considerada o marco do fim do mundo feito por e para a burguesia, assinalando o final do longo século XIX, com o qual os historiadores aprenderam a trabalhar (HOBSBAWM, 1988, p.10). Nessa linha de raciocínio, ele ressalta a importância dos estudos sobre o tema/período:

Eu estimaria que no mundo anglófono foi publicado nos últimos quinze anos, ao menos um título significativo por mês – livro ou artigo sobre os anos entre 1880 e 1914. A maioria visava um público de historiadores ou outros especialistas, pois esse período, como vimos, não é crucial apenas para o desenvolvimento da cultura moderna, mas dá margem a um grande número de debates acalorados na área de história, nacional ou internacional, em sua grande maioria iniciados nos anos que precederam 1914: sobre imperialismo, sobre desenvolvimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, sobre o problema do declínio econômico britânico, sobre a natureza e a origem da Revolução Russa – para citar alguns. Por motivos óbvios, o mais conhecido desses temas é a questão das origens da Primeira Guerra Mundial, que até a data já gerou vários milhares de volumes e continua a produzir literatura em quantidades impressionantes. A questão permaneceu viva porque o problema das origens das guerras mundiais infelizmente tem se recusado a desaparecer desde 1914. De fato, em nenhum outro ponto de vinculação entre preocupações passadas e presentes é mais evidente que na história da Era dos Impérios. (HOBSBAWM, 1988, p.10)

O século XX foi fortemente influenciado pelas três décadas finais do século XIX. A cultura da vida cotidiana, a título de ilustração, permanecia ainda marcada por inovações do final do século XIX, como a indústria publicitária, jornais e revistas com circulação de massa e o cinema. Em relação aos aspectos sociais não é diferente. Entre os anos de 1875 e 1914, houve o surgimento de partidos de massa, partidos trabalhistas, socialistas e comunistas, sindicatos operários organizados em nível nacional, tudo isso impactando diretamente nas democracias ocidentais. Todas essas transformações, e fundamentalmente a Grande Guerra, acarretaram mudanças significativas nas estruturas do imperialismo, colocando em crise as análises nacionalistas do século XIX, lançando

questionamentos acerca da sua importância para as potências europeias.

Hobsbawm (2011) nos chama atenção para o cenário europeu a partir da segunda metade do século XIX:

Tornou-se evidente que a democratização, ou pelo menos a crescente e ilimitada eleitorização da política, era inevitável. Tornou-se igualmente óbvio – pelo menos a partir da década de 1880 – que onde se concedesse a participação política, mesmo que nominal, ao homem comum como um cidadão (...) não se poderia mais confiar em que ele desse lealdade automática e apoio aos seus superiores e ao Estado. (...) E simultaneamente, como exemplificam as guerras modernas, os interesses estatais dependiam agora da participação dos cidadãos comuns em um grau não considerado antes. (...) A democratização da política – ou seja, de um lado a extensão crescente do voto (masculino) e de outro a criação de um Estado moderno – colocava a questão da nação e dos sentimentos do cidadão em relação aquilo que ele considerava como sua “nação”, a sua “nacionalidade” ou outro centro de lealdade, no topo da agenda política. (HOBBSAWM, 2011, p. 97 – 98)

Destarte, compreendemos que a Inglaterra, desde a metade do século XIX, vem vivenciando uma série de transformações como a ampliação da democracia, o aumento demográfico da população urbana, superando a população rural, além da ampliação de um corpo burocrático voltado para questões sociais relacionadas ao processo de industrialização vivido no país. Tais aspectos coincidem com a expansão imperialista britânica, que se faz mais forte a partir de 1870. Nesse sentido, conforme apontado por Hobsbawm (2011), o engajamento da população com o Estado é cada vez mais requerido, concretizando-se por meio dos impostos, participação eleitoral e a forte presença nas convocações militares, não se sustentando mais tão somente por pressupostos ideológicos como antigamente.

Para Gramsci (2000), essa nova forma de organização do sistema e do Estado capitalista demandava uma novidade na política e na relação de classes, mediada por novos aparatos. Ao analisar o Estado burguês moderno, pensa-se em uma instituição a qual conteria a união entre sociedade política e sociedade civil. A participação da sociedade civil é materializada na difusão de organizações de massa, uma maior contribuição popular na política com a fundação dos partidos operários e a ampliação do sufrágio e da imprensa, tornando-se uma nova esfera de mediação entre as classes que compõem a sociedade capitalista. Com maior presença social na política, representada na burocracia executiva e policial-militar, deve dividir a tarefa de manter a sociedade política coesa com a sociedade civil. O principal papel da sociedade civil é o de fornecer consentimento social, a adesão voluntária dos indivíduos ao projeto societário da classe dominante, por meio de um projeto

político, econômico e ideológico consistente. Deve-se compreender, segundo Gramsci (2000), que sociedade política e sociedade civil trabalham juntas, mediante processos diferentes, para manter a coesão da sociedade em questão. É através desse mecanismo que a burguesia industrial e mercantil inglesa conseguiu implementar a sua concepção de mundo como hegemônica em fins do século XIX.

Ao apontar a existência de duas instâncias dentro do Estado, Gramsci (2000) nos auxilia a compreender a dominação burguesa na sociedade europeia dos séculos XIX e XX, e como o papel ideológico ganha mais importância na construção hegemônica do capitalismo. Raymond Williams (2007, p.200), ao analisar o conceito gramsciano de hegemonia, destaca que o termo “não se limita a questões de controle político direto, mas busca descrever um predomínio mais geral que inclui, como uma das suas características centrais, um modo particular de ver o mundo, a natureza humana e as relações”. Sendo assim, defende que:

a ideia de hegemonia, em seu sentido amplo, é especialmente importante nas sociedades em que a política eleitoral e a opinião pública são fatores significativos, e em que se considera que a prática social depende do consentimento de certas ideias dominantes que, na realidade, expressam as necessidades de uma classe dominante. (WILLIAMS, 2007, p.200)

Nesse sentido, as transições do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista e financeiro, características do século XIX que levaram ao imperialismo, dentro da concepção marxista, precisavam ser explicadas e aceitas pela sociedade inglesa. Uma ideologia a qual justificasse essa expansão foi necessária para a burguesia inglesa convencer o resto da sociedade de que a dominação que eles estavam impondo aos povos africanos e asiáticos era mais correta, necessária e benéfica para as partes envolvidas. A missão civilizatória e o dever dos ingleses de levar o desenvolvimento político, econômico e cultural aos povos não desenvolvidos serviram aos interesses da burguesia ligada ao capital monopolista. Uma concepção de mundo baseada no militarismo e racismo passou a se articular lentamente junto às estruturas da sociedade civil inglesa, o que garantiu embasamento consistente para se estabelecer no século XIX. Dentro da concepção de Gramsci (2000), a Igreja Católica, a imprensa e as escolas foram os principais aparelhos privados de hegemonia da sociedade da época. A partir desses elementos da sociedade civil, partiu-se para disputa pelo convencimento necessário a fim de garantir a hegemonia que sustentaria as políticas dos setores dominantes tanto em âmbito econômico quanto político.

Ao longo do capítulo, exploraremos nas fontes escritas por Orwell críticas aos aparelhos privados de hegemonia, como a escola e a literatura, além da importante repercussão da difusão de uma ideologia imperial estruturada no nacionalismo. Gerações de homens e mulheres inglesas cresceram em meio a propagação de um sentimento nacionalista embutido de ideias imperialistas, expansionistas e militaristas. Por todos os meios, disseminava-se a importância da Inglaterra como o centro de império, dono da maior marinha, difusor da civilização para povos longínquos e não civilizados. O objetivo era o de angariar o apoio dos diversos setores sociais ingleses para as classes dominantes ligadas ao capitalismo imperialista. Por meio das análises dos intelectuais, buscou-se desenvolver uma nova concepção de mundo que fosse capaz de construir um vínculo orgânico entre a sociedade inglesa e os empreendimentos imperialistas burgueses, sustentados em um nacionalismo militarista e expansionista. Para Gramsci (2000):

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, *racionalistas*, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam terrenos sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. (GRAMSCI, 1987, p. 62 – 63)

Esse valor aglutinante ideológico é importante, pois, a partir deles, é que os cidadãos ingleses interpretam a realidade na qual estão inseridos e tomam consciência do mundo que os cerca. Seu surgimento está intimamente ligado às necessidades da época, por conseguinte, a ligação existente entre o nacionalismo imperial e a expansão capitalista e da democracia no século XIX não deve ser ignorada, assim como não podemos desdenhar o marco representativo da Primeira Guerra Mundial para o crescimento de teóricos marxistas. Esses buscaram analisar o imperialismo dentro da lógica do modo de produção capitalista, algo característico do período.

Hobsbawm (1988) explica o imperialismo europeu em dois momentos: antes da Primeira Guerra Mundial e após a Primeira Guerra Mundial. O período anterior à guerra denominou de a “Era dos Impérios”, estando delimitada entre os anos de 1875 e 1914, sobre a qual escreveu:

Foi uma era de paz sem paralelo no mundo ocidental, que gerou uma era de guerras mundiais igualmente sem paralelo. Apesar da aparência, foi uma era de estabilidade social crescente dentro da zona de economias industriais desenvolvidas, que forneceram os pequenos grupos de homens que, com

uma facilidade que raivava a insolência, conseguiram conquistar e dominar vastos impérios; mas a era que gerou, inevitavelmente, em sua periferia, as forças combinadas da rebelião e da revolução que a tragariam. Desde 1914 o mundo tem sido dominado pelo medo, e às vezes pela realidade, de uma guerra mundial e pelo medo (ou esperança) de uma revolução – ambos baseados nas condições históricas que emergiram diretamente da Era dos Impérios. (HOBSBAWM, 1988, p.12)

Os impactos da guerra foram responsáveis por criar tensões internas para cada uma das potências europeias. Tais tensões políticas, econômicas e sociais acarretaram transformações na forma com a qual os próprios europeus passaram a enxergar seus respectivos impérios coloniais. Hobsbawm (1988) denomina de “novo imperialismo” a manutenção da estrutura imperial e a prática do expansionismo após 1914.

Foi a era em que movimentos de massa organizados da classe dos trabalhadores assalariados, característica do capitalismo industrial e por ele criada, emergiram subitamente exigindo a derrubada do capitalismo. Mas emergiram em economias altamente prósperas e em expansão e, nos países onde eram mais fortes, em um momento em que o capitalismo lhe oferecia condições ligeiramente menos miseráveis que antes. Foi uma era em que as instituições políticas e culturais do liberalismo burguês foram estendidas, ou estavam em vias de se estender, às massas operárias que viviam em sociedades burguesas, até mesmo (pela primeira vez na história) às suas mulheres; mas para isso foi preciso forçar a classe central, a burguesia liberal, a ocupar uma posição marginal no poder político. Isto porque as democracias eleitorais, produto inevitável do progresso liberal, liquidaram o liberalismo burguês enquanto força política na maioria dos países. Para uma burguesia cujos alicerces morais tradicionais ruíram sob o peso de sua própria acumulação de riqueza e conforto, foi a era de profunda crise de identidade e de transformação. (HOBSBAWM, 1988, p.11)

O primeiro quartel do século XX ficou marcado pelo acirramento dos debates acerca da política internacional europeia. Neste período, surgiram as primeiras “teorias do imperialismo”, as quais formaram as matrizes de uma discussão que se prolongou por várias décadas (MARIUTTI, 2003). A proliferação desses estudos está diretamente ligada à intensificação da concorrência entre as principais nações imperialistas, que marcou o período de 1870 a 1914. Nessa época, as possessões europeias, que ocupavam 55% da superfície mundial em 1800, atingiram seu ápice abrangendo 84% da superfície terrestre em 1914. As estratégias europeias para a anexação de territórios e a formação dos seus impérios coloniais passaram a ser debatidas após 1890, possuindo diversas interpretações entre os seus observadores. Para alguns, a formação dos impérios coloniais fazia parte de uma nova fase do desenvolvimento nacional e internacional do liberalismo. Outros a trataram como uma nova



era da expansão nacional na qual os elementos políticos e econômicos se encontravam interligados diretamente ao Estado, este, por sua vez, desempenhava um papel cada vez mais ativo e crucial para a expansão. Entre estes últimos observadores, destaca-se Lênin, que associou o termo “imperialismo” à divisão do mundo entre as grandes potências capitalistas (HOBSBAWM, 1988).

Apesar da expressão “imperialismo” ter sido associada a vários fenômenos ocorridos em diversas épocas da história, o termo pode ser considerado algo recente. Mariutti (2003) realizou uma breve análise acerca da lexicografia da palavra *impérialiste*, que aparece pela primeira vez na França associada aos partidários do império napoleônico. Destaca-se a acepção crítica na qual o termo começou a ser utilizado como denúncia às pretensões expansionistas de Luís Napoleão. A partir de então, o termo conservou seu sentido crítico, usado por franceses e ingleses contrários ao expansionismo. Mariutti (2003) ressalta, ainda, que, no contexto anglo-saxão, a palavra imperialismo ganhou força somente na década de 1870, em meio à era vitoriana e como crítica à política do primeiro ministro Disraeli, o qual visava a formação de uma “federação imperial” (*imperial federation*) com o propósito de converter as colônias britânicas em membros autônomos de um império unificado.

## **2.1 Uma análise do pensamento de Orwell em conjunto com as teorias econômicas do Imperialismo**

Seja como for, o livro que instalou esse debate foi *Imperialism: a Study*, publicado por John A. Hobson, em 1902. Esse livro representa a interpretação liberal e social democrata do imperialismo. Apesar do título da obra indicar a realização de um estudo acerca do imperialismo em uma forma ampla, o cerne da escrita desse autor se concentrou em analisar a Grã-Bretanha, especialmente seus problemas socioeconômicos. No entanto, sua interpretação sobre as forças que impulsionavam a expansão imperialista foi importante para os debates seguintes. O aspecto central da análise de Hobson, segundo Mariutti (2003), encontrou-se no descompasso entre o investimento capitalista excessivo e o baixo poder de consumo dos assalariados, o que fazia com que as taxas de juros declinassem na economia nacional. Por sua vez, tal queda tornava o investimento ultramarino mais atraente, devido à expectativa de maior retorno. Para Hobson, a força do imperialismo moderno se encontrava na necessidade cada vez maior das economias nacionais exportarem capitais. Como solução para o problema, Hobson defendeu a necessidade de se aumentar o poder de consumo dos assalariados, o que tornaria o mercado interno mais atrativo e a rentabilidade dos

investimentos nacionais, restringindo a necessidade, conforme podemos observar:

As finanças manipulam as forças patrióticas dentre os políticos, soldados, filantropistas e mercadores; o entusiasmo expansionista que surge destas fontes, embora forte e genuíno, é irregular e cego; o *interesse financeiro tem as qualidades de concentração e de cálculo clarividente que são necessárias para pôr em marcha o imperialismo*. Um ambicioso homem de estado, um soldado de fronteira, um zeloso missionário, um comerciante agressivo, pode sugerir ou até mesmo iniciar um estágio da expansão imperial, pode defender perante a opinião pública patriótica a urgente necessidade de algum novo avanço [da expansão imperialista], mas *a determinante final repousa no poder financeiro*. (HOBSON *apud* MARIUTTI, 2003, p.147)

Este excerto expõe bem a perspectiva de Hobson. O imperialismo não carrega um vínculo orgânico com o capitalismo, mas sim deriva dos interesses financeiros específicos de um setor delimitado, o capitalismo financeiro.

Outro teórico não marxista com importante contribuição para os estudos acerca do imperialismo foi Joseph Schumpeter, cuja obra *O imperialismo e classes sociais* foi publicada em 1919. Conforme Mariutti (2003), Schumpeter busca fundamentar o imperialismo em fenômenos que remontam à antiguidade e conclui que o imperialismo moderno não é parte constitutiva do capitalismo, mas sim fruto das experiências pré-capitalistas que sobreviveram na esfera política, cultural, social, psicológica e econômica e que não foram eliminadas pelo capitalismo. Dentre essas sobrevivências, Schumpeter ressalta o legado das lutas nacionalistas ocorridas na história moderna, o qual conduziu a opinião pública a um sentimento belicista e expansionista, consolidado em várias camadas sociais desde o absolutismo. Sob estes resquícios, e não no capitalismo, encontra-se a responsabilidade pelo fomento bem com a legitimação da política imperialista. Conforme podemos verificar na afirmação destacada:

O imperialismo tem, portanto, um caráter atávico. Enquadra-se num grande grupo de características que sobrevivem de eras remotas, e que desempenham um papel importante em toda situação social concreta. Em outras palavras, é um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado (...). É um atavismo da estrutura social, dos hábitos individuais psicológicos, de reação emocional. Como as necessidades vitais que o criaram desapareceram para sempre há muito, também ele deve desaparecer gradualmente, muito embora qualquer ação bélica, por menos imperialista que seja o seu caráter, volte a revivê-lo. (...) Nossos exemplos mais recentes de imperialismo inegável e claro são as monarquias absolutistas do século XVIII. E são, sem dúvidas, "mais civilizados" do que os seus predecessores. (SCHUMPETER *apud* MARIUTTI, 2003, p. 150)

Mariutti (2003) defende, ainda, que para Schumpeter, o capitalismo é pacífico,

devido a sua tendência racional, sendo, portanto, antagônico às práticas imperialistas, uma vez que a tendência do capitalismo é canalizar para a competição econômica no mercado toda atitude irracional, belicista, expansionista, imperialista, etc. Isso levaria à consolidação das práticas democráticas, como podemos observar na definição sobre imperialismo por ele formulada:

(...) História nos mostra, na verdade, nações e classes (...) que procuram expandir-se pelo amor à expansão, que buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar. Essa determinação não se pode explicar por nenhum dos pretextos que servem para justificá-la. por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento. Independente de toda finalidade concreta ou ocasião, ela representa uma disposição permanente, aproveitando-se de todas as oportunidades. (...) Valoriza a conquista não tanto pelas vantagens imediatas (...) como pelo fato de ser conquista, êxito, ação. (...) Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim também ela não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto (...). Daí, a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força. (SCHUMPETER *apud* MARIUTTI, 2003, p. 150)

O segundo marco nesta discussão foi a publicação de *Imperialismo: a fase superior do capitalismo*, livro escrito por Lênin em 1916. Em oposição a Hobson e Schumpeter, Lênin (1987 [1916]) não só defende que o imperialismo é intrínseco ao capitalismo, mas que representaria a fase de maturidade desse modo de produção. Sua obra é considerada o marco divisor entre as interpretações marxistas e as interpretações liberais do imperialismo.

Lênin (1987 [1916]) apontou que o capitalismo tinha se transformado em um sistema universal de *subjugação colonial* e de *estrangulamento financeiro* por parte dos países, ditos avançados, fazendo com que os países centrais arrastassem todas as demais nações do planeta para uma guerra pela partilha de suas riquezas. Compreendendo esses fenômenos como imanentes ao capitalismo, o autor russo expõe em sua obra que o processo de acumulação do capital estimulava a formação de monopólios, cuja superioridade se potencializava com o capital-dinheiro proveniente dos bancos, dando assim origem ao capital financeiro. Com isso o “velho capitalismo” dava frente ao “capitalismo moderno” e monopolista, o qual se caracterizava pela “*exportação de capital*”, fruto do crescente acúmulo de verbas por parte das nações avançadas em busca de uma colocação lucrativa. Esse processo de exportação de aporte financeiro atingiu proporções gigantescas gerando “uma sólida base para o jugo e exploração imperialista” de diversas nações para o “parasitismo capitalista de

um punhado de Estados riquíssimos” (LÊNIN, 1987, p.81).

Lênin, segundo Mariutti (2003), analisa que alguns países, após a década de 1850, atingiram uma fase do modo de produção capitalista que chamou de “fase da indústria moderna”, caracterizada pela possibilidade de produção de mais-valia relativa e pelo desenvolvimento das instituições de crédito e a centralização de capital. A conjunção desses fatores foi a monopolização do capital em escala nacional, posteriormente, escala internacional, que ficou marcada pela competição intensa entre os grandes capitalistas. Nesse estágio, as práticas imperialistas se tornam imprescindíveis uma vez que a concorrência entre as burguesias imperialistas começam a lutar, por intermédio dos seus Estados, pela anexação de novos territórios e pelo controle de novos mercados. Sendo assim, Lênin estabelece uma relação intrínseca entre o imperialismo e o capitalismo monopolista<sup>38</sup> na qual a acumulação de capital gerada ao longo do imperialismo levou a uma guerra entre as potências capitalistas. Assim qualificou a Primeira Guerra Mundial como um conflito essencialmente imperialista.

Outra importante interpretação marxista do imperialismo foi proposta por Rosa Luxemburgo, que em *A Acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, publicado em 1913, introduziu a teoria de subconsumo, já defendida por Hobson, ao pensamento marxista. Para Mariutti (2003), a interpretação de Luxemburgo sobre o funcionamento do modo de produção capitalista pressupõe a existência de uma zona não capitalista, capaz de absorver a produção dos países adeptos ao referido sistema, garantindo, assim, a mais valia e a reprodução do capitalismo. Inicialmente, enquanto se encontrava à margem da economia capitalista, o espaço rural exerceu tal papel, após a sua incorporação a esse modo de produção: vender para países não ou parcialmente capitalistas foi a alternativa possível para a garantia da manutenção da reprodução do sistema. Para Luxemburgo, o imperialismo representaria, então, a tentativa das nações capitalistas de controlarem o mundo ainda não aliado à mecânica mercantilista.

Em sua análise de *O Capital Financeiro*, escrito em 1912, Mariutti (2003) explana que o cerne da interpretação de Rudolf Hilferding é o processo de concentração e centralização do capital junto às mudanças estruturais que o acompanham. Para Hilferding, o

38 Desta perspectiva, para compreendermos o imperialismo é necessário analisar as características básicas do *Capitalismo Monopolista*, as quais podem ser sintetizadas do seguinte modo: (1) Há uma forte tendência à centralização da produção em *trustes* e em cartéis, que dão origem a grandes monopólios, que passam a exercer um papel decisivo na vida econômica. (2) A fusão do capital bancário e do capital industrial gera uma poderosa oligarquia financeira. (3) Nestas condições, a exportação de capitais adquire uma importância decisiva, que inclusive a diferencia da exportação de mercadorias. (4) As grandes potências capitalistas dividem o mundo entre si, ocupando territórios e criando esferas de influência. (5) Da efetivação da divisão territorial do planeta, desdobra-se uma intensa luta entre as grandes potências para redividir o mundo (a *luta inter-capitalista*) (Mariutti, 2003, p.155).

impulso à expansão imperialista está vinculado à crescente necessidade dos monopólios capitalistas controlarem zonas produtoras de matéria-prima, os mercados de exportação e regiões favoráveis ao investimento de capitais. Com esse objetivo, ocorre a associação entre o capital financeiro e o aparelho do Estado, com capacidade para preservar os interesses internacionais, além de assegurar o crescimento da burguesia em âmbito internacional. Tal associação é feita com o objetivo de estabelecer um protecionismo e o fomento às indústrias nacionais, auxiliando os empreendimentos maduros a obter bem como consolidar sua posição de monopólio mundial. Será nesses moldes que se desenvolverá a ideologia do imperialismo, fundamentada no racismo e no nacionalismo. A ideologia imperialista, para Hilferding, seria o elemento responsável pela guerra, haja vista que dissimula o conflito capitalista tornando-o um embate entre nações e raças, favorecendo a rivalidade internacional, sendo inevitável a expansão, pois a não realização desta significaria a redução de lucros e o enfraquecimento perante as outras nações capitalistas.

Para Mariutti (2003), por sua vez, a reflexão de Nikolai I. Bukhárin, em 1915, sobre o imperialismo, publicada na obra *A Economia Mundial e o Imperialismo*, está diretamente vinculada ao seu esboço das características gerais da economia mundial, em que o desenvolvimento é moldado pelas transformações internas das estruturas das economias nacionais. Para Bukhárin, o imperialismo significa a substituição da luta competitiva pelo mercado nacional pela luta internacional entre grandes capitalistas associados aos seus respectivos estados, conforme afirma:

Quando a concorrência alcança o seu paroxismo - a concorrência entre trustes capitalistas nacionais - a utilização do poder do estado e das possibilidades que dele decorrem passa a desempenhar papel preponderante. (...) A formação dos trustes capitalistas nacionais faz passar a concorrência, quase inteiramente, ao domínio da concorrência externa. É evidente que, a partir desse momento, os órgãos dessa luta "externa", e em primeiro lugar o poder governamental, devem reforçar-se ao extremo. (...) Quanto mais tensa a situação na arena mundial - e nossa época caracteriza-se precisamente por uma tensão extrema da concorrência entre grupos capitalistas financeiros nacionais- tanto mais se recorre ao punho de ferro do estado. Os últimos vestígios da antiga ideologia *dolaissez-faire*, *laissez passer*, desapareceram. Estamos na época do "novo mercantilismo": o imperialismo. (BUKHARIN *apud* MARIUTTI, 2003, p.163)

Finalmente, segundo Conti (2015), Karl Kautsky encontra as bases que fundaram o imperialismo moderno no regime de livre comércio, que permitiu a alguns estados agrários desenvolverem indústrias e competirem com a Inglaterra, opondo-se à regulamentação do livre-mercado beneficiário da indústria britânica. Após superada essa

barreira de desenvolvimento industrial, passaram a pressionar a Grã-Bretanha para a (re)divisão do mundo de acordo com a nova correlação de forças e os britânicos, por sua vez, viram-se na condição de defender suas possessões, logo, originando o imperialismo. Sendo assim, Kautsky defende a retomada do livre comércio como forma de findar o imperialismo moderno.

Concentramos em expor sucintamente as principais teorias do imperialismo que foram formuladas no início do século XX, uma vez que, possivelmente, essas teorias influenciaram Orwell no desenvolvimento do seu pensamento acerca do imperialismo. Não pretendemos, porém, atribuir às obras de Orwell um caráter teórico, mas sim demonstrar que ele e suas obras pertencem a um período marcado por uma forte tensão social, política e ideológica. Desta forma, poderemos contribuir um pouco mais para a compreensão do imperialismo na primeira metade do século XX.

O romance de Orwell *Dias na Birmânia* é marcado por diálogos entre Flory e seu amigo indiano Dr. Veraswami. É através das opiniões de Flory que podemos verificar as críticas mais contundentes ao imperialismo por parte de George Orwell (2008a), nas quais dá ênfase aos aspectos que relacionam o imperialismo ao capitalismo, assim expondo sua opinião acerca do caráter exploratório e destrutivo que representava o referido regime. Conforme podemos analisar, pelo diálogo com o doutor em que Flory ratifica o caráter agressivo por trás do imperialismo:

“Meu caro doutor”, disse Flory, “como é que o senhor deduz que estamos nesse país para alguma finalidade que não o roubo? É tão evidente. Os funcionários do governo seguram os birmaneses enquanto os negociantes vasculham seus bolsos. O senhor acha que a minha firma, por exemplo, poderia conseguir seus contratos de extração de madeira se o país não se encontrasse em mãos britânicas? Ou as outras firmas madeireiras, ou as companhias de petróleo, ou as empresas de mineração, ou os donos das plantações de chá e os comerciantes? Como é que o cartel do Arroz poderia continuar esfolando o infeliz camponês, se não tivesse apoio do governo? O Império Britânico não passa de um meio para assegurar monopólios comerciais para os ingleses – ou melhor, para as quadrilhas de judeus e escoceses.” (ORWELL, 2008a, p.28)

Flory expõe, ainda, os impactos acarretados pela colonização na economia, sociedade e história da Índia:

“Francamente, meu caro doutor. É bem verdade que ensinamos os jovens a tomar uísque e a jogar futebol, mas muito pouco além disso. Olhe para as nossas escolas – verdadeiras fábricas de escreventes baratos. Nunca ensinamos um único ofício manual útil aos indianos. Não nos atrevemos a tanto; temos medo de que surja competição para a nossa indústria.

Chegamos ao ponto de esmagar as várias indústrias locais. Onde estão as musselinas indianas? Na década de 1840, mais ou menos, grandes navios eram construídos nas Índias e faziam-se grandes viagens. Hoje você não consegue construir aqui nem um barco de pesca capaz de se afastar um pouco mais da costa. No século XVIII, os indianos forjavam canhões de qualidade igual à das melhores armas europeias. Hoje, ao final de cento e cinquenta anos da nossa presença na Índia, você não consegue produzir nem um mísero cartucho de cobre em todo o continente. As únicas raças orientais que se desenvolveram com uma certa velocidade são as independentes. Nem vou citar o Japão, mas basta olhar para o Sião ...” (ORWELL, 2008a, p.28)

As críticas de Orwell, por meio do discurso do seu personagem, se encontram na esteira das análises de grandes obras marxistas dedicadas a entender o imperialismo em sua relação com o capitalismo. Em sua já citada teoria, Lênin (1987 [1916]) expõe que a relação estabelecida entre as potências e as colônias é reflexo da partilha do mundo entre os grandes grupos monopolistas. A busca de lucro em novas fronteiras proporcionou um expressivo aumento no número de colônias subordinadas aos países desenvolvidos. O escritor afirma ainda ser indubitável que “a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.” (LÊNIN, 1987, p. 633).

Outras teorias marxistas, igualmente citadas, como Rosa Luxemburgo e Bakharin, também lançaram teorias sobre o sistema imperialista no início do século XX e nos ajudam a compreender as teses de Orwell. A tese geral de Rosa Luxemburgo, segundo Mariutti (2003), é que em determinadas condições históricas, o ritmo de crescimento da produção pode ser superior ao ritmo das necessidades de consumo. Com isso, teríamos força de trabalho não aproveitada e capacidade de produção ociosa. Dessa forma, um subconsumo limitaria a realização de mais-valia, fazendo com que a única saída encontrada por parte das nações imperialistas para o sistema não implodir seria a busca constante e limitada por regiões não capitalistas ainda restantes no globo, a fim de que pudessem vender seus excedentes e realizar sua mais-valia. Nessa perspectiva, para Luxemburgo, o imperialismo seria um retorno ao processo de *acumulação primitiva* tratada por Marx, sendo um elemento intrínseco ao capitalismo, fruto do desenvolvimento de sua própria lógica.

Bakharin (1987 [1915]), por sua vez, expões que o *imperialismo* seria caracterizado pela formação dos monopólios e a exportação de capitais, constituindo uma fase do processo de acumulação. Citando Marx, relaciona a exportação de capitais com a existência de uma superacumulação em uma nação e o interesse, por parte dos capitalistas deste país, pela busca de taxas de lucro mais elevadas. Assim, “a exportação de capital

constitui o método mais cômodo de aplicação da política econômica dos grupos financeiros que, com a maior facilidade, colocam sob sua dependência novas regiões” (BAKHARIN, 1984, p.48).

O autor relaciona também o imperialismo à formação do capital financeiro. Segundo Bukharin (1987 [1915]), este capital sustentava os monopólios industriais (financiando a sua produção) e se relacionava ao imperialismo em virtude da expansão de capital, necessária por conta da “superprodução relativa do capital”, ou seja, em razão da sua acumulação e demanda reprodutiva. Em síntese, podemos afirmar que Bukharin (1987 [1915]) entende o imperialismo como uma decorrência do desenvolvimento do sistema do capital financeiro e que este pressupõe a busca por conquistar novos territórios de forma a garantir a reprodução do capital. Isso torna necessária a formação pelo Estado de um alto poder militar de forma a possibilitar o alcance dos interesses dessa burguesia.

Hobsbawm (1988) nos chama atenção informando que estes aspectos relacionados diretamente ao capitalismo eram negados por outros analistas não marxistas do imperialismo, que negavam também qualquer conexão específica entre o imperialismo do fim do século XIX e do século XX com o capitalismo, prendendo-se a argumentos de ordem psicológica. Ressalta-se a importância da abordagem de cunho econômico, entretanto, essa não explica todo o imperialismo, visto que o homem, conforme Orwell, por meio do seu personagem, nos mostra em seu romance, não é imune aos apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à colonização.

Todavia, Hobsbawm (1988, p.55) ressalta que “um motivo geral mais convincente para a expansão colonial foi a procura de mercados”, principalmente após a crise de 1929, na qual as metrópoles europeias apostaram na exportação como solução para a crise, buscando em áreas inexploradas do globo clientes em potenciais. Defende então que o “novo imperialismo” foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos de 1880 (HOBSBAWM, 1988).

Orwell não estava imune a esse contexto político/econômico e podemos observar que na contramão de muitos aspectos críticos levantados ao longo do romance *Dias na Birmânia*, temos na mesma narrativa do autor, um aspecto que contribui para manutenção da ideia da superioridade inglesa. Por essas descrições, conseguimos compreender um pouco mais a respeito da importância da Birmânia para o Império Britânico no Oriente.

Kyauktada era um cidade típica da Alta Birmânia, e não mudara muito desde



os dias de Marco Polo até os da Segunda Guerra da Birmânia, e teria passado pelo menos mais um século atolada na Idade Média caso sua localização não fosse conveniente para uma estação ferroviária. Em 1910, o governo a transformara em sede de distrito e foco do progresso – o que se traduzia em um quarteirão de tribunais, com suas hostes de gordos suplicantes mas sempre esfomeados, um hospital, uma escola e uma dessas cadeias imensas e muito duráveis que os ingleses nunca deixam de construir por onde passam, de Gibraltar a Hong Kong. (ORWELL, 2008a, p.13)

Constatamos que, ao descrever a cidade de Kyauktada, lugar em que se desenvolve sua novela, Orwell (2008a, p.13), através do narrador, salienta uma cidade “atolada na Idade Média” e que “não mudara muito desde os dias de Marco Polo até os da Segunda Guerra na Birmânia”. As referências históricas citadas pelo autor estão diretamente associadas à presença de europeus na região. Primeiramente, relacionadas ao período medieval, no qual a região das índias permeava o imaginário europeu se tornando a principal região fornecedora de especiarias para as cidades italianas, mais precisamente no século XII, e, em um segundo momento, o domínio britânico a partir dos anos de 1852 – 1853, o qual foi determinante para a chegada do progresso a partir de 1910.

A relação dos britânicos com a Birmânia remonta às primeiras décadas do século XIX, entre os anos de 1824 até 1826, quando ocorreu a Primeira Guerra Anglo-Birmanesa, resultado do choque entre a dinastia birmanesa de Konbaung e o Raj Britânico. Segundo Thant Myint -U (2001), o movimento da dinastia Konbaung rumo a oeste para a conquista do reino de Arakan em 1785 levou ao confronto com as Índias Britânicas. O expansionismo birmanês rumo a Bengala Oriental colocou a Birmânia em conflito com os ingleses, que responderam enviando frotas para Rangoon. O contingente armado e a tecnologia venceram, e os Birmaneses foram obrigados a pagarem indenização de um milhão de libras.

Sem modernizar seu exército, os Birmaneses se viram em choque com os interesses britânicos na região pela segunda vez. A Segunda Guerra Anglo-Birmanesa ocorreu no final de 1851, o que resultou na anexação da Baixa Birmânia pelo Raj Britânico (MYINT-U, 2001). Em 1886, a Birmânia foi totalmente anexada aos domínios do Império Britânico das Índias, reunificando o país. Para os Britânicos, a conquista da Birmânia facilitou o acesso a mercadorias asiáticas, funcionando como ponto importante para a defesa da Índia de avanços chineses, assim a Birmânia foi colocada sob o controle das Índias Britânicas (MYINT-U, 2001).

Segundo Myint – U (2001), a economia birmanesa se concentrava nas mãos dos capitalistas escoceses, como Steel Brothers (comércio de arroz), a Bombay Burman Trading

Corporation (madeireira), a Burmah Oil (petróleo) e a Irrawaddy Flotilla Company (transportadora fluvial). A imigração de indianos para a Birmânia fez com que o porto da cidade de Ragoon, capital da Birmânia, se tornasse o mais atrativo de imigrantes do mundo na década de 1920 (MYINT-U, 2001). A colonização levou para a cidade a abertura de mercado, além dos portos para os estrangeiros, fazendo dos birmaneses minoria em seu território devido à entrada de chineses e indianos<sup>39</sup>. As empresas estrangeiras se concentraram em explorar os recursos naturais do país e o Império estatizou as terras, criando uma espécie de servidão entre os camponeses e o governo.

Mais do que isso, o principal resultado da colonização foi a completa destruição e rejeição do modo de vida na Birmânia pelos britânicos (em especial pelo Cristianismo). A violência, tanto na pacificação do país quanto na coerção social, é resultado da negação da sociedade budista. Os britânicos impuseram seus valores éticos, sua cultura e seu modo de produção à população, além de rejeitarem qualquer influência social do budismo. A xenofobia presente na política birmanesa é derivada em parte da destruição dos valores junto à organização social advinda do Budismo (GRAVERS, 1999).

Nesse sentido, podemos observar no romance *Dias na Birmânia* que Orwell reforça a lógica da economia mundial dos anos de 1875 a 1914, cujo ritmo determinado por seu núcleo capitalista, segundo Hobsbawm (1988), transformou o mundo onde os “avançados” dominariam os “atrasados”. Ao longo do romance, Orwell excluiu da narrativa qualquer possibilidade de desenvolvimento da região sem a presença dos europeus. Observamos também o destaque dos dois momentos distintos da atuação do Império britânico na região da Birmânia: o primeiro faz referência ao domínio do região, em meados do século XIX; e o segundo faz referência à materialização do domínio britânico no cotidiano colonial, apenas no início do século XX, quando instalou na cidade a sua estrutura administrativa. Os motivos que fundamentam essa mudança de postura por parte da metrópole podem ser encontrados nos interesses comerciais, simbolizados através da ferrovia. Hobsbawm (1988) explica que:

Essa malha de transportes cada vez mais fina incorporou até os países atrasados e anteriormente marginais à economia mundial, e criou nos velhos centros de riqueza e desenvolvimento um interesse novo por essas áreas remotas. De fato, agora eram acessíveis, muitas dessas regiões pareciam à primeira vista meras extensões potenciais do mundo desenvolvido, que já estavam sendo povoadas e desenvolvidas por homens e mulheres de origem europeia, eliminando ou repelindo os habitantes nativos, gerando cidades e

39 Segundo Win (2008), a população da capital Ragoon era composta por cerca de duzentos mil chineses, duzentos mil indianos e apenas cem mil birmaneses.

sem dúvida, com o tempo, civilização industrial. (...) A previsão, como veremos, estava errada. (HOBSEBWM, 1988, p.53)

A cidade de Kyauktada é descrita no romance exaltando seus aspectos naturais e a sua cultura exótica. Nela, encontravam-se as sedes das companhias britânicas nas quais os ingleses cumpriam funções administrativas durante alguns dias do mês e onde também estabeleceram residência. A maior parte do tempo dos ingleses era dedicado ao trabalho na floresta. A exploração da madeira de teca é a principal economia tratada por Orwell no romance. Nesse caso, a ferrovia atendia às necessidades comerciais do transporte de matéria-prima para o Império, algo característico do “novo imperialismo”, conforme destaca Hobsbawm (1988, p.53): “a civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos”. Dessa maneira, a Birmânia, assim como outros territórios coloniais, evoluiu para se tornar um dos produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial.

Hobsbawm (1988) chama a atenção para as explicações “essencialmente estratégicas” do imperialismo que atraíram alguns historiadores. Essas explicações buscavam justificar a expansão britânica na África em termos da necessidade de defender as rotas para as Índias, bem como suas vias de acesso marítimas e terrestres, contra ameaças potenciais. Nessas explicações, que sobrepõem os interesses “geopolíticos” aos econômicos, o domínio do continente africano se justificava meramente pela manutenção do controle sobre as Índias. Em sentido global, portanto, a Índia era o cerne da estratégia britânica exigindo controle de rotas marítimas curtas ou longas, para o subcontinente, o que motivava a implementação de uma política de administração direta, governos efetivos, em certas regiões. Hobsbawm (1988), ao discordar de tais historiadores, apresenta dados relevantes sobre a presença britânica na região das Índias, na qual podemos inserir a Birmânia, incorporada às Índias a partir de 1856.

A Índia ser a “gema mais esplêndida da coroa imperial” e o cerne do pensamento estratégico britânico global, justamente em virtude de sua importância muito real para a economia britânica. Esta importância nunca foi maior que então, quando até 60% das exportações britânicas de algodão iam para Índia e o Extremo Oriente, principalmente para a Índia – só para ela foram 40% - 45% - e o balanço de pagamentos internacional da Grã-Bretanha dependia do superávit proporcionado pela Índia. (HOBSEBWM, 1988, p.58)

Os dados levantados por Hobsbawm (1988) reforçam a importância da linha de ferro para o escoamento de produtos, solidificando o caráter exploratório de matéria-prima e

mercado consumidor, algo distante de um desejo metropolitano de levar indústrias para a região.

## **2.2 Orwell, um homem do seu tempo: um debate acerca das tensões do imperialismo no início do século XX**

Conforme expusemos, as primeiras décadas do século XX são marcadas por uma série de transformações no continente europeu. Especialmente após a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra vivenciará transformações sociais que levantarão questionamentos acerca das possessões do Império Britânico. Como podemos considerar, também, esse período será marcado pelo surgimento de “teorias” que buscam sistematizar o imperialismo, o qual é associado a uma posição crítica à política colonialista estabelecida pelas potências europeias.

Inserido nesse cenário, encontra-se George Orwell, com uma trajetória de vida relacionada às transformações do período, no qual passou por experiências vividas junto ao imperialismo. Sendo assim, ao concentrarmos nossas análises em seus livros escritos em meio a toda essa ebulição do imperialismo no período entre guerras, estaremos em contato com as opiniões de um observador crítico, o que nos auxiliará na compreensão do imperialismo no século XX, colocando-nos em contato, ainda, com as transformações de uma sociedade e as suas tensões políticas, culturais e teóricas que envolvem o Império.

Hobsbawm (1988) nos mostra em suas análises que o mundo no século XX foi estruturado entre os homens da década de setenta do século anterior. Dessa maneira, até 1914, os pilares culturais, econômicos e sociais os quais sustentavam a sociedade estavam presos às revoluções burguesas, em especial a francesa. A Primeira Guerra Mundial é o marco que interrompe os rumos para as quais a sociedade se encaminhava, não destruindo os padrões socioculturais burgueses, mas sim apresentando ao homem novas formas para compreender o seu próprio tempo.

Um dos pilares culturais importantes para o Império, conforme expõe Said (2005a), foi a literatura e o gênero do romance. No século XIX, um escritor que se destacou foi o anglo-indiano Rudyard Kipling (1865 – 1936), um dos mais populares do Reino Unido, sendo o escritor mais jovem a receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1907, aos quarenta e um anos. Em uma de suas obras mais famosas, o poema “*The White Man’s Burden*”<sup>40</sup>, publicado originalmente em 1899, Kipling narrou as “armaguras” do branco ocidental na missão de levar o progresso aos povos atrasados. O poema foi publicado originalmente na

40 “*O Fardo do Homem Branco*”

revista americana McClure's Magazine com o subtítulo "*The United States and the Phillipine Islands*"<sup>41</sup>, a propósito do início da Guerra Filipino-Americana (1899 – 1902). Tornou-se um mantra nacionalista britânico que edulcorou o imperialismo ao defender, explicitamente, a ideologia dominante da época a qual buscava justificar suas conquistas imperiais a partir de um esforço civilizacional necessário em prol de um bem maior, conforme podemos interpretar a partir da tradução livre do poema:

Tomai o fardo do Homem Branco/ Enviai vossos melhores filhos/ Ide, condenai seus filhos ao exílio/ Para servirem aos vossos cativos;/ Para esperar, com chicotes pesados/ O povo agitado e selvagem/ Vossos cativos, tristes povos,/ Metade demônio, metade criança./ Tomai o fardo do Homem Branco/ Continuai pacientemente/ Ocultai a ameaça de terror/ E vede o espetáculo de orgulho;/ Ao discurso direto e simples,/ Uma centena de vezes explicado,/ Para buscar o lucro de outrem/ E obter o ganho de outrem/ Tomai o fardo do Homem Branco/ As guerras selvagens pela paz/ Enchei a boca dos famintos,/ E proclamai o cessar das doenças/ E quando o vosso objetivo estiver próximo/ (O fim que todos procuram)/ Assisti a indolência e loucura pagã/ Levai toda sua esperança ao nada/ Tomai o fardo do Homem Branco/ Sem a mão de ferro dos reis,/ Mas o trabalho penoso de servos/ A história das coisas comuns/ As portas que não devei entrar,/ As estradas que não devei passar,/ Ide, construí-as com as suas vidas/ E marcai-as com seus mortos./ Tomai o fardo do Homem Branco/ E colhei vossa recompensa de sempre/ A censura daqueles que tornais melhor/ O ódio daqueles que guardais/ O grito dos reféns que vós ouvi/ (Ah, devagar!) em direção à luz:/ "Por que nos trouxeste da servidão,/ Nossa amada noite no Egito?"/ Tomai o fardo do Homem Branco/ Não tendais impedir/ Não clameis alto pela Liberdade/ Para ocultar sua fadiga/ Por tudo que desejai ou confidenciai/ Por tudo que permitir ou fizer/ Os povos soturnos e calados/ Medirão vosso Deus e vós./ Tomai o fardo do Homem Branco!/ Acabaram-se vossos dias de criança/ O prêmio leve ofertado/ O louvor fácil e glorioso:/ Vinde agora, procura vossa virilidade/ Através de todos os anos difíceis,/ Frios, afiados com a sabedoria adquirida,/ O reconhecimento de vossos pares.<sup>42</sup>

41 "Os Estados Unidos e as Ilhas das Filipinas"

42 *Take up the White Man's burden/ Send forth the best ye breed Go,/ bind your sons to exile/ To serve your captives' need;/ To wait, in heavy harness,/ On fluttered folk and wild-/ Your new-caught sullen peoples,/ Half devil and half child./ Take up the White Man's burden/ In patience to abide/ To veil the threat of terror/ And check the show of pride;/ By open speech and simple,/ An hundred times made plain,/ To seek another's profit/ And work another's gain./ Take up the White Man's burden/ The savage wars of peace-/ Fill full the mouth of Famine,/ And bid the sickness cease;/ And when your goal is nearest/ (The end for others sought)/ Watch sloth and heathen folly/ Bring all your hope to nought./ Take up the White Man's burden/ No iron rule of kings,/ But toil of serf and sweeper-/ The tale of common things./ The ports ye shall not enter,/ The roads ye shall not tread,/ Go, make them with your living/ And mark them with your dead./ Take up the White Man's burden,/ And reap his old reward-/ The blame of those ye better/ The hate of those ye guard-/ The cry of hosts ye humour/ (Ah, slowly!) toward the light:-/ "Why brought ye us from bondage,/ Our loved Egyptian night?"/ Take up the White Man's burden-/ Ye dare not stoop to less-/ Nor call too loud on Freedom/ To cloak your weariness./ By all ye will or whisper,/ By all ye leave or do,/ The silent sullen peoples/ Shall weigh your God and you./ Take up the White Man's burden!/ Have done with childish days-/ The lightly-proffered laurel,/ The easy ungrudging praise:/ Comes now, to search your manhood/ Through all the thankless years,/ Cold, edged with dear-bought wisdom,/ The judgment of your peers. (Kipling, 1899)*

(KIPLING, 1899)

George Orwell, no livro *O caminho para Wigan Pier*, realiza considerações a respeito da sociedade britânica diante da guerra, escrevendo em caráter autobiográfico acerca da sua própria juventude. Nesses registros, podemos verificar a insatisfação da população britânica, especialmente dos jovens, com os rumos que a política “dos velhos” levou à Inglaterra. Em meio a esses questionamentos, intensificam-se os ideais progressistas que irão confrontar a tradição inglesa. Podemos observar a descrença existente entre os jovens em relação aos padrões conservadores, demonstrando a atmosfera de tensão na qual a Inglaterra, após a guerra, vivia:

Mas aqueles anos, durante e logo depois da guerra, forma uma época estranha para quem estava na escola, pois a Inglaterra chegou mais perto de uma revolução do que jamais havia estado em um século, mais perto do que esteve desde então. Em quase todo o país corria uma onda de sentimento revolucionário, que desde então foi revertida e esquecida, mas que deixou em sua esteira vários depósitos de sedimentos. Em essência – era uma revolta da juventude contra a velhice, resultado direto da guerra. Na guerra os jovens foram sacrificados e os velhos se comportaram de uma maneira que, mesmo vista depois de um tempo, é horrível de se contemplar; conservaram – se rigidamente patrióticos, em lugares bem seguros, enquanto seus filhos caíam como feixes de trigo ceifados pelas metralhadoras alemãs. E mais: a guerra fora conduzida sobretudo por velhos, e conduzida com suprema incompetência. Ao chegar o ano de 1918, todos que tinham menos de quarenta anos sentiam uma irritação para com os mais velhos, e o espírito de antimilitarismo que naturalmente se seguiu depois do conflito se ampliou, tornando -se uma revolta generalizada contra a ortodoxia e a autoridade. Havia na época entre os jovens um curioso culto de ódio aos “velhos”. O predomínio dos ‘velhos’ era considerado responsável por todos os males conhecidos pela humanidade, e todas as instituições estabelecidas, desde os romances de sir Walter Scott até a Câmara dos Lordes, eram ridicularizadas simplesmente porque os velhos eram a favor delas. Durante vários anos esteve no auge da moda ser um bolchevique, ou “Bolshie”, como as pessoas diziam. A Inglaterra estava cheia de opiniões antagônicas, muito mal digeridas. Pacifismo, internacionalismo, humanitarismo de todos os tipos, feminismo, amor livre, reformas das leis do divórcio, ateísmo, controle da natalidade – coisas assim encontravam agora mais receptividade do que em épocas normais. (ORWELL, 2010, p.90 – 91)

A presença de novas discussões na sociedade britânica em meio a essa atmosfera da guerra, por si só, não foi suficiente para estabelecer mudanças no *establishment* ainda endossado por uma conservadora Inglaterra do século XIX. Orwell (2010) nos revela uma juventude britânica marcada pelo conflito entre uma educação tradicional, a qual estabeleceu padrões aristocráticos para uma parcela dos britânicos, e os ideais marxistas, que já se faziam presentes entre os intelectuais, e, portanto, faziam-se acessíveis nos debates

sociais.

Conservávamos, basicamente, a visão esnobe da nossa classe social, achávamos natural continuar a receber nossos dividendos ou cair em algum emprego confortável, mas também nos parecia natural ser contra o governo. Caçoávamos do treinamento militar para jovens escolares, da religião cristã e até mesmo dos esportes obrigatórios e da família real, e não percebíamos que estávamos apenas participando de um gesto, de âmbito mundial, de repulsa pela guerra. (...) Por conseguinte, com dezessete, dezoito anos eu era, ao mesmo tempo, um esnobe e um revolucionário. Era contra qualquer autoridade. Já tinha lido e relido toda obra publicada de Bernard Shaw, H. G. Wells e Galsworthy (na época, todos ainda considerados autores perigosamente “avançados”), e me definia vagamente como socialista. Mas eu não tinha muita compreensão do significava o socialismo e nenhuma noção de que a classe trabalhadora era composta de seres humanos. (ORWELL, 2010, p.91)

As referências aos literatos e dramaturgos britânicos como Bernard Shaw, H. G. Wells e Galsworthy nos mostra um pouco da literatura crítica a que Orwell teve acesso em meio à sua formação. Tais autores “considerados perigosamente ‘avançados’”, nos dizeres de Orwell, usam da literatura como forma de apresentarem críticas às sociedades vitorianas. Os dois primeiros, com uma linha socialista, defendiam um sistema pacífico, afastado do marxismo. Shaw (1856 – 1950) fundou a *Fabian Society* em 1884, na qual propôs um socialismo reformista que influenciou suas obras no início do século XX. Wells (1886 – 1946) foi um escritor, filósofo e político inglês, membro da *Fabian Society*, reconhecido por suas novelas de ficção científica e distopias proféticas acerca do triunfo da tecnologia. John Galsworthy (1867 – 1933) tornou-se um romancista e dramaturgo inglês, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1932. Seus romances são escritos na virada do século e após a Primeira Guerra Mundial, sendo que se destaca a escrita acerca das famílias britânicas na virada do século<sup>43</sup>.

A citação de tais escritores nos ajuda a entender os conflitos culturais existentes na sociedade britânica, na qual emergiram escritores que a criticam, especialmente as tradições culturais nacionalistas do século XIX. No século XX, aparecem autores contrários às estruturas políticas/econômicas vigentes, as quais, como podemos observar, auxiliaram na formação crítica de Orwell.

Diante de todo esse contexto vivido desde os finais do século XIX, os defensores do Império Britânico lançarão mão de alternativas que exploram os domínios coloniais como forma de aquietar a sociedade civil. A vertente do “Imperialismo social”<sup>44</sup>, defendida pelo

43 <<https://www.britannica.com/biography/John-Galsworthy>> acessado em 12 de abril de 2019.

44 Hobsbawm (1988) assim categoriza as ideias defendidas pelo imperialista Cecil Rhodes.

imperialista Cecil Rhodes, apresenta a dominação de colônias como solução para as tensões sociais vividas nas metrópoles. Rhodes defende que a manutenção do imperialismo levaria benefícios econômicos para as massas descontentes na Europa, visto que também atenderia aos anseios dos operários europeus os quais lutavam por reformas sociais (HOBBSAWM, 1988). Orwell (2010) expõe, no imediato pós-guerra, que a classe operária inglesa se encontrava disposta a lutar. Foi um período marcado por greves nas minas. Isso se justifica, segundo o literato britânico, pelo aumento do desemprego e pela crise econômica passada pela Inglaterra, o que daria vazão para pensamentos como os de Rhodes.

Lênin (1987) cita Rhodes e Wahl como exemplos de capitalistas os quais, na época, afastavam-se de argumentos sustentados no “fardo do homem branco”, “patologia social” e “herança atávica do belicismo das gerações passadas”. Rhodes e Wahl, segundo Lênin mostravam convicções da necessidade do imperialismo como mecanismo de evitar conflitos internos no Império. Como podemos verificar na afirmação de Rhodes *apud* Lênin (1987):

Ontem, estive em East-End (bairro operário de Londres) e assisti a uma reunião de desempregados. Ouvi discursos inflamados. Tudo se resumia num grito: ‘Pão! Pão!’. Ao reentrar em casa e revivendo toda a cena senti-me, mais do que dantes, convencido da importância do imperialismo... A idéia que mais me acode ao espírito é a solução do problema social, a saber, ‘nós, os colonizadores, devemos, para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, conquistar novas terras a fim de aí instalarmos o excedente de nossa população, de aí encontrarmos novos mercados para os produtos das nossas fábricas, das nossas minas. *Se quereis evitar a guerra civil, é necessário que vos torneis imperialistas*’. (RHODES *apud* LÊNIN, 1987, p.78, grifo nosso.)

Na afirmação de Rhodes, destacada por Lênin, verifica-se a atmosfera de tensão existente na Inglaterra e a insatisfação de setores sociais com o desemprego que atingia a metrópole, algo sobre o qual Orwell escreveu. Em meio a esse cenário de insatisfação, a política expansionista seria o caminho para 40 milhões de britânicos. No entanto, Rhodes não expõe que um dos fatores para crise, em que se encontra a Europa, também se justifica pelo próprio imperialismo, como defendido por Hobson. Mariutte (2003) afirma que o pensamento de Hobson a respeito do imperialismo foi motivado pela crise interna em que passava a sociedade britânica que padecia ante o parasitismo da classe financeira britânica que encontrou nos tentáculos do império uma fonte segura para o escoamento do acúmulo de capital não investindo no mercado local.

No mesmo sentido das ideias de Rhodes, escreveu Wahl, conforme salientado



por Lênin (1987):

As crescentes dificuldades da vida que pesam não só sobre as multidões operárias como também sobre as classes médias, fazem acumular, em todos os países da velha civilização, impaciências, rancores, ódios, ameaçadores para a paz pública; *energias que importa canalizar, desviando-as do seu meio social, empregando-as em qualquer grande obra no exterior se quisermos impedir que implodam no interior.* (WAHL apud LÊNIN, 1987, p.78)

Apesar do destaque realizado por Lênin quanto às ideias desses imperialistas, Hobsbawm (1988) considera que os estudos do imperialismo social tiveram pouca relevância para os adeptos do regime, justificando não haver provas válidas de que a conquista colonial tenha tido muita relação com o nível de emprego ou rendimentos reais para a maioria dos operários das metrópoles.

Em nossa opinião, os debates levantados por Rhodes e Wahl podem ser verificados junto à mudança de vida dos setores da sociedade britânica, a qual se encontrava em uma metrópole em crise. Se analisado mais a fundo, o que não é a nossa pretensão, essas circunstâncias poderiam ser consideradas como um dos fatores que motivaram a migração de jovens ingleses, os quais, como Orwell, após completar o ensino básico na *public school*, recorreram a um trabalho nas colônias:

Com menos de vinte anos fui para a Birmânia servir na Polícia Imperial indiana. Nesse “posto avançado do Império”, a questão das classes sociais parecia, à primeira vista, ter sido engavetada. Ali nenhum atrito de classe óbvio, pois as coisas mais importantes não era saber se você tinha estudado em uma das escolas de *rigueur*, mas sim, se sua pele era, tecnicamente falando, branca. (ORWELL, 2010, p.92)

Embora não seja possível estabelecermos, precisamente, quais motivos levaram Orwell, entre outros jovens, após a Primeira Guerra Mundial, a prestarem serviços nas colônias, faz-se importante levantar esse debate sobre esses possíveis fatores. Em meio a esse contexto, observamos o surgimento de teorias as quais criticam a política imperialista europeia, ao mesmo tempo em que, como a própria trajetória de Orwell nos mostra, existe uma crença de que a mudança para as colônias mudaria a vida das pessoas das várias classes sociais britânicas, mesmo em um período conturbado, conforme buscamos demonstrar.

Ademais, outro fator que nos ajuda a entender a decisão tomada por Orwell pode estar ligado às suas bases educacionais, como percebemos nos estudos de John Mackenzie (1984). No último quarteto do século XIX, surgiu na Inglaterra uma série de

instituições e associações privadas com o objetivo de estudar, além de difundir os avanços e as vantagens que o Império trazia para a sociedade inglesa, responsáveis assim pela propagação da ideologia imperial. Para fins propagandísticos, a maioria das associações tinha como objetivo a penetração no meio educacional inglês. Para isso, forneciam gratuitamente materiais para professores, promovendo palestras, exposições, bem como produziam diversos materiais com a finalidade de atrair crianças e jovens.

Para Mackenzie (1984), devido às intensas pressões dessas associações, ocorreram mudanças dos currículos da disciplina de História, os quais passaram a abordar a história imperial nas escolas, estruturando sua justificativa na construção de uma disciplina mais atraente para os estudantes, enfatizando os feitos militares, por exemplo. Uma interpretação ideológica é introduzida nos livros didáticos, com isso, buscava-se exaltar o império, interpretando a história inglesa como uma marcha unívoca a ele, visto como consequência da história inglesa e do desenvolvimento do Estado Inglês (MACKENZIE, 1984).

Nesse mesmo raciocínio, os professores tratavam as colônias, unificando os diferentes povos sob a bandeira do império. Uma educação pensada por imperialistas tinha como objetivo formar discípulos desse regime, e teria sua importância atestada à medida em que o império inglês se expandisse e desenvolvesse, algo ocorrido no final do século XIX e início do século XX. Uma educação nesses moldes garantiria a formação de gerações de britânicos imbuídos do *ethos* imperial, no qual a principal crença era a da relação vital entre sua nação, seu Estado e seu império com essas três coisas se confundindo e tornando-se sinônimos. Assim, ficaria garantida a manutenção do império com a formação de um exército renovador das forças imperiais (MACKENZIE, 1984).

Com o desenrolar do século XX e suas diversas mutações nas relações internas do império, Mackenzie (1984) destaca outro ponto ideológico que começou a se despontar nos livros didáticos: as questões morais e econômicas concernentes à dominação do Império. Professores eram aconselhados a exaltar o valor econômico e moral da supremacia, destacando a interdependência econômica do complexo imperial britânico e o valor moral dessa dominação, cujas obrigações eram sintetizadas na ideia do fardo do homem branco. Ao mesmo tempo, a maioria dos livros enfatizava o papel do industrialismo no desenvolvimento britânico e sua função como centro de um império. Os livros de Geografia, por exemplo, destacavam o posto econômico de cada colônia dentro do complexo industrial britânico, visando demonstrar a interconexão econômica das diversas partes. Além disso, tinham como objetivo a promoção de estímulos realizados pelos professores, que deveriam despertar o

interesse do aluno para o Império apontando como eram produzidos os alimentos ou as roupas consumidas pelos colegiais, a partir da matéria-prima proveniente das colônias (MACKENZIE, 1984).

Por intermédio de uma abordagem cotidiana do império, os docentes atiçariam a curiosidade dos estudantes, tornando o império palpável. O objetivo permanecia o mesmo: garantir apoio ao império por parte das novas gerações, mas nesse período, enfatizava-se o lado econômico das relações. Tal abordagem perdurou até a década de 1940. Essas questões se fazem presentes no romance *Dias na Birmânia*, publicado por Orwell em 1934 e podem ser percebidas na história de Elizabeth, uma das personagens inglesas descritas no livro.

Em seu primeiro romance, Orwell menciona duas mulheres britânicas: Elisabeth e a Sra. Lackersteen, tia de Elizabeth. Ambas as personagens foram para as colônias com um mesmo propósito: casar com um britânico e, naturalmente, compartilhar da opulência da qual os britânicos desfrutavam nas colônias. No caso da Sra Lackersteen, o objetivo foi alcançado com êxito. Ela havia se casado com o Sr. Lankersteen e morava há anos na Birmânia, o que lhe motivou a escrever uma carta-convite para sua sobrinha:

“Claro que aqui é um lugar pequeno, e passamos boa parte do tempo na floresta. Sinto que você vai achar a vida na Birmânia terrivelmente tediosa, depois de todos os encantos de Paris. No entanto, de certa forma, esses lugares pequenos têm as suas vantagens para uma jovem. Ela logo se transforma numa espécie de *rainha* da sociedade local. Os homens solteiros vivem tão solitários que respondem da maneira mais magnífica à companhia de uma jovem etc. etc.” Elizabeth gastou trinta libras em vestidos de verão e zarpou sem perda de tempo. (ORWELL, 2008a, p. 63 – 64)

Em Elizabeth, podemos observar uma certa popularidade entre os novos estratos médios da sociedade britânica, em que a transferência para as colônias era vista como uma expectativa para a mudança de vida (HOBSBAWM, 1988). Na própria trajetória de Orwell, assim como na da personagem, a relação da própria família com o Império Britânico possibilitou o estudo em tradicionais escolas aristocráticas inglesas. Porém, a crise e o falecimento dos pais de Elizabeth deixaram na penúria, o que a motivou a se mudar para a Birmânia. Orwell (2008a) dedica um capítulo à biografia de Elizabeth:

Elizabeth acaba de completar vinte e dois anos e era órfã. Seu pai havia bebido menos que o irmão dele, Tom, contudo fora um homem de caráter similar. Dedicara-se ao comércio de chá, e sua fortuna sempre oscilava muito, mas por natureza sempre se mostrara otimista demais para reservar algum dinheiro nas fases de prosperidade. (...) No último ano da Guerra, o sr. Lackersteen, que conseguira evitar a convocação para servir no Exército,

ganhou muito dinheiro, e logo depois do Armistício a família se mudou para uma casa nova, grande e sem muitos atrativos em Highgate, com uma enorme quantidade de estufas, canteiros, estábulos e quadra de tênis. O sr. Lackersteen contratou uma horda de criados, e até mesmo, tão grande era o seu otimismo, um mordomo. Elizabeth foi enviada a um colégio interno muito caro por dois anos letivos. Quatro meninas da escola eram da alta nobreza; (...) A queda inevitável veio no final de 1919. Elizabeth foi retirada da escola para continuar sua formação numa sucessão de colégios baratos e intragáveis, com lacunas de um ou dois anos toda vez seu pai ficava sem condição de pagar seus estudos. Ele morreu quando ela tinha vinte anos, de gripe. A sra. Lackersteen ficou uma renda de cento e cinquenta libras por ano, que se extinguiria com sua morte. As duas mulheres não tinham como viver, sob a gestão da sra. Lackersteen, com três libras por semana na Inglaterra. Mudaram-se para Paris, onde a vida era mais barata. (ORWELL, 2008a, p.60 - 61)

Conforme podemos verificar, Orwell (2008a) ressalta os vínculos da família de Elizabeth com o imperialismo e a qualidade de vida que os negócios coloniais do seu pai lhe proporcionaram. O narrador enfatiza que a crise atingiu os negócios da família de sua personagem ao final de 1919, um ano após o final da Primeira Grande Guerra, e como a recessão impactou a trajetória de Elizabeth. Por meio da biografia da personagem, verificamos como a guerra impactou a vida dos britânicos, especialmente aqueles que não se encontravam na aristocracia e que, portanto, o imperialismo se apresentava, mesmo diante do surgimento de estudos críticos, como uma alternativa para uma vida não mais possível na metrópole.

A biografia de Orwell traz aspectos semelhantes à personagem Elizabeth. Orwell era filho de um funcionário britânico que serviu nas Índias, estudou em escolas tradicionais britânicas, como *Eton College*, entre os anos de 1917 a 1922 e buscou uma carreira na colônia após completar seus estudos em 1922, conforme já expusemos. No livro *O caminho para Wigan Pier*, Orwell (2010, p.81) retrata a sua condição familiar e afirma ter nascido “em uma camada social que se poderia definir como a faixa inferior da classe média alta”, usando da sua história para realizar uma análise acerca da classe média britânica nos anos de 1920:

A classe média alta, que viveu seu auge nos anos de 1880 e 1890, tendo Kipling como seu mais famoso poeta laureado, foi uma espécie de amontoado de destroços deixado para trás quando a prosperidade vitoriana retrocedeu. Ou talvez seria melhor mudar a metáfora e descrevê-la não como um amontoado, mas uma camada – a camada da sociedade situada entre 2300 libras por ano; minha família não ficava longe desse limite inferior. (...) De modo geral, é uma estratificação monetária, mas também é interpretado por uma espécie de sistema de casta que atua nas sombras; mais ou menos como um bangalô moderno meio desconjurado, assombrado por fantasmas

medievais. Por isso a classe média alta abrange, ou abrangia, uma renda que começa com trezentas libras por ano – até rendas muito inferiores às de pessoas apenas de classe média, sem pretensões sociais. Deve haver países onde se pode prever as opiniões de um homem avaliando sua renda, mas na Inglaterra nunca se pode fazer isso com segurança; sempre é preciso levar em conta também as tradições desse homem. (ORWELL, 2010, p.81)

Orwell endossa que o apogeu da classe média britânica está diretamente associado ao período de apogeu do próprio Império. Conforme destacamos no início deste tópico, as três décadas anteriores à guerra foram de desenvolvimento em vários setores da indústria, ciência e entretenimento, aspecto o qual criou uma atmosfera de desenvolvimento em toda sociedade britânica. Contudo, o que podemos verificar na exposição do intelectual é uma crítica a uma classe média em crise ainda amarrada a tradições, algo que ele considera específico da Inglaterra. Podemos constatar isso na personagem Elizabeth, a qual, apesar das dificuldades vividas, desejava, ao mudar-se para a colônia, retomar as glórias experimentadas nos dois anos em que conviveu com os costumes aristocratas em um internato.

Hobsbawm (1988) demonstra que os ingleses enxergavam nas colônias o fim dos problemas vividos nos tempos de crise na qual se encontrava a metrópole, um dos fatores que demonstra uma aceitação ao imperialismo pelos ingleses e reforça a teoria de Rhodes, segundo a qual, para evitar uma guerra civil, deveria existir o imperialismo. Nesse sentido, Hobsbawm (1988) expõe a antítese entre a vida de um europeu nas colônias e a vida nas metrópoles:

Assim sendo, a sensação de superioridade que uniu os brancos ocidentais – ricos, classe média e pobres – não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem de privilégios de governante, sobretudo quando efetivamente estavam nas colônias. Em Dacar ou Mombaça, o mais modesto funcionário era um amo e era aceito como um *gentleman* por pessoas que nem teriam notado sua existência em Paris ou Londres; o operário branco era um comandante de negros. Mas mesmo onde a ideologia insistia numa igualdade, mesmo potencial, esta se transformava gradualmente em dominação. (HOBBSAWM, 1988, p.59)

Nesse mesmo contexto, Albert Memmi (2007, p.38) explica que a migração de europeus para o exílio se sustenta no fato de que naquele lugar “as situações são mais seguras, os tratamentos mais elevados, as carreiras mais rápidas e os negócios mais frutuosos”. Dessa maneira, as colônias atendem aos anseios do cidadão britânico dos variados setores sociais, uma vez que se depositou nelas expectativa, de uma ascensão social, como Memmi (2007, p.38) afirma: “Para o jovem diplomado ofereceu-se um posto, para um funcionário uma

promoção, para o comerciante, reduções substanciais de impostos, para o industrial matéria – prima e mão de obra a preços insólitos”. Nesse raciocínio, as expectativas de mudança de vida podem ser consideradas um dos fatores determinantes para o vínculo entre os ingleses e a colônia no período em questão:

Seu exílio, na verdade, é a base econômica: o do novo-rico que corre risco de ficar pobre. Eles resistirão, portanto, o máximo possível, pois, quanto mais o tempo passar, mais durarão as vantagens que realmente merecem algumas preocupações e que sempre se perderão demasiadamente cedo. Mas se um dia o econômico é atingido, se “situações”, como se diz, correm riscos reais, o colonizador se sente então ameaçado e pensa, seriamente desta vez, em voltar para a metrópole.” (MEMMI, 2007, p.39-40)

As questões em torno do capitalismo nesse período tornam-se coadjuvantes diante das oportunidades que podem ser exploradas nas colônias. Os pontos relativos a essa exploração nem sequer são colocados na balança para a tomada de decisão do colonizador britânico. Isso ajuda a explicar a duração do Império Britânico até meados da Guerra Fria.

### **2.3 Orwell: um colonizador em oposição ao imperialismo**

Ao estruturarmos a nossa análise em um conjunto de obras e ensaios em que George Orwell se dedica a escrever acerca do imperialismo, encontramos elementos que nos ajudam a compreender um pouco mais a fundo a dinâmica do colonialismo britânico na Birmânia. E, por meio dessas produções literárias, conseguimos nos aproximar dos diversos aspectos do Império Britânico no século XX. Dessa maneira, concentraremos em analisar em parte da sua produção questões relativas ao imperialismo britânico no período.

Engajados em tal contexto, as impressões trazidas por Orwell acerca do tema são diversas e não se reduzem, apenas, a um posicionamento crítico ao imperialismo. Conforme analisamos anteriormente, por se tratar de textos escritos nas primeiras décadas do século XX, trazem consigo uma série de tensões características do período, o que faz desse conjunto literário uma importante fonte para os estudos sobre o supracitado regime.

A trajetória literária de Orwell se inicia na década de 1930, sendo *Dias na Birmânia* o seu primeiro romance, e o imperialismo, o seu primeiro eixo debatido. Um dos fatores em que se pode justificar a forte presença do tema nos primeiros escritos do literato são as questões relativas à Primeira Guerra Mundial, que colocaram como pauta discussões acerca do imperialismo. Acreditamos, porém, que o fator fundamental se encontre na própria trajetória do autor, o qual por cinco anos serviu na Birmânia, o que o levou a odiar o

imperialismo, formatando seu posicionamento ideológico e sua trajetória literária, conforme podemos verificar no livro *O Caminho para Wigan Pier*:

Fiquei cinco anos na polícia indiana, e ao final desse período odiava o imperialismo ao qual eu estava servindo com uma amargura que nem consigo explicar de maneira muito clara. Quando se respira o ar da liberdade da Inglaterra, esse tipo de coisa não é plenamente compreensível. ***Para odiar o imperialismo, é preciso fazer parte dele Visto de fora, o domínio britânico na Índia parece – e na verdade é – benévolo e até necessário***; e assim também são, sem dúvida, o domínio francês no Marrocos e o domínio holandês em Borneu, pois os povos costumam governar os estrangeiros melhor do que governam a si mesmos. Mas não é possível fazer parte de um tal sistema sem reconhecer que ele é de uma tirania injustificável. (ORWELL, 2010, p.93 – 94, grifo nosso).

Nos chamou atenção, na afirmação de Orwell (2010, p.94), o seguinte trecho: “Visto de fora, o domínio britânico na Índia parece – e na verdade é – benévolo e até necessário”. Tal raciocínio nos fez retomar às “teorias do imperialismo”, desenvolvidas algumas décadas antes, em relação às obras de Orwell, e verificar que tais teorias não estabeleceram nenhuma crítica de cunho humanitário à presença dos domínios europeus nas colônias. De Hobson a Lênin não se apresentou, em momento algum, argumentos que critiquem e deslegitimem o domínio europeu junto às nações/povos estrangeiros. As teorias liberais buscaram concentrar suas críticas ao imperialismo como uma política externa que arruinava os interesses dos próprios cidadãos europeus. Já os teóricos marxistas objetivaram analisar o imperialismo com refutações que exploram questões relativas ao capitalismo, averiguando as questões diplomáticas, e consequentemente a guerra, como um problema das potências industriais, numa perspectiva de fundamentar a importância do socialismo para o continente. Portanto, o viés do liberalismo político não foi tratado por aqueles considerados os pilares dos debates acerca do tema. Isso dá aos escritos de Orwell maior relevância, uma vez que, ao fazer parte do sistema, ele trouxe um outro olhar para o recorte temático, extrapolando questões ideológicas e econômicas, inserindo um caráter sociológico para o debate, como podemos inferir da exposição de Orwell:

Mas eu estava na polícia, ou seja, fazia parte da própria máquina do despotismo. E mais: ***na polícia se vê bem de perto o trabalho sujo do Império, e há uma diferença apreciável entre fazer o trabalho sujo e apenas lucrar com ele***. (...) Até outros europeus na Birmânia tinham certo desprezo pela polícia, devido ao trabalho brutal que éramos obrigados a fazer. (...) Quando voltei de licença à Inglaterra, em 1927, já estava meio decidido a abandonar meu emprego. Bastou dar uma cheirada nos ares londrinos para tomar a resolução: eu não voltaria a fazer parte daquele despotismo maléfico. Mas minha ambição era muito mais do que apenas

escapar do meu emprego. Durante cinco anos eu havia participado de um sistema opressivo, que me deixara com a consciência pesada. (ORWELL, 2010, p.94 – 95, grifo nosso).

Ao afirmar que odiava o imperialismo ao final do período em que serviu na Birmânia, Orwell não apenas justifica seu posicionamento político alinhado ao socialismo, mas também esclarece os motivos que o levaram a deixar as colônias em 1927. Tal aspecto nos leva a interpretar que o início da trajetória literária do intelectual é carregada por um sentimento de culpa que o autor precisava expiar, como aparece nos excertos acima. Podemos afirmar também que sua carreira como escritor é marcada pelo sentimento de oposição ao imperialismo, o qual não será analisado apenas em sua dimensão econômica, mas também considerando questões relativas a princípios humanitários, tema exposto de maneira central em seus primeiros escritos não literários, como o ensaio *O Enforcamento* e o *O Abate de um elefante*.

No ensaio *O Abate de um elefante*, Orwell (2005b) escreve sobre a sua experiência de ter que abater um elefante sadio devido a um ataque de fúria, enquanto policial a serviço do Império Britânico na Baixa Birmânia. Recorrendo a aspectos referentes à sua memória, expõe a sua insatisfação com a condição de ser um europeu na colônia, algo não descrito no romance *Dias na Birmânia*, conforme analisaremos adiante, destacando assim algumas motivações que lhe geraram insatisfação com seu emprego e com o imperialismo, conforme consideramos:

[...] Tudo isso era desconcertante e perturbador, porque naquela época eu já tinha concluído que o imperialismo era algo maligno e que quanto antes eu renunciasse ao emprego e saísse dali, tanto melhor. Na teoria – e, claro, no íntimo – eu era a favor dos birmaneses e contra os opressores, os britânicos. (ORWELL, 2005, p.60)

Essas confissões de repulsa ao imperialismo, realizadas pelo autor, podem ter levado a maioria dos seus comentadores a enxergar em suas obras um viés anti-imperialista<sup>45</sup>, o qual se encontra presente na declaração de Orwell em 1937. Todavia, não podemos interpretar tal posicionamento como fato consolidado, carregando-o para a análise do romance e dos ensaios, mas sim, devemos analisar seus escritos como fonte de um período histórico marcado pela ebulição de lutas de caráter social e político. Estudá-los nos ajudará a compreender melhor a atuação do Império Britânico nas colônias.

Em *O Caminho para Wigan Pier*, Orwell (2010) apresenta críticas em relação

45 Conforme expusemos no capítulo anterior.



aos intelectuais e ao imperialismo. Para o escritor, “todo intelectual de esquerda é, por princípio, anti-imperialista”, entretanto, critica o distanciamento apresentado pelos intelectuais diante do expansionismo do Império, e nesse sentido, Orwell mostra semelhanças entre os letrados da esquerda e os da direita.

É muito fácil ser espirituoso acerca do Império Britânico. “O fardo do homem branco”, “Rule, Britannia”, os livros de Kipling, os anglo-indianos enfadonhos – quem poderia mencionar tais coisas sem uma risadinha de escárnio? E será que existe alguma pessoa culta que nunca fez, pelo menos uma vez na vida, uma piada sobre aquele velho coronel indiano que disse que se os ingleses saíssem da Índia não sobraria nenhuma rupia e nenhuma virgem entre Peshawar e Delhi (ou seja lá onde for)? É essa atitude do esquerdista típico em relação ao imperialismo, e é uma atitude totalmente flácida, sem espinha dorsal. (ORWELL, 2010, p.101)

Assim, Orwell delimita aspectos referentes às arbitrariedades do imperialismo, expondo, especialmente nos ensaios, o quão distante o humanismo e a civilidade estavam dos britânicos em sua relação com os colonos, já que lançavam mão da violência para com os nativos a qualquer instante, de forma desproporcional. Dessarte, podemos observar as críticas do autor aos seus concidadãos e às próprias leis metropolitanas. No romance *Dias na Birmânia*, Orwell (2008a) nos revela que a violência se materializava por meio dos comportamentos dos colonizadores com os nativos, como verificamos nos diálogos dos ingleses no Clube Europeu:

“Meu Deus, se pelo menos eles se rebelassem de verdade, uma vez que fosse!”, disse Westifield a Ellis antes de partir. “Mas vai ser só mais um rebate falso como das outras vezes. É sempre a mesma história, com essas revoltas daqui – acabam praticamente antes de começar. Acredite, eu nunca disparei uma arma contra ninguém, nem mesmo contra um bandido. Onze anos, sem contar a Guerra, e nunca matei ninguém. É muito deprimente.” “Paciência”, respondeu Ellis, “se eles não se apresentam para a luta, você sempre pode mandar prender os líderes do movimento e dar-lhes uma bela surra de bambu sem ninguém saber de nada. Melhor do que ficar hospedando essa gente nas nossas prisões, que mais parecem um asilo de velhos.” “Hum, pode ser. Mas hoje não posso mais fazer isso. Essas leis todas de luva de pelica – se fomos idiotas de criar essas leis, agora somos obrigados a respeitá-las.” “Ora, as leis que se danem. Uma boa sova de bambu é a única coisa capaz de impressionar um birmanês. Já viu como eles ficam, depois de levar uma surra? Eu já. Aparece gente em carro de boi para buscar os homens na prisão, e eles saem berrando, com as mulheres espalhando banana amassada em suas costas. Isso eles entendem. Se fosse eu a decidir, mandava dar-lhes as pancadas nas solas dos pés, como os turcos.” (ORWELL, 2008a, p.74)

No texto “*Um enforcamento*”, Orwell (2005a) relata a sua experiência ao

acompanhar a execução de um prisioneiro na Birmânia. Nessa produção, o autor explora a violência institucional, como o próprio sistema praticava as arbitrariedades e como o cotidiano com o imperialismo corrompia a humanidade, haja vista que naturalizava o ato de matar outro ser humano. Um primeiro aspecto a ser ressaltado em seu relato, mediante as suas descrições, encontra-se nas condições com que esses prisioneiros nativos eram tratados:

Aguardávamos do lado de fora das celas dos condenados, uma fileira de barracões providos de barras duplas, iguais a pequenas jaulas de animais. Cada cela media cerca de três metros quadrados e estava praticamente vazia, com exceção de uma cama de tábua e uma jarra de água potável. Em algumas delas, homens morenos estavam em silêncio, de cócoras, em frente das barras internas, envolto de cobertores. Eram condenados, que deveriam ser enforcados dali a uma ou duas semanas. (ORWELL, 2005, p.53)

Ainda no ensaio, Orwell (2005, p.54), revela-nos as leis criminais nas Índias, o quanto era comum para os ingleses usar da pena morte como punição para os nativos e como a insensibilidade havia tomado a administração penitenciária, conforme verificamos no seguinte diálogo: “‘Francis, apresse-se, pelo amor de Deus’, disse irritado. ‘A esta hora o homem já deveria estar morto. Ainda não estão preparados?’”. Nesse momento, Orwell (2005, p. 54 – 55) confessa: “É curioso, mas até aquele momento eu jamais me dera conta do que significava matar um homem saudável e consciente. Quando vi o prisioneiro pisar de lado para desviar da poça d’água, percebi o mistério, a injustiça execrável de interromper uma vida no auge.”.

Assim Orwell (2005a) descreveu o enforcamento:

Nós esperamos, a uma distância de cinco metros. Os soldados formaram um círculo desigual em redor do cadafalso. E então, quando o laço foi fixado, o prisioneiro começou a clamar por seu deus. Era um clamor alto e reiterado de “Ram! Ram! Ram! Ram!”, não urgente e terrível como uma oração ou um grito de socorro, porém regular, ritmado, quase como o dobrar de um sino. (...) O carrasco, ainda parado no cadafalso, tirou um pequeno saco de algodão, semelhante a um saco de farinha, e o enfiou na cabeça do prisioneiro. (...) O carrasco desceu e se pôs de prontidão, segurando a alavanca. (...) Todos tinham mudado de cor. Os indianos ficaram cinza, como café ruim, e uma ou duas baionetas tremiam. Olhávamos para o homem amarrado e encapuzado no alçapão e ouvíamos os brados – cada brado outro segundo de vida; o mesmo pensamento ocorria a todos nós: oh, mate – o depressa, acabe com isso, pare com esse barulho abominável! De repente o superintendente tomou uma decisão. Erguendo a cabeça, fez um movimento veloz com a bengala. “Xalo!”, gritou, quase com fúria. Soou um tinido, ao que seguiu um silêncio profundo. O prisioneiro desaparecera, e a corda volteava. (...) Demos a volta no cadafalso para inspecionar o corpo do prisioneiro. Ele pendurado com os dedos dos pés apontados para baixo, girando muito devagar, bem morto. (...) “Ele está bem”, disse o

superintendente. Saiu de baixo do cadafalso e soltou um suspiro profundo. O ar taciturno sumiu de repente de seu rosto. Ele consultou o relógio de pulso. “São oito e oito. Bom, por esta manhã é só, graças a Deus.” (ORWELL, 2005a, p. 56 – 58)

A morte se tornou algo comum para aqueles que conviviam cotidianamente na prisão. Anteriormente, Orwell demonstrou surpresa ao presenciar um homem saudável ser morto. Contudo, minutos depois, estaria rindo das anedotas contadas por policiais que rotineiramente viviam tal realidade. Ao explorar seu próprio exemplo, o literato mostra o desprezo pela função que exercia, pela banalidade da morte e futilidade da vida nas quais os humanos são apenas números. Interessante notar no ensaio que essas situações uniam britânicos e birmaneses, unidos pelas mesmas opiniões. Segundo podemos ler:

“Sabe senhor, o nosso amigo”, referia-se ao homem morto, “quando soube que a apelação dele tinha sido negada, mijou no chão da cela. De medo. (...)” “Bem senhor, tudo ocorreu de maneira satisfatória. Tudo terminou assim... de estalo! Não é sempre assim, ah não! Soube de casos em que o médico foi obrigado a entrar debaixo do cadafalso e puxar as pernas do prisioneiro para garantir a morte. Muito desagradável!” (...) Dei-me conta de que estava rindo bem alto. Todo mundo estava rindo. Até o superintendente deu um sorriso largo e tolerante. “É melhor que venham tomar um trago”, disse ele, com muita cordialidade. “Tenho uma garrafa de uísque no carro. Vai nos fazer bem.” Passamos pelos enormes portões duplos da prisão e saímos para a rua. “Puxando as pernas dele!”, exclamou de repente um juiz birmanês, soltando um riso alto. Nós começamos a rir de novo. Naquele momento, a anedota de Francis pareceu extraordinariamente engraçada. Tomamos um trago juntos, nativos e europeus, muito amigáveis. O morto estava a uma distância de cem metros. (ORWELL, 2005a, p.58 – 59)

Em *O Abate de um elefante*, Orwell (2005b) fala acerca do papel que se espera do europeu no Oriente, demonstrando a insatisfação com o “fardo” que deve carregar. Orwell (2005b, p.61) revela que um incidente insignificante lhe foi esclarecedor, visto que lhe “deu uma ideia melhor da verdadeira natureza do imperialismo – dos verdadeiros motivos pelos quais governos despóticos agem”. Tal aspecto lhe gerou consciência da sua posição de fantoche entre o Império e os colonos. Orwell (2005b) conta que:

Numa manhã bem cedinho, o subinspetor de uma delegacia do outro lado da cidade me telefonou para dizer que um elefante estava destruindo um bazar. Poderia eu ir até lá e fazer alguma coisa? Eu não sabia o que poderia fazer, mas, querendo verificar o que acontecia, montei num pônei e rumei para lá. (...) Vários birmaneses me pararam no caminho e me contaram sobre as ações do elefante. Não era, claro, um elefante selvagem, e sim um elefante domesticado “enfurecido”. Havia sido acorrentado, como sempre ocorre com elefantes domesticados rebentara as correntes e escapara. (...) A população

birmanesa não possuía armas e estava indefesa. Ele já havia destruído uma choupana de bambu, matado uma vaca, atacado uma barraca de frutas e devorado todo seu estoque, havia ainda topado com a caminhonete coletora de lixo e, depois de o motorista saltar para fora e sair correndo, tombara a caminhonete e a golpeará com violência. (...) Dei a volta no canto da choupana e vi o corpo de um homem morto estendido no barro. (ORWELL, 2005b, p. 61 – 63)

O estado de fúria do elefante e a morte de um nativo mobilizaram a região para acompanhar o desfecho da situação, que, acreditavam, seria a morte do elefante. Orwell (2005b) revela que não se fazia necessário a realização do abate do animal, pois este, quando encontrado, já estava mais tranquilo, como aferimos:

Eu tinha parado na estrada. Assim que vi o elefante, tive certeza absoluta de que não deveria abatê-lo. É uma coisa grave matar um elefante que trabalha – comparável a destruir uma maquinaria enorme e cara –, e era evidente que não se devia fazer isso, caso se pudesse evitar. (ORWELL, 2005b, p.64)

Em contrapartida, diante da pressão da expectativa gerada na multidão, sentiu que precisava executar o animal para preservar a sua imagem e a dos europeus na colônia:

Naquele momento, porém, olhei para a multidão, que havia me seguido. Era um mundo de gente, no mínimo duas mil pessoas, e aumentando a cada minuto. Bloqueava a estrada dos dois lados por uma longa distância. (...) Observaram-me como observariam um feiticeiro prestes a fazer algum truque. Não gostavam de mim, mas com o fuzil mágico nas mãos eu merecia por um instante ser observado. E de repente me dei conta de que deveria afinal abater o elefante. Esperavam isso de mim, e teria de fazê-lo; podia sentir as duas mil vontades me apressando de forma irresistível. E foi naquele momento, parado com o fuzil nas mãos, que compreendi pela primeira vez o vazio, a futilidade do domínio dos brancos no Oriente. (ORWELL, 2005b, p.65)

O “vazio” ao qual Orwell se referiu se encontra no fato de sentir-se controlado pelo desejo da multidão de nativos que lhe assistiam. Sendo assim, sentia-se um fantoche guiado pela “vontade absurda” dos nativos que queriam a execução do elefante. Orwell (2005b) analisa então o papel do europeu na colônia e o significado da sua presença no Oriente:

Entendi naquele momento que quando o branco se torna tirano é a sua própria liberdade que ele destrói. Transforma-se numa espécie de boneco oco e presunçoso, a figura convencionada de um *saíbe*. Porque é a condição de seu poder que passe a vida tentando impressionar os “nativos”, e assim, em todas as crises, terá de fazer o que os “nativos” esperam dele. Ele usa uma

máscara, e seu rosto se ajusta nela. Eu tinha que abater o elefante. Comprometi-me a fazê-lo quando mandei buscar o fuzil. (ORWELL, 2005b, p.65)

Nesse momento, o intelectual sentiu o “fardo do homem branco”, usando-o como motivação para o abate, doutrina que pessoalmente criticava, pois sustentava o nacionalismo e a missão civilizadora europeia, extremamente difundida em defesa do imperialismo.

Ter chegado até ali, fuzil na mão, com duas mil pessoas caminhando atrás de mim, e depois recuar frouxamente, nada tendo feito – não, isso era impossível. A multidão zombaria de mim. E minha vida inteira, a vida de todos os brancos no Oriente, era um longo esforço do qual não se devia zombar. (ORWELL, 2005b, p.65)

Todavia, consoante a afirmação acima, Orwell, apesar da condição de colonizador, não tinha liberdade para decisão, pois sobre a sua escolha recaía o fardo dos milhares de europeus que antes dele passaram pelo Oriente e essa história não poderia ser humilhada. Assim, sustentou a sua decisão de matar o elefante.

Quando puxei o gatilho, não ouvi o estrondo nem senti o coice – nunca se sente quando se atinge o alvo -, mas ouvi o barulho infernal da alegria que estourou na multidão. (...) Depois, claro, houve discussões intermináveis sobre o abate do elefante. O dono ficou furioso, mas era apenas um indiano e nada podia fazer. Além do mais, legalmente eu fizera a coisa certa, pois um elefante furioso deve ser morto como um cão raivoso, se o dono não controlar. Entre os europeus, a opinião se dividiu. Os mais velhos disseram que eu estava certo, os mais jovens, que era uma lástima terrível abater um elefante por ele ter matado um cule<sup>46</sup>, porque um elefante vale bem mais do que um maldito cule de Coringhee. E mais tarde fiquei contente de que o cule estivesse morto; fornecia-me a razão legal e pretexto suficiente para que eu tivesse abatido o elefante. Muitas vezes me perguntei se alguém percebeu que fiz o que fiz unicamente para evitar parecer um bobo. (ORWELL, 2005b, p.66 – 68)

Essas maldades reveladas, entre outros aspectos vividos enquanto prestava serviço nas colônias, são fatores determinantes para a ruptura em sua carreira com o imperialismo e a guinada para o posicionamento de crítico anti-imperialista, além de defensor do socialismo, como escreve em *O caminho para Wigan Pier*:

Eu tinha começado a ter um ódio indescritível de toda a maquinaria da assim

46 Significado: trabalhador local, assalariado pelos europeus em antigas colônias na China e na Índia.

chamada justiça. Digam o que disserem, a nossa lei criminal (aliás, muito mais humana na Índia do que na Inglaterra) é uma coisa horrível. (...) Os infelizes prisioneiros agachados nas gaiolas fedorentas, o rosto cinzento e amedrontado dos presos com longas sentenças, as nádegas como cicatrizes dos homens que tinham açoitado com bambus. As mulheres e crianças gritando e berrando quando seus pais e maridos eram levados presos – coisas como essas são impossíveis de suportar quando você é, de alguma forma, diretamente responsável por elas. Certa vez vi um homem enforcado; a mim pareceu pior do que mil assassinatos. Nunca entrei em uma prisão sem sentir (e a maioria dos que visitam prisões sente o mesmo) que meu lugar era do lado das grades. Eu pensava então – e, aliás, continuo pensando – que o pior criminoso que jamais houve na terra é moralmente superior ao juiz que ordena um enforcamento. Mas é claro que deveria guardar isso só para mim, devido ao silêncio absoluto que é imposto a todo cidadão inglês no Oriente. (...) Vejo agora, como na época eu não via, que sempre é necessário proteger as pessoas pacíficas da violência. (ORWELL, 2010, p.95)

Nesse livro, em que Orwell (2010) dedica a segunda parte para explicar os motivos que o levaram a defender o socialismo, são explorados aspectos das suas experiências vividas durante os cinco anos na Birmânia como fatores determinantes para o seu posicionamento declaradamente anti-imperialista:

Mas não é possível fazer parte de um tal sistema sem reconhecer que ele é de uma tirania injustificável. Até mesmo o anglo-indiano mais casca-grossa tem consciência disso. Cada rosto de “nativo” que ele vê na rua o faz lembrar sua monstruosa intromissão. E a maioria dos anglo-indianos, ao menos de modo intermitente, não é nem de longe tão complacente quanto à sua posição como creem as pessoas na Inglaterra. Já ouvi das mais inesperadas pessoas, desde velhos malandros até autoridades do serviço público, comentários como: “É claro que não temos nenhum direito de estar aqui neste maldito país. Só que agora, já que estamos aqui, pelo amor de Deus, vamos continuar por aqui”. A verdade é que nenhum homem moderno, lá no fundo do seu coração, acha certo invadir um país estrangeiro e subjugar a população a força. A opressão estrangeira é um mal muito mais óbvio e compreensível do que a opressão econômica. (ORWELL, 2010, p.94)

Por intermédio dos seus relatos sobre a sua experiência militar, temos acesso a novas observações em relação a como os funcionários ingleses na colônia enxergavam o imperialismo. Nesses relatos, observa-se uma consciência política, até mesmo uma autocrítica por parte dos colonizadores, pouco explorada nas demais obras, especialmente no livro *Dias na Birmânia*.

Em *Dias na Birmânia*, Orwell (2008a) concentra em um personagem inglês, em meio a outros dez personagens, a consciência crítica do papel de colonizador. Em *O caminho para Wigan Pier*, o literato constata que esse número de críticos é maior, e que o ódio ao imperialismo é algo até mesmo comum entre os colonizadores, mas camuflado no

ufanismo nacionalista: “Por toda Índia há ingleses que odeiam secretamente o sistema de que fazem parte; e apenas uma vez ou outra, quando têm plena certeza de estar na companhia da pessoa certa, deixam transparecer sua amargura oculta.” (ORWELL, 2010, p.93). Talvez esse seja o caso do próprio Orwell e do personagem Flory, do romance *Dias na Birmânia*, que no Clube Europeu, entre seus pares, omitia os seus verdadeiros pensamentos e encontrava em seu amigo colono alguém de confiança para expor as suas críticas ao Império. Contudo, se no romance Flory era uma voz isolada, Orwell, em *O Caminho para Wigan Pier* (2010), nos mostra, em sua relatos pessoais, serem comuns as insatisfações dos próprios funcionários ingleses com o imperialismo, verificados no seguinte trecho:

Lembro-me de uma noite que passei em um trem com um funcionários do Serviço de Educação, um estranho cujo o nome nunca descobri. Fazia calor demais para dormir, e passamos a noite conversando. Meia hora de perguntas cautelosas fez cada um concluir que o outro não oferecia perigo; e então durante horas, enquanto o trem sacudia, avançando devagar pela noite negra como breu, sentados em nossos beliches com garrafas de cerveja na mão, nós dois amaldiçoamos o Império Britânico – e o amaldiçoamos a partir de dentro, com inteligência e intimidade. Fez bem para nós dois. Mas dissemos coisas proibidas, e na luz pálida da manhã, quando o trem se arrastando devagar até entrar em Mandalay, nos despedimos com tanta culpa como se fôssemos um casal adúltero. Pelo que já observei, quase todos os funcionários públicos anglo-indianos têm momentos em que sua consciência os perturba. As exceções são os que fazem algum serviço útil, algo que teria de ser feito de qualquer modo, que os ingleses estivessem na Índia ou não: os encarregados das florestas, por exemplo, e os médicos, os engenheiros. Mas eu estava na polícia, ou seja, fazia parte da própria máquina do despotismo. E mais: na polícia se vê bem de perto o trabalho sujo do Império, e há uma diferença apreciável entre *fazer* o trabalho sujo e apenas lucrar com ele. (ORWELL, 2010, p.94)

Com o excerto acima, podemos entender que Orwell não é uma voz isolada dentro das engrenagens do Império a criticar suas arbitrariedades. Não podemos, e não é a nossa intenção aqui, expor outras vozes que assim como Orwell revelaram a violência à qual o colonizado se encontrava submetido. No entanto, reforçamos a importância da busca analítica dessas obras, que não têm a intenção de fundamentar uma teoria acerca do imperialismo, mas sim, denunciar esse modelo que, entre as principais vozes, é compreendido apenas numa perspectiva econômica.

## **2.4 Uma análise acerca das estruturas sociais coloniais após a Primeira Grande Guerra Mundial**

Os aspectos relacionados à estrutura social na colônia são algo bastante contundente no romance *Dias na Birmânia*, já que o enredo se desenvolve em torno dos personagens ingleses, a minoria pertencente à elite, e de dois personagens nativos, os quais possuíram maior destaque. Orwell (2008a) se dedica a expor a condição de privilégios com a qual os ingleses viviam na Birmânia. Por meio desses personagens, especialmente a já citada Flory, conseguimos acessar o interior da sociedade colonial, entrando em contato com as estruturas sociais estabelecidas pelo imperialismo, principalmente em contato com a dinâmica social em que vivia a minoria britânica no Oriente.

Ao todo, o romance contém dez personagens ingleses ao longo do enredo, todos moradores da cidade Kyauktada, representando a totalidade de ingleses na cidade. Entre todos eles, apenas Flory apresenta opiniões críticas em relação ao imperialismo. Os demais personagens demonstram um apego à condição de colonizador, especificamente da superioridade inglesa. Não possuem a capacidade de analisar o seu papel na colônia, limitando-se a criticar aspectos relacionados às condições geográficas da Birmânia, assim estabelecendo um tratamento junto aos nativos colocados em posição de inferioridade em relação aos seus próprios costumes e tradições. Não há um diálogo entre os ingleses, em toda a produção, nos quais debatem o Império Britânico, muito menos o imperialismo. Sendo assim, os ingleses demonstram insatisfações em relação à colônia, porém não demonstram interesses, ao longo da obra, de abandonar a vida que construíram no oriente. Constatamos a asserção na descrição sobre Ellis:

O discurso ainda prosseguiu por vários minutos, e o mais curioso e impressionante é que era totalmente sincero. Ellis odiava de verdade os orientais – e os odiava com um horror intenso e incansável, como se fossem de fato criaturas malévolas ou impuras. Embora vivesse e trabalhasse, como era obrigatório para o assistente de uma empresa de madeireira, em contato permanente com os birmaneses, ainda não se acostumara à visão de rosto de pele escura. A menor sugestão de simpatia por um oriental lhe parecia uma perversão horrenda. Era um homem inteligente e funcionário competente de sua empresa, mas um desses ingleses – infelizmente bastante comuns – que deviam ser proibidos de pôr os pés no Oriente. (ORWELL, 2008a, p.16)

Na análise sobre Ellis, realizada pelo próprio narrador do romance, observamos o detalhamento do comportamento comum dos ingleses em relação aos nativos. Contudo, averiguamos uma insatisfação por parte do narrador que o descreve, o que demonstra como os colonizadores ingleses continuavam a reproduzir comportamentos comuns ao século XIX.

Orwell (2008a) faz questão de ressaltar que a colônia, assim como a



metrópole, em suas devidas proporções, passa por tensões sociais que acarretaram na mudança de comportamentos dos colonos em relação aos ingleses após a Guerra Mundial. Tais progressões não alteraram a condição privilegiada na qual os ingleses viviam nas colônias, no entanto essas oscilações incomodavam os colonizadores e reforçavam o apego que possuíam em relação à vida de aristocracia construída nas colônias.

“E pensar que não faz muito tempo, até mesmo pouco antes da Guerra, eles ainda eram tão *gentis* e respeitadores! Faziam reverências quando passávamos por eles – um encanto. Ainda me lembro da época em que pagávamos só doze rupias por mês ao nosso mordomo – e aquele homem nos amava como um cão. Hoje eles pedem quarenta, cinquenta rupias, e estou vendo que a única maneira de conservar um criado é pagar vários meses de salário adiantado.” “(...) Quando eu era jovem, cada vez que o mordomo nos faltava respeito, podíamos manda-lo para a cadeia com um bilhete que dizia: ‘Tenham a bondade de aplicar quinze chibatadas no portador’. Ah, enfim, *eheu fugaces*<sup>47</sup>! Infelizmente, acho que esses tempos não voltam mais!” (ORWELL, 2008a, p. 20)

Logo, é devido a essas transformações, que não lhe agradam como antes, que esses ingleses constatarem que não cabem mais nas colônias: “Este país nunca mais vai servir para se viver. O Raj Britânico<sup>48</sup> chegou ao fim da linha, se querem saber o que eu acho. Domínio Perdido, e essa coisa toda. Está mais do que na hora de sairmos daqui.” (ORWELL, 2008a, p.20).

A postura dos personagens ingleses descritos por Orwell (2008a) reforça o caráter de transição por que o Império Britânico passava após a Guerra Mundial, expondo também como os britânicos se encontravam enraizados na vida que construíram nas colônias, na qual alguns se encontravam desde a juventude. Tais raízes existem em relação a concepções construídas ainda no século XIX, nas quais Orwell critica a incapacidade de se atualizarem diante de uma nova dinâmica vivida entre a metrópole e a colônia. A premissa confirma-se na crítica de Flory aos seus concidadãos:

(...) Ellis, que não para de falar em ‘negros imundos’, Westfield com suas piadinhas, Macgragor com suas expressões em latim e a favor de aplicar quinze chibatadas no portador. Mas quando eles chegaram àquela história do velho *halvidar*<sup>49</sup> – sabe qual é, a do velho *halvidar* que dizia que, se os ingleses saíssem da Índia, não sobraria uma rupia ou uma virgem sequer no país – sabe qual é. Bem, eu não aguentei mais. Já era tempo de terem aposentado o velho *halvidar*. Eles vem dizendo a mesma coisa desde o

47 Tradução livre: “Como passa depressa!”

48 Termo usado para denominar a Índia Britânica.

49 Nota do tradutor: *Halvidar*; suboficial cipaio ou nativo, de posto mais ou menos correspondente ao de sargento.

Jubileu de 1887...” (ORWELL, 2008a, p.26)

Intermediados pelas falas dos personagens ingleses, encontramos uma tentativa de reprodução, dentro da colônia, de uma sociedade aristocrática, nos moldes da nobreza britânica. Nessa “nova aristocracia”, como podemos chamar, a condição de privilégio é determinada pela naturalidade e descendência. Os britânicos, como Orwell expõe em seu romance, estabeleceram-se como classe dominante, sustentada pelo Império, submetendo os nativos à condição indigna e inferior.

Em *O Caminho para Wigan Pier*, Orwell (2010) fala a respeito dos ingleses que migravam para as colônias, ratificando seu pensamento, que foi escrito também em *Dias na Birmânia*, acerca da reprodução dos comportamentos aristocráticos que os ingleses praticavam na Birmânia:

Na verdade, a maioria dos brancos na Birmânia não era do tipo que na Inglaterra mereceria o nome de “cavalheiros”, mas com exceção dos soldados rasos e de algumas outras pessoas meio indefinidas, viviam uma vida apropriada a um “cavalheiro” – isto é, tinha criado em casa e chamavam à refeição a noite de *dinner*, e não *tea*; e oficialmente eram considerados como sendo de uma mesma classe. Eram “brancos”, em nítido contraste com a classe inferior, a dos “nativos”. (ORWELL, 2010, p.92)

Essa característica dos ingleses que se destinaram à colônia foi algo trabalhado por Orwell no romance *Dias na Birmânia*. Apesar de um pensamento pouco crítico em relação ao papel do Império Britânico nas colônias, no qual os personagens ingleses, em sua maioria, pensavam em comum, esses mesmos personagens são descritos com comportamentos e características divergentes entre si, o que nos faz interpretar a análise dos estratos sociais diferentes em que nasciam os ingleses que migravam para a colônia.

O sr. Macgregor, sorridente, pegou o aviso. Viu o “idiota” acrescentado a lápis ao lado de seu nome e pensou consigo que os modos de Ellis eram muito desrespeitosos, mas resolveu deixar o assunto de lado com um gracejo. Fazia um esforço tão intenso para se apresentar como um bom sujeito no Clube quanto para se comportar com dignidade que seu cargo exigia no horário de trabalho. “Quero crer então”, disse, “que o nosso amigo Ellis não aprecia a companhia dos seus irmãos, ahn.. arianos?” (ORWELL, 2008a, p.20)

O pensamento de Macgregor em relação a Ellis reforça o argumento de que nas colônias a posição social do britânico não se definia por seu estrato social, sua descendência ou educação que tinha na metrópole, mas, sim, simplesmente, pela circunstância de ser inglês.

Esse aspecto garantia uma paridade de condições entre os colonizadores. A vida que o imperialismo proporcionou aos ingleses é um dos fatores que Orwell (2008a) apresenta no romance, como estímulo para o colonizador não abandonar as colônias, mesmo aqueles críticos ao imperialismo, como o personagem Flory.

Flory, de trinta e cinco anos, muito jovem chegou à Birmânia para trabalhar em uma companhia britânica de exploração de madeiras. Diferentemente dos outros, o homem é o personagem que mais possui simpatia pelos nativos. Contudo, quando reunido com os demais ingleses, no Clube Europeu, costuma ser omissos em suas opiniões, por não confiar naqueles colonizadores. Em sua vida na colônia, estreitou laços de confiança com o médico indiano Dr. Veraswami, que se tornou a pessoa na qual o inglês mais confia, aquele para o qual confia suas críticas aos ingleses e ao Império Britânico. Entretanto, apesar da crítica ao papel do imperialismo nas Índias, e de ser crítico aos colegas que reproduzem o que chamou de “bobajada do fardo do homem branco”, Orwell (2008a), através do narrador, descreve Flory como alguém que jamais voltou para a Inglaterra, escrevendo acerca das justificativas:

Flory nunca voltou a Inglaterra. Por quê, ele não seria capaz de explicar, embora soubesse perfeitamente. No começo, foram os empecilhos acidentais. Primeiro a Guerra e, depois da Guerra, sua empresa ficou com tanta falta de assistente treinados que não lhe concederam licença por outros dois anos. Então, finalmente, ele se tinha preparado. Ansiava pela Inglaterra, embora temesse enfrentá-la, assim como tememos nos ver diante de uma bela mulher quando estamos sem colarinho e com barba por fazer. Quando ele saía de sua terra natal, era um rapaz, um rapaz promissor, bonito a despeito de sua marca; agora, apenas dez anos depois, ele se tornara amarelo, magro, bêbado, quase um homem de meia-idade nos hábitos e na aparência. Ainda assim, sentia saudades da Inglaterra. (ORWELL, 2008a, p.47)

Mais uma vez, a Primeira Guerra Mundial aparece como um divisor temporal. Agora, o narrador do romance a cita como um dos fatores que impediram o retorno do seu personagem principal para a Inglaterra. Nesse aspecto, faz-se importante salientar que Flory traz consigo pensamentos críticos ao imperialismo e às doutrinas inglesas sustentadoras da colonização, sem ter saído da Birmânia, uma vez que lá se encontrava desde antes da Guerra. Sendo assim, o romance traz em seus personagens essas tensões entre as bases que estruturam o Império Britânico no século XIX, como em Kipling, por exemplo. Ainda, abarca para o enredo do livro assimilações relacionadas aos pensamentos contemporâneos discutidos na Europa do início do século XX, principalmente quanto às críticas de caráter econômico tecidas por Flory, às quais nos dedicaremos mais à frente.

Nesse momento, objetivamos destacar na trajetória do personagem Flory como

Orwell (2008a) constrói a crise de consciência vivida por alguns colonizadores britânicos que estabeleceram uma qualidade de vida à custa do sacrifício do colonizado. Em contraponto, mesmo cientes disso, criticam as estruturas vigentes, mas não são capazes de abandoná-las. Conforme podemos verificar:

(...) E ocorreu-lhe – uma coisa que realmente esquecera na atmosfera estagnada da Birmânia – que ele ainda era jovem o bastante para recomeçar. Passaria um ano em companhia civilizada, encontraria alguma jovem que não se incomodaria com a sua marca de nascença – uma jovem civilizada, não uma *pukka memsahib*<sup>50</sup> – casar-se-ia com ela e suportaria mais dez anos ou quinze anos de Birmânia. Em seguida eles aposentariam - ele teria acumulado doze a quinze mil libras de capital, talvez. Comprariam uma casinha no campo, viveriam cercados de amigos, livros e de seus filhos, de animais. Estariam livres para sempre daquele cheiro daquele reino de *pukka sahib*<sup>51</sup>. E ele se esqueceria da Birmânia, daquele país horrível que quase acabara com ele. (ORWELL, 2008a, p.47)

Em Flory, observamos as expectativas depositadas pelos ingleses que seguiam rumo às colônias. O trabalho na colônia era visto como algo passageiro, um sacrifício necessário para um futuro com mais tranquilidade na Inglaterra. As expectativas criadas por Flory em relação à sua trajetória na colônia aproximam o romance de Orwell da teoria de Schumpeter, que defende que o imperialismo possui um caráter atávico, sendo um elemento proveniente das condições vivas do passado. Esse atavismo se encontraria na estrutura social, nos hábitos psicológicos e nas reações emocionais (MARIUTTI, 2003). Refuta-se qualquer relação entre capitalismo e o imperialismo. Dessa forma, as expectativas criadas pelos cidadãos ingleses não pertencentes a uma aristocracia, em relação à oportunidade de mudança de vida que as colônias propiciaram, podem ser entendidas como elemento atávico que sustentou uma popularidade do imperialismo mesmo após a Guerra, concorde-se ou não com a política externa do Império.

O paradoxo vivido por Flory possui relação com o fato de reconhecer a natureza capitalista do imperialismo, enquanto encontra nos demais ingleses, e até mesmo em si próprio, um sentimento nacionalista em relação ao Império. Esse sentimento é natural aos britânicos nascidos no século XIX, em virtude de desde muito cedo serem introduzidos e habituados a esse sentimento, por meio da exposição de histórias, músicas, poemas, tradições e livros infantis os quais tornavam normal a ideia das virtudes do laborioso povo que transformou uma pequena ilha no ‘Império onde o Sol nunca se põe’. Concomitantemente,

50 “Memsahib, feminino de sahib” (notas do tradutor).

51 “Pukka sahib, anglo-indiano (inglês nascido na Índia) ou título respeitoso usado em geral pelos nativos do subcontinente como tratamento para os europeus, mais especificamente os ingleses” (notas do tradutor).

nos almanaques da história mundial, o Império Britânico se posicionava ao lado de Roma no poder que exerceu sobre a Europa. De maneira geral, a posição imperial britânica era grandemente naturalizada, tendo como grande expoente desse processo o poema de Kipling, “*O fardo do homem branco*”, conforme analisamos nas páginas anteriores e como percebemos em um diálogo de Flory com o Dr. Veraswami:

“Sediciosas?”, questionou Flory. “Não sou *eu* que sou sedicioso. Não sou *eu* quem quer que os birmaneses nos expulsem deste país. Deus permita que não! Estou aqui para ganhar dinheiro, como todos os outros. O que me incomoda é essa bobajada untuosa de fardo do homem branco. A pose de *pukka sahib*<sup>52</sup>. É tão maçante. Até mesmo esses malditos idiotas do Clube podiam ser uma boa companhia se não precisássemos viver essa mentira o tempo todo.” “Mas meu bom amigo, qual é a mentira que vocês estão vivendo?” Ora, é obvio, a mentira de que só estamos aqui para melhorar a vida dos nossos pobres irmãozinhos negros, e não para roubar o que eles possuem. Acho que é até uma mentira natural. Mas ela nos corrompe, e nos corrompe de maneiras que o senhor nem pode imaginar. Cada um de nós vive com a permanente sensação de que é um mentiroso e um traidor; ela nos atormenta e nos obriga a procurarmos justificativas dia e noite. E é ela que explica em boa parte a nossa violência para com os nativos. Nós anglo-indianos, podíamos ser quase suportáveis se pelo menos admitíssemos que somos ladrões e continuássemos a roubar, mas sem toda essa impostura.” (ORWELL, 2008a, p.26 – 27)

Nesse sentido, até uma tomada de consciência, algo que Orwell (2008a) nos faz interpretar que só aconteceu enquanto Flory já vivia na colônia, no seu imaginário nacionalista, significava enxergar a carreira na colônia como um fardo necessário para se ter uma vida melhor no futuro. O retorno de Flory à Inglaterra não se concretizou, mas por questões pessoais, principalmente pelo fato de Flory ter se apegado à Birmânia e feito da colônia o seu lar:

Quando chegou a Colombo, encontrou um telegrama à sua espera. Três homens de sua empresa tinham morrido de repente de malária. A empresa sentia muito, mas será que ele não poderia por favor retornar imediatamente a Ragoon? Haveriam de conceder-lhe uma nova licença na primeira oportunidade. Flory embarcou no navio seguinte para Ragoon, amaldiçoando a sua sorte, e tomou o trem de volta para o seu quartel-general. A essa altura ainda não ficava em Kyauktada, mas em outra cidade da Alta Birmânia. Todos os criados estavam a sua espera na plataforma. Ele os transferira *em bloc* para o seu sucessor, que morreria. Era tão estranho tornar a ver seus rostos familiares! Dez dias antes, ele estava a caminho da Inglaterra com a presteza possível, e já quase se sentia na Inglaterra; e agora encontrava ali de volta à velha cena imutável, com os carregadores negros nus a dividir a

52 Notas do tradutor: Conforme citado anteriormente, *Pukka sahib*, anglo-indiano (inglês nascido na Índia) ou título respeitoso usado em geral pelos nativos do subcontinente como tratamento para os europeus, mais especificamente os ingleses.

bagagem e um birmanês gritando a seu lado pelo caminho. (...) Flory voltou caminhando, sentindo-se totalmente ridículo com aquela guirlanda imensa pendurada no pescoço. (...) Alguma coisa se agitou no coração de Flory. Foi um desses momentos em que tomamos consciência de uma vasta mudança e deterioração da nossa vida. De repente ele percebeu que no fundo do coração estava feliz por ter voltado. Aquele país que ele odiava era agora o seu país nativo, o seu lar. Vivera ali por dez anos, e cada partícula do seu corpo continha o solo birmanês. (...) A partir de então, nunca mais solicitou licença para retornar a Inglaterra. (ORWELL, 2008a, p.47 – 48)

O que podemos observar é que a mudança de perspectiva em relação à colônia não se alterou devido a questões de natureza política ou social, nem mesmo por um despertar de uma paixão pela Birmânia e pelos nativos, mas sim pelo que era a sua vida na colônia bem como a condição semelhante à de uma aristocracia na qual vivia. Flory não mudou suas perspectivas, continuou procurando uma britânica para se casar - em Elizabeth, ele materializou a civilidade europeia que faltava nas birmanesas. No entanto, o que motivou o personagem a ficar foi o privilégio que representava ser inglês naquela comunidade, naquelas condições nas quais se encontrava o Império Britânico.

Orwell (2010) escreve um pouco mais acerca da sua trajetória na Birmânia no livro *O Caminho para Wigan Pier*, ajudando-nos a compreender um pouco mais sobre a dinâmica social nas colônias, especialmente em relação à vida dos ingleses na Birmânia entre os anos de 1922 e 1927:

Quando a gente tem muitos criados, logo adquire hábitos preguiçosos. Eu costumava me permitir, por exemplo, ser vestido e despido por meu criado. Isso porque era um rapaz birmanês e nada repelente; eu não teria tolerado que um criado inglês me tocasse daquela maneira íntima. Eu sentia pelos birmaneses quase o mesmo que sentia pelas mulheres. (ORWELL, 2010, p.92)

Ainda no livro, Orwell disserta a respeito do posicionamento dos ingleses sobre o Império, independente da sua posição diante do imperialismo:

E intimamente nenhum inglês, muito menos o tipo que faz piadas sobre coronéis indianos, realmente deseja que ele se desintegre. Pois à parte qualquer outra consideração, o nível de vida de que desfrutamos na Inglaterra depende de segurarmos bem firmes as rédeas do Império, em especial suas regiões tropicais, como Índia e África. No sistema capitalista, para que a Inglaterra possa viver em relativo conforto, 100 milhões de indianos tem que viver à beira da inanição – um estado de coisas perverso, mas você consente com tudo isso cada vez que entra num taxi ou come morangos com creme. (ORWELL, 2010, p.102)

Nesses trechos selecionados destacam-se, mais uma vez, o papel aglutinador da ideologia do imperialismo, estabelecido a partir de mecanismos para convencimento da sociedade britânica do século XX. Dessa forma, garantiu-se apoio aos projetos capitalistas estruturados a partir de uma ideologia nacionalista e militarista, apropriadas por tais empreendimentos como estratégia para se manterem atuantes. Hobsbawm (2009) aponta para o valor da coesão do império como forma de garantir o convencimento da população.

O que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as descontentes, a se identificarem ao Estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse Estado justificação e legitimidade. Numa era de política de mesmo, mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade. (...) o império era um excelente aglutinante ideológico (...). É impossível negar que a ideia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era automaticamente popular, beneficiando assim, a política do imperialismo. (HOBBSAWM, 2009, p. 105 – 106)

Analisando os excertos de Orwell, observamos também como o nativo era enxergado pelo europeu como algo diferente, sub-humano talvez. Esses pensamentos pertencem a um arcabouço social e científico que visava naturalizar o domínio do europeu aos grupos sociais da África e da Ásia. As teorias sociais, conforme veremos nas páginas seguintes, contribuíram para que os ingleses assumissem com naturalidade a posição de privilégio disponibilizada na colônia, incorporando assim, naturalmente, o nacionalismo imperialista, renovando as estruturas do regime ao longo do século XX.

Observamos na trajetória do personagem Flory, assim como na própria trajetória de Orwell, aquilo que Memmi (2007) chamou a “consciência do papel histórico”. Para Memmi (2007), o colonizador, tendo descoberto o lucro, ainda não havia tomado consciência do papel histórico que lhe cabia na colônia, e tal consciência é adquirida a partir do momento em que entende as origens e as significações do seu lucro, assim, a partir disso, descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio privilégio.

Ele *sabia*, é claro que a colônia não era habitada unicamente por colonos ou por colonizadores. Tinha até mesmo uma ideia dos colonizados, graças aos livros de leitura de sua infância; acompanhara no cinema um documentário qualquer sobre alguns dos seus costumes, de preferência escolhidos por sua estranheza. Mas esses homens pertenciam precisamente ao domínio da imaginação dos livros ou do espetáculo. Não lhe diziam respeito, ou muito pouco, indiretamente, por intermédio de imagens coletivas para toda a nação, epopeias militares, vagas considerações estratégicas. Ele se inquietou um

pouco quando decidiu ele próprio ir para a colônia, mas não de maneira diferente da adotada em relação ao clima, talvez desfavorável, ou à água, que diziam calcária demais. Eis que esses homens, subitamente, deixando de ser um mero elemento de um cenário geográfico ou histórico, instalam-se em sua vida. Ele sequer pode decidir evita-los: deve viver em constante relação com eles, pois justamente essa relação que lhe permite a vida que decidiu buscar na colônia; é essa relação que é frutífera, que cria o privilégio. (MEMMI, 2007, p.41, grifo do autor)

Pautados em um questionamento realizado por Memmi (2007, p.52), podemos analisar o personagem Flory: “uma vez que descobriu o sentido da colonização e tomou consciência de sua própria situação, da situação do colonizado, e de suas necessárias relações, como reagirá?”. A resposta de Orwell (2008a) a qual encontramos no romance *Dias na Birmânia* é que, diante da tomada de consciência, Flory reagiu aceitando a posição de privilegiado, confirmando a miséria do colonizado, a condição de usurpador, a opressão e a injustiça em relação ao verdadeiro habitante da colônia, correlativas de sua excessiva liberdade e de seu prestígio. Enfim, aceitou a circunstância de colonizador. Mas não conseguiu sustentar o fardo do homem branco e a rejeição de um amor, o que o levou ao suicídio.

O colonialismo britânico na região configurou uma mudança na pirâmide social birmanesa. Conforme debatemos neste tópico, até aqui, por meio do imperialismo, os europeus assumiram o topo da estrutura social, estabelecendo nas colônias padrões de vida semelhantes aos da aristocracia na metrópole. Os empresários e altos funcionários do governo admitiram a condição de privilegiados na colônia, como Orwell expõe em seus escritos. O que podemos observar também, a partir do romance, é a organização de uma classe média composta por imigrantes indianos, que se dividiam entre os burocratas, agiotas, comerciantes, além dos comerciantes chineses. Os nativos birmaneses formavam a base da pirâmide social. O narrador do romance de Orwell (2008a, p.20), ao descrever a cidade de Kyauktada, ressalta a presença de estrangeiros na região: “Tinha uma população de quatro mil habitantes, entre eles umas poucas centenas de indianos, algumas dezenas de chineses e sete europeus<sup>53</sup>”.

No mesmo romance, o intelectual destaca dois personagens orientais, o birmanês U Po Kyin e o anglo-indiano Dr. Verasawami. O enredo se desenvolve em torno das tramas de U Po Kyin, um magistrado da subdivisional de Kyauktada, um nativo corrupto, colocado como vilão da trama, para chegar ao que considera como o ápice de sua carreira, a entrada para o Clube Europeu. Com o propósito de atingir seu objetivo, usará de todos os

53 O narrador apresenta essas informações no início do romance, ao longo da obra novos ingleses migram para a Birmânia e outro morre, por isso fizemos o levantamento de dez ingleses ao longo de toda o livro.



recursos para ganhar a confiança dos ingleses e superar o médico indiano, quem considera seu maior opositor.

A partir desses personagens nativos, entendemos um pouco mais sobre a sociedade que se estabeleceu na colônia após a chegada dos ingleses. Nesse caso, podemos observar que os personagens compõem uma classe média colonial, a qual detém condições de vida superior à dos birmaneses, entretanto, encontra-se muito distante da elite social europeia. Orwell mostra essa condição ao expor que, apesar de carreiras bem-sucedidas, o que lhes garantiam prestígio local era a proximidade com os europeus, sendo o apogeu para qualquer colono a entrada para o Clube, mesmo que não buscassem uma igualdade de convívio e tratamento, mas sim assegurar o prestígio social junto aos nativos. Assim Orwell (2008a) descreveu o Clube Europeu:

Quando uma pessoa olhava para o Clube – uma construção modesta de madeira de um único piso – contemplava o verdadeiro centro da cidade. Em qualquer cidade da Índia, o Clube Europeu é a cidadela espiritual, a verdadeira sede do poder britânico, o nirvana pelo qual os funcionários públicos e os milionários nativos anseiam em vão. (ORWELL, 2008a, p.19)

O desejo pela entrada no Clube Europeu era algo que permeava o imaginário da elite oriental, algo que lhe colocava em aproximação com o europeu, o que junto à sociedade birmanesa era simbolizado como a maior condição de prestígio social, conforme destaca Dr. Verasawami em conversa com Flory:

“E estou lhe dizendo que a mais ligeira suspeita quanto à minha lealdade pode acabar comigo, pode ser meu fim! Se começarem a dizer que eu tinha alguma simpatia por essa revolta, estou acabado.” “Mas, ora, é uma afirmação ridícula! O senhor não tem algum modo de se defender?” (...) “Não posso fazer nada. Só posso esperar e confiar que o meu prestígio me valha até o fim. Em casos como este, quando a reputação de um funcionário nativo está em jogo, não se trata de uma questão de provas, de evidências. Tudo depende da posição da pessoa diante dos europeus. Se minha posição for boa, eles não vão acreditar que eu fiz essas coisas; se ruim, eles acreditam. Tudo é prestígio.” (ORWELL, 2008a, p.98)

O Clube Europeu de Kyauktada era um dos poucos que mantinha a exclusividade para ingleses. A metrópole, gradativamente, solicitava aos clubes que admitissem membros nativos, provavelmente numa tentativa de conter rompantes pela independência. Ciente desse movimento, U Po Kyin iniciou os seus atos com o intuito de acabar com o prestígio do seu principal opositor. A amizade entre Flory e o Dr. Verasawami

era vista como um problema para seus planos, porque era entendida como o caminho para a entrada do seu adversário no clube. As estratégias foram variadas, desde ataques pela imprensa, cartas anônimas, ameaças e até mesmo no planejamento de uma revolta colonial. Por sua vez, o doutor via na amizade com Flory a única alternativa capaz de sedimentar o seu prestígio.

(...) “Vamos imaginar, por exemplo, que o senhor fosse admitido no Clube. Isso faria bem ao seu prestígio?” Se eu fosse admitido no Clube? Ah, claro, sem dúvida! O Clube! É uma fortaleza inexpugnável. Se eu entrasse lá, ninguém iria dar ouvidos a essas histórias a meu respeito, como se eu fosse o senhor, o senhor Macgragor ou qualquer outro cavalheiro europeu. (...) “Mas existe uma questão, senhor Flory, que eu não mencionei antes. É que – e espero que o senhor entenda bem – eu não tenho nenhuma intenção de *usar* o Clube de maneira alguma. Ser membro é tudo que eu desejo. Mesmo que eu fosse aceito, jamais me prevaleceria disso para *frequentar* o Clube.” “Não iria ao Clube?” “Não, não! Deus me livre impor a minha companhia aos cavalheiros europeus! Eu me limitaria a pagar as mensalidades. O que, para mim, já seria privilégio suficiente.” (ORWELL, 2008a, p. 99 – 100)

Podemos observar que o colonialismo deixou marcas profundas na estrutura social e na mentalidade dos birmaneses, os quais passaram ter tendência a aceitar passivamente a dominação britânica, até mesmo indiana, tornando-se servos em seu próprio território. Em *Dias na Birmânia*, Orwell (2008a) apresenta os personagens nativos em condição de submissos dos europeus. As funções preenchidas no romance, com exceção de U Po Kyin, são de mordomo, amantes, mendigos, expondo o posto de inferioridade dos nativos junto à sociedade estabelecida pelo imperialismo. Em muitos momentos se ressaltam os aspectos negativos, em torno da aparência, dos comportamentos, da pobreza e da submissão. Como podemos verificar no personagem Ko S’la:

Ko S’ la (seu nome verdadeiro era Maung San Hla; Ko S’la era uma abreviação) era um birmanês baixo, de ombros largos e aparência rústica com pele muito escura e uma expressão artomentada. Usava um bigode negro que se curvava para baixo dos dois lados da boca, mas, como a maioria dos birmaneses, era praticamente imberbe. Era criado de Flory desde o dia em que chegara à Birmânia. Os dois tinham apenas um mês de diferença de idade. Havia passado a adolescência juntos, se arrastando lado a lado à espreita de patos e narcejas, esperando horas a fio em *machans* por tigres que nunca apareciam, compartilhando o desconforto de milhares de caminhadas e acampamentos; e Ko S’la arrumara mulheres para Flory, conseguira-lhe dinheiro emprestado com agiotas chineses, pusera-o na cama quando se embebedara, cuidara de seus ataques de febre. Aos olhos de Ko S’la, Flory, por ser solteiro, ainda era um rapaz; enquanto ele, Ko S’la, se casara, gerara cinco filhos, tornara a se casar e se transformara num dos mártires anônimos da bigamia. Como todos os criados de homens solteiros,

Ko S'la era sujo e preguiçoso, mas profundamente dedicado a Flory. Jamais deixava que outra pessoa servisse Flory à mesa, carregasse sua arma ou segurasse a cabeça de as águas com Flory nas costas. (ORWELL, 2008a, p. 34 – 35)

Conforme vimos, Orwell (2008a) é bastante descritivo na construção do personagem Ko S'la, expondo questões referentes à sua subserviência ao europeu, tornando até mesmo natural tal condição de servos na qual os nativos se encontravam, o que reforça a aceitação da dominação estrangeira por parte dos povos oriundos daquela região. Mas devemos ressaltar também um aspecto da escrita de Orwell nesse romance: o destaque das características negativas dos nativos, o que os expõem em condição de inferioridade, até mesmo de não civilizados, na comparação com os europeus.

Tal aspecto é reforçado por um dos pensamentos de Dr. Verasawami, que também em condição de privilégio em relação aos referidos povos, mas de submissão aos Europeus, busca defender a natureza civilizatória do imperialismo, expondo um raciocínio em que deprecia os orientais e exalta o poder dos europeus:

“Mas para dizer bem a verdade, senhor Flory, o senhor não devia falar assim! Por que o senhor sempre reclama dos *pukka sahibs*, como diz o senhor? Eles são o sal da terra. Pense só nas coisas grandiosas que fizeram – nos grandes administradores que transformaram a Índia britânica no que ela é hoje. Pense em Clive, em Warren Hastings, em Dalhousie, em Cruzon. Foram homens de uma espécie – e cito aqui o seu imortal Shakespeare – que, no fim das contas, nunca mais tornaremos a ver igual!” (...) “Meu amigo, é patético ouvi-lo falar dessa maneira. Realmente patético. Está querendo me dizer que vocês, ingleses, só estão aqui para fazer negócios? Mas é claro que sim! E os birmaneses por acaso conseguiriam fazer negócios por conta própria? Saberiam construir máquinas, navios, ferrovias, estrada? Eles não podem nada sem vocês. O que aconteceria às florestas da Birmânia se os ingleses não estivessem aqui? Seriam imediatamente vendidas para os japoneses, que arrancariam tudo de uma vez e deixariam a terra arrasada. Em vez disso, nas mãos dos ingleses, elas acabam até melhorando. E enquanto empresário ingleses desenvolvem os recursos do nosso país, os funcionários do governo britânico nos civilizam, nos elevam ao nível deles, por puro espírito público. É uma história magnífica seu auto-sacrifício (sic).” (ORWELL, 2008a, p.28)

Na defesa dos ingleses e do imperialismo pelo Dr. Verasawami, podemos observar uma abordagem acerca do regime fundamentada nos aspectos civilizadores dos europeus, em uma perspectiva que busca explicar a importância do imperialismo por meio da ideia de progresso que os países da Europa, industrializados, levaram para os territórios dominados. Argumentos como o do Dr. Verasawami intentam legitimar o domínio europeu

sobre os continentes africano e asiático a partir de suas teorias raciais predominantes no século XIX.

Dessas teorias, duas das que mais se destacaram foram a do “Evolucionismo social” e a do “Darwinismo Social”. O discurso ideológico do “evolucionismo social” classificava as sociedades em três etapas evolutivas: bárbara, primitiva e civilizada. Os europeus se consideravam integrantes da sociedade civilizada e classificavam os asiáticos como primitivos e os africanos como bárbaros. Portanto, restaria ao colonizador a “missão civilizatória”, em que asiáticos e africanos tinham de ser dominados, assimilando assim a cultura europeia, quando, então, eles poderiam ascender nas etapas de evolução da sociedade alcançando o estágio de civilizados.

Bolsanello (1996) nos mostra que Herbert Spencer, um dos mais importantes expoentes desse pensamento, desenvolveu a teoria que ficou conhecida como *Darwinismo Social*. Spencer inclusivamente criou a expressão “a sobrevivência dos mais aptos”. As premissas que assentavam a sua teoria social baseavam-se na ideia de “que os seres humanos são por natureza desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores” (BOLSANELLO, 1996, p. 154). A vida social seria uma luta, na qual os mais aptos seriam aqueles que triunfariam e teriam poder econômico, social e político. Os mais fracos, por sua vez, estariam condenados à condição de subalternos.

A argumentação de Spencer, além de recorrer à biologia, servia-se da psicologia, frenologia, sociologia e genética. Para além de questões de cor e outras características físicas, aspectos como a inteligência serviam para normalizar as relações de opressão existentes na sociedade. O racismo advindo daí – a ideia de que certas raças seriam ontologicamente superiores às outras, a partir da própria desumanização das raças consideradas inferiores – serviu como justificação ideológica da expansão europeia para terras nos continentes africano e asiático. Era fácil e cômodo para os espíritos europeus dominarem indivíduos que eles não consideravam como iguais a si, e sim como sub-humanos.

Bolsonello (1996) nos mostra que o primeiro grande teórico difusor do Racismo seria o conde de Gobineau. Na sua obra “*Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*”, publicada em 1853, Gobineau tenta, intermediado pelo uso da História e da Frenologia, demonstrar como as relações de poder existentes na sociedade estavam assentes em características biológicas, fossem essas relações de classe ou de raça – por exemplo, Britânico superior a Irlandês, Europeu superior a Africano. Para Gobineau, a pior coisa que poderia acontecer a uma raça era a sua miscigenação, pois constituía uma degeneração (BOLSONELLO, 1996).

Essas teorias racistas não nasceram, exclusivamente, do imaginário de indivíduos, mas sim devido a condições sociais concretas existentes em sociedade, como constatado por Hobsbawm (1988, p.77) acerca da economia mundial no século XIX: “uma economia mundial cujo ritmo está definido pelo seu coração capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento transformar-se-á muito provavelmente num mundo em que os ‘avançados’ dominam os ‘atrasados’”. Orwell (2008a), em seu romance *Dias na Birmânia*, mostra que as discussões referentes a essas teorias raciais se faziam presentes nos meios de comunicação de massa. Essa conclusão pode ser atingida a partir da reação espantosa da personagem Elizabeth ao enxergar, pela primeira vez, um euroasiano:

Mas a cabeça deles tem um formato horroroso! O crânio parece se prolongar no sentido horizontal, como o de um gato. E a maneira como a testa é inclinada para trás- é uma coisa que lhe dá uma ar de gente *malvada*. Lembro de ter lido alguma coisa numa revista sobre o formato da cabeça das pessoas; dizia que as pessoas com a testa inclinada assim eram do *tipo criminoso*. (ORWELL, 2008a, p.78)

Conforme vimos, o “racismo científico”, influenciado em grande parte pelos estudos de frenologia de Cesare Lombroso e sua teoria do “criminoso nato”, se tornou cada vez mais hegemônico nas sociedades europeias ao longo do século XIX, penetrando em meios de comunicação como a imprensa, a literatura e no ensino escolar, influenciando o desenvolvimento de disciplinas acadêmicas como a sociologia, a antropologia e a etnografia. Assim, essa corrente se tornou parte importante do discurso ideológico hegemônico, desenvolvendo-se, concomitantemente, aos contatos dos europeus com povos africanos e asiáticos intensificados pela expansão imperialistas.

Outra crítica observada em *Dias na Birmânia* se refere à incapacidade dos nativos de resistência aos colonizadores europeus, assim como a falta de desejo e capacidade de mobilização, por parte dos colonos, para se livrar da dominação estrangeira. No romance, há menções a movimentos nacionalistas os quais buscam se organizar contra os ingleses, contudo os birmaneses se mobilizaram por duas vezes ao longo do enredo. As rebeliões coloniais não carregavam consigo uma bandeira nacionalista em oposição ao imperialismo britânico, mas ocorriam em meio a insatisfações dos moradores da cidade com atos isolados de alguns ingleses.

A primeira amotinação, organizada pelo birmanês U Po Kyin, foi uma farsa usada como mecanismo para conquistar sua popularidade junto aos britânicos, articulada,

assim, para colocar-se como o “salvador”. A outra revolta traz consigo um caráter espontâneo, onde sua mobilização ocorreu após o assassinato de um colono por um britânico e a agressão de um inglês a um grupo de birmaneses. Essa rebelião é um dos pontos de tensão do romance, através dela Orwell (2008a) mostrou a submissão dos birmaneses aos europeus, os quais mesmo em esmagadora maioria de homens, não conseguiram enfrentar os ingleses e as forças policiais indianas que garantiam os interesses metropolitanos na região.

Neste capítulo, objetivamos analisar as várias perspectivas acerca do imperialismo por intermédio de algumas produções de Orwell diretamente vinculadas às suas experiências vividas enquanto servia na Birmânia. Como articulação, inserimos a obra do literato ao seu tempo histórico e entendendo-a como fonte de importante valia para enxergar por dentro as estruturas do imperialismo. Analisamos o pensamento orwelliano em relação ao imperialismo em consonância com as principais teorias difundidas na época, defensoras e opositoras do referido regime. Orwell, assumidamente, foi um opositor ao imperialismo, todavia, podemos observar que, por muitas vezes, seus personagens, opiniões e escritas chancelavam ações e ideias dos colonizadores, trazendo à tona debates sobre o papel do Império, pertinente à Europa do início do século XX. Dessa maneira, não atribuiremos a Orwell o rótulo de anti-imperialista, mas sim de um crítico que discordava do imperialismo e que, por meio da sua literatura, contribuiu para os estudos acerca do Império Britânico no início do século XX. Esperamos ter atingido o nosso objetivo.

No próximo capítulo, analisaremos o ensaio *O Leão e o Unicórnio: O socialismo e o Gênio Inglês*, publicado originalmente em 1941. Nele, diferente dos demais, Orwell trata do imperialismo junto à sua utopia do despertar da revolução socialista na Inglaterra. Sendo assim, por ser um ensaio escrito em meio a uma nova guerra mundial, o tema recortado será pautado de maneira diferente da forma como vem sendo tratado pelo autor até aqui. Nas produções de Orwell, foram exploradas questões relativas à sua memória política relacionada ao período em que serviu na Birmânia. Tal aspecto nos permitiu compreender o imperialismo nas décadas posteriores à Primeira Guerra Mundial. No próximo capítulo, a Segunda Guerra Mundial levará Orwell a alterar seu tom diante da temática, conforme explanaremos.

### 3. A UTOPIA ORWELLIANA: NACIONALISMO E REVOLUÇÃO NOS TEMPOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

#### 3.1. Um intelectual do seu tempo: o nacionalismo orwelliano em tempos de guerra

Nos capítulos anteriores, realizamos uma abordagem a respeito da literatura de Orwell em que buscamos compreender, primeiro, o que foi escrito sobre o autor e sua obra em relação ao imperialismo. Em um segundo momento, no capítulo 2, examinamos parte da produção do intelectual visando compreender o “novo imperialismo” que fez parte de sua trajetória<sup>54</sup>. Ao longo do processo de construção dessa pesquisa, objetivamos, ao máximo, evitar “rótulos” já fixados sobre Orwell, independente da nossa afinidade ou da nossa oposição ao seu pensamento. Sendo assim, concentramos nas análises acerca dos elementos externos e internos, presentes no desenvolvimento da sua produção sobre o imperialismo na década de 1930, e, por meio desses elementos, buscamos atingir o nosso objetivo de compreender as nuances do imperialismo britânico no início do século XX.

Ao adentrarmos o pensamento do autor na década de 1940, considerada pela fortuna crítica a fase mais madura de Orwell<sup>55</sup>, deparamos com um intelectual que manteve o seu posicionamento assumidamente crítico ao imperialismo. Entretanto, nos encontramos também diante de um intelectual que, nessa fase da sua carreira, apresentava em seus escritos elementos que, aparentemente, contradiziam seu posicionamento declarado e a sua própria produção escrita na década anterior, conforme veremos adiante. Essa situação nos levou à análise deste terceiro capítulo, em que discutiremos o pensamento de Orwell sobre o imperialismo nesse momento mais maduro da sua trajetória intelectual, buscando uma análise amplificada sobre o tema imperialismo no pensamento do literato. Ao adentrarmos a essa fase do pensamento de Orwell, buscamos debater também sobre qual é o papel dos intelectuais junto à sociedade.

Por conseguinte, para tanto, estudaremos o ensaio *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês*, que pode ser considerado seu principal manifesto político. O texto, que refletirá o contexto político da Inglaterra no início da década de 1940, foi escrito e publicado em meio à Segunda Guerra Mundial. Isso tornou-se um dos fatores que fundamentam a nossa opção por analisa-lo em um capítulo à parte em relação aos demais.

54 Sobre “novo imperialismo”, ver a introdução.

55 Ver mais no capítulo 1, subtópico 1.1.

Ainda, a obra tem características de manifesto que busca convocar os ingleses para uma guerra revolucionária em defesa do socialismo. Como temas centrais nas discussões de Orwell, encontramos: os debates internos da política partidária britânica, o papel da *intelligentsia* de esquerda e seu alinhamento com o stalinismo e as possibilidades de uma revolução que implantaria na Inglaterra um tipo de socialismo democrático, contraposto ao socialismo stalinista, como forma de superação dos regimes totalitários e da democracia liberal; e, também, dentro dessa revolução, qual seria o papel das colônias britânicas.

Outro ensaio importante para nossas análises neste capítulo será *Marrakesh*, publicado anos antes, no natal de 1939. O texto traz elementos que nos auxiliaram na compreensão do pensamento de Orwell sobre os cidadãos das colônias. A análise conjunta desses dois ensaios garantirá mais robustez às nossas interpretações, levando a conclusões baseadas em mais fontes, não em elementos isolados.

Said (2005b), ao escrever sobre a representação do intelectual, lança uma ponderação que nos faz refletir sobre a trajetória intelectual de Orwell:

(...) como intelectual, apresento minhas preocupações a um público ou auditório, mas o que está em jogo não é apenas o modo como eu as articulo, mas também o que eu mesmo represento, como alguém que está tentando expressar a causa da liberdade e da justiça. Falo ou escrevo essas coisas porque, depois de muita reflexão, acredito nelas; e também quero persuadir outras pessoas a assimilar esse ponto de vista. Daí o fato de existir essas misturas muito complicadas entre os mundos privado e público, minha própria história, meus valores, escritos e posições que provêm, por um lado, de minha experiência, e por outro, a maneira como se inserem no mundo social em que as pessoas debatem e tomam posições sobre a guerra, a liberdade e a justiça. Não existe algo como o intelectual privado, pois a partir do momento em que as palavras são escritas e publicadas, ingressamos no mundo público. Tampouco existe *somente* um intelectual público, alguém que atua apenas como uma figura de proa, porta-voz ou símbolo de uma causa, movimento ou posição. Há sempre a inflexão pessoal e a sensibilidade de cada indivíduo, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito. *O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável.* (SAID, 2005, p.26 -27, grifo nosso)

Ao longo da trajetória intelectual de Orwell, observamos, conforme já exposto, essa mistura complicada, relatada por Said (2005b), entre os mundos privado e público. Na década de 1930, especificadamente, percebemos em Orwell um intelectual que explora as suas experiências pessoais como forma de fundamentar as suas objeções ao imperialismo. Essa característica não se faz presente na obra de Orwell apenas quando tratamos do tema imperialismo. Verificamos tais características também em livros como



“*Homenagem à Catalunha*”, publicado em 1938, no qual Orwell disserta sobre a sua experiência na Guerra Civil Espanhola contra a ascensão de General Franco ao poder, e em seus ensaios políticos da década de 1940.

Essas peculiaridades pertinentes aos intelectuais, e ressaltadas por Said (2005b), são comuns a Orwell, o qual, a partir do momento em que publicou os seus primeiros ensaios, fez das suas memórias algo público, e, portanto, suscetíveis a críticas. Nesse sentido, podemos inferir da afirmação de Said que cabe ao pesquisador não se deixar seduzir por aspectos relacionados à biografia do intelectual, pois isso poderá comprometer sua análise. O referido intelectual é formado pela inflexão entre aspectos privado e o seu posicionamento público, e se prender a analisar apenas uma face dessa moeda poderá acarretar em conclusões frágeis sobre seu pensamento.

Por outro lado, não podemos analisar Orwell, tão somente, como um intelectual público, “alguém que atua como figura de proa, porta-voz ou símbolo, de um movimento ou posição.” (SAID, 2005b, p.27). Dessa maneira, uma crítica que levantamos aqui às recepções de sua obra ignoraram as questões íntimas pertinentes a Orwell e usaram o intelectual como símbolo de lutas que não foram suas. Conforme Mc Quade (2012) sintetizou:

Existe uma grande literatura sobre Orwell. Inclui uma série de biografias (Woodcock 1966/2005; Crick 1981, Shelden 1991; Meyers 2001; Brooker 2004; Taylor 2004; Colls 2013) e séries de reflexões críticas, que vão desde as mais explicitamente políticas e polêmicas (Williams 1971; Hitchens 2002 Lucas 2004) e mais acadêmica e desinteressada (Newsinger 1999a; Ingle 2006; Clarke 2007; Bounds 2009). Muito deste escrito está preocupado com a institucionalização de Orwell no discurso político. Ele é alternativamente elogiado como “o invernical consciente de uma geração” (Meyers 2001) e insultado como um “policia de esquerda” auto-nomeado (Lucas 2003; 2004). Para seus defensores, ele é um defensor independente e perspicaz do socialismo democrático (Crick, 1981; Newsinger, 1999a). Para os críticos, ele escreveu como um diletante ultra-esquerdista (Williams, 1971), um anti-feminista (Patai, 1984) e “um contra-revolucionário doentio” (Belllow 1970/2004: 40). Ele é reivindicado na extrema esquerda pelos anarquistas (Woodcock 1966/2005; Richards 1998); enquanto, na extrema direita, os neoconservadores sustentam que Orwell antecipou sua política (Podhoretz, 1983). Nas últimas três décadas, a erudição mais desapaixonada separou Orwell das polêmicas daqueles que o reivindicam ou denunciam (Rodden, 1989; Newsinger, 1999a; Ingle, 2006; Clarke, 2007; Bounds, 2009). Onde a maioria dos relatos de Orwell o considera dentro do contexto nacional britânico ou do mundo mais amplo da cultura anglófona, as coordenadas histórico-mundiais de Orwell têm um significado único que escapam aos biógrafos convencionais. (MC QUADE, 2012, p.316, tradução nossa).<sup>56</sup>

<sup>56</sup> There is a large literature on Orwell. It includes a number of biographies (Woodcock 1966/2005; Crick 1981, Shelden 1991; Meyers 2001; Brooker 2004; Taylor 2004; Colls 2013) and series of critical reflections, ranging

Na citação acima, buscamos expor a síntese realizada por Mc Quade sobre como as ideias de Orwell foram analisadas pelos vários comentadores a partir da década de 1970. A diversidade dessas interpretações encontrada nesses trabalhos pode ser justificada na subjetividade de cada um dos comentadores e analistas, os quais procuraram, em alguns casos, associar as ideias do autor ao seu interesse, ou interesse do seu grupo, como observado acima. Isso nos mostra como o pensamento orwelliano se tornou universal. Acreditamos que tamanha divergência em torno de um mesmo intelectual se encontre no fato de Orwell não ter atuado para seu público se sentir bem, sendo suas ideias responsáveis “por causar embaraço, por ser do contra e até mesmo desagradável.” (SAID, 2005b, p.47).

Da Silva (2010) escreve como Jeffrey Meyers analisou a recepção da obra de Orwell entre os seus contemporâneos. Nos registros de Meyers encontramos um exemplo do embaraço causado pelo posicionamento político de Orwell na publicação do livro *The Road to Wigan Pier* em 1937. Esse livro corresponde a uma reportagem encomendada pelo *Left Book Club*, dirigido por Victor Gollancz, com fins de proporcionar um retrato das condições de vida e trabalho dos mineiros na cidade de Yorkshire e Lancashire, no norte da Inglaterra, devastada pela crise da década de 1930. Nessa reportagem, Orwell tece duras desaprovações à esquerda britânica. Para ele, o distanciamento social e econômico entre a *intelligentia* de esquerda e as classes trabalhadoras da Inglaterra, em meio à crise, contrastava com o distanciamento entre o discurso dessa classe intelectual, principalmente do Partido Trabalhista Inglês, e a realidade cotidiana de milhares de trabalhadores (MEYERS *apud* DA SILVA, 2010).

Diante do ataque de Orwell aos intelectuais da esquerda britânica, Gollancz, segundo Meyers, foi o primeiro a criticar severamente a posição de Orwell no livro através de uma nota introdutória que Gollancz insistiu que fosse incluída na edição lançada apenas para os membros assinantes da *Left Book Club*. Nessa nota, o editor buscou pacificar os

from the more explicitly political and polemic (Williams 1971; Hitchens 2002; Lucas 2004) and the more academic and disinterested (Newsinger 1999a; Ingle 2006; Clarke 2007; Bounds 2009). Much of this writing is concerned with the institutionalization of Orwell in political discourse. He is alternatively praised as “the wintry conscious of a generation” (Meyers 2001) and reviled as a self-appointed “policeman of the left” (Lucas 2003; 2004). To his defenders, he is an independent and insightful defender of democratic socialism (Crick 1981; Newsinger 1999a). To critics, he variously depicted as an ultra-Left diletante (Williams 1971), an anti-feminist (Patai 1984) and “a sick counterrevolutionary” (Belllow 1970/2004: 40). His is claimed on the far Left by anarchists (Woodcock 1966/2005; Richards 1998); while, on the far Right, neoconservatives maintain that Orwell anticipated their politics (Podhoretz 1983). In the last three decades, more dispassionate scholarship has separated Orwell from the polemics of those who claim or denounce him (Rodden 1989; Newsinger 1999a; Ingle 2006; Clarke 2007; Bounds 2009). Where most accounts of Orwell consider him within the British national context or wider world of Anglophone culture, the world-historical coordinates of Orwell holds unique significance that eludes conventional biographers (MCQUADE, 2012, p.316).

sentimentos ultrajados de seus membros, numa tentativa de distanciar o clube das opiniões de Orwell. Conforme ratificamos:

O *Left Book Club* não tem uma “política”: ou melhor, não tem uma política diferente das pessoas que encampam a luta contra a guerra e o fascismo. Como eu disse em outro lugar, não seria sequer correto dizer que a Frente Popular é a política do “Left Book Club”, embora todos os três editores sejam entusiasticamente a favor dele. O que sinto é que em vez de dar uma ampla distribuição de livros que representem vários tons da Esquerda (e talvez, acima de tudo, por possibilitar a instalações para a discussão desses livros em 300 locais e círculos que surgiram em todo o país), estamos criando a base de massa, sem a qual numa verdadeira Frente Popular é impossível. Em outras palavras, a Frente Popular não é a “política” do Left Book Club, mas a própria existência do livro Left Book Club tende a promover uma frente popular. (GOLLANCZ *apud* DA SILVA, 2010, p.89).

Podemos observar, a partir desse trecho selecionado, a intenção do editor de mostrar que o clube deseja divulgar os “vários tons da Esquerda” e assim manter a legitimidade editorial da instituição, além de expor o seu caráter não ortodoxo ou restrito a uma linha partidária definida. Por consequência, essa nota acaba por legitimar a capacidade de Orwell de explanar um tom diferente para a esquerda, contribuindo para a criação da “base de massa”. Ainda na nota, Gollancz, após reconhecer a capacidade descritiva e informativa do trabalho desenvolvido por Orwell na primeira parte do livro, coloca sua insatisfação com as duras críticas realizadas por Orwell à *intelligentsia* britânica, que, segundo o editor, e patrocinador do clube, refletia, única e exclusivamente, a própria trajetória pessoal de Orwell:

[...] O Sr. Orwell ainda é uma vítima deste (sic) atmosfera primitiva, em sua casa e da sua escola pública, que ele próprio tenha exposto de forma tão eloquente. Sua consciência, seu senso de decência, sua compreensão que existe nele o tempo todo, uma compulsão menos consciente, mas quase – embora, felizmente, não é bem assim – tão forte: a compulsão em conformidade com os hábitos mentais de sua classe. É por isso que o Sr. Orwell, olhando para um socialista, cheira [...] a desconfiança; e ele acha como exemplos desse mau humor, um ódio de guerra (pacifismo), um desejo de ver a mulher já não oprimida pelo homem (feminismo), e uma recusa em negar o conhecimento que irá adicionar um pouco de felicidade para certas vidas humanas (controle da natalidade). (GOLLANCZ *apud* DA SILVA, 2010, p.91)

Na opinião de Gollancz, as defesas de Orwell refletiam a posição de um membro da classe média em relação ao socialismo. É preciso esclarecer aqui que a nossa intenção não é opor as visões de Orwell e Gollancz sobre o socialismo, nem mesmo pretendemos debater entre as linhas teóricas do socialismo tentando encontrar o lugar de

Orwell nesses embates. Também não é a nossa intenção estabelecer uma análise das redes de intelectuais criadas por Orwell nos anos de 1930 e 1940. O que pretendemos, ao expor a visão do seu primeiro editor, é mostrar como as ideias do escritor geravam um desconforto entre os seus pares, até mesmo naqueles que as financiavam.

Esse descontentamento, conforme vimos na nota de Gollancz, pode ser explicado pela condição de exílio intelectual na qual o escritor se encontrava. Para Said (2005b, p.60): o “intelectual que, forçado a viver no exílio, não consegue se adaptar, ou melhor, teima em não se adaptar, preferindo colocar-se à margem das correntes dominantes, não acomodado, resistente, sem se deixar cooptar;”.

Quando analisamos a trajetória intelectual de Orwell observamos que o autor sempre esteve à margem dos grupos afins hegemônicos. Apesar da sua formação educacional tradicional, no *Eton College*, Orwell não seguiu os passos dos seus muitos colegas os quais, após conclusão dos estudos, seguiram para a graduação em tradicionais universidades inglesas. O autor seguiu em um caminho diferente, servindo nas colônias. A jornada pessoal de Orwell pode, assim, ser considerada um dos fatores que o colocou à margem dos circuitos intelectuais da Inglaterra dos anos 1930. Da Silva (2010) nos informa que Rodden aponta para outros fatores de marginalização como: o fato de Orwell pertencer a um substrato empobrecido da classe média britânica, o que não garantia a Orwell a segurança financeira necessária para prosseguir em seus estudos; e o fato de ser mais velho que alguns de seus contemporâneos, como C. Day-Lewis, Auden e MacNeice. Isso pode ter sido responsável, segundo Rodden, por criar em Orwell uma relação diferente com o passado recente da Inglaterra<sup>57</sup>.

Esta história pessoal pode sugerir que Orwell sempre esteve “um passo atrás” de sua geração e, portanto, sempre tentando alcança-los na década de 1930. Por escolha e circunstância, nunca se sentiu completamente à vontade com os modernistas e os “comprometidos” escritores dos anos trinta: manteve preferência por seus escritores da avangarde vitoriana e eduardiana de sua infância (Dickens, Charles Reade, Butler, Gissing, Wells). Assim ele ainda estava lendo os escritores avançados de duas décadas antes, foi a Paris para viver como boêmio quando a voga da poesia boêmia estava terminada, e viu de baixo quando os jovens universitários publicavam manifestos e livros (RODDEN *apud* DA SILVA, 2010, p.83)

Esses fatores ligados à caminhada pessoal do literato interferem diretamente na construção de sua trajetória intelectual, que conforme mencionado, desenvolveu-se à margem

<sup>57</sup> Esses mesmos fatores são atribuídos por Rodden para caracterizar Orwell como um intelectual *outsider*, conforme analisamos no capítulo 1.

dos principais grupos de intelectuais da Inglaterra. Entretanto, devemos considerar questões referentes ao próprio posicionamento do autor, que escolheu permanecer no exílio e estabelecer críticas aos próprios colegas.

Said (2005*b*) esclarece que exílio é também uma condição metafórica. Por meio dessa expressão, Said afirma que os intelectuais, mesmo os que nasceram na sociedade tal como ela é, são divididos em conformados e inconformados. O percurso do intelectual conformado seria daquele que pertence plenamente à sociedade tal como ela é, que cresce nela sem um sentimento esmagador de discordância ou incongruência. Para Said (2005*b*, p.60), esses podem ser chamados de consonantes: “os que sempre dizem ‘sim’”. Tal característica não encontramos em Orwell, que na nossa opinião, pode ser inserido ao rol dos inconformados. Segundo Said:

O modelo do percurso do intelectual inconformado é mais bem exemplificado na condição de exilado, no fato de nunca encontrar-se plenamente adaptado, sentindo-se sempre fora do mundo familiar e da ladainha dos nativos, por assim dizer, predisposto a evitar e até mesmo a ver com maus olhos as armadilhas da acomodação e do bem-estar nacional. Para o intelectual, o exílio nesse sentido metafísico é o desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros. Não podemos voltar a uma condição anterior, e talvez mais estável, de nos sentirmos em casa; e infelizmente, nunca podemos chegar por completo à nova casa, nos sentir em harmonia com ela ou com a nova situação. (SAID, 2005*b*, p.60).

O exílio, para Said, é uma condição que caracteriza o intelectual como uma figura à margem dos confrontos do privilégio, do poder. O exilado, segundo o autor, “vê as coisas como em termos do que deixou para trás tanto como em termos do que de fato acontece aqui e agora; através dessa perspectiva, ele nunca vê as coisas de maneira separada ou isolada.” (SAID, 2005*b*, p.67). Do ponto de vista do intelecto, Said esclarece que uma das vantagens do exílio se encontra na capacidade de desenvolver uma ideia ou experiência de maneira contraposta com outra, o que faz com que ambas apareçam sob uma luz às vezes nova e imprevisível.

A análise de Raymond Williams sobre Orwell, Da Silva (2010) expõe que Orwell seria o último representante da linhagem intelectual do pensamento social inglês o qual tem como tema central a crítica ao industrialismo. Nas análises de Williams, observamos a condição de exílio na qual Orwell se encontrava. Para Williams, ele fez parte de uma tradição intelectual inglesa do século XIX, não conseguindo escapar, ideologicamente, de sua formação cultural e de todo o peso de suas origens burguesas. No entanto, apesar de ser

herdeiro dessa tradição, Orwell viveu um período, após a Primeira Guerra Mundial, no qual parte da sociedade se colocou a questionar as estruturas tradicionais. Assim, Williams afirma que Orwell experimentou o “paradoxo do exílio”, a partir do qual foi impelido a conviver em um conflito irrefutável com a tradição em que foi formado.

(...) Com efeito, Orwell foi um dentre um número significativo de homens que, privados de uma vida regular, ou de uma fé, ou por ter abandonado as crenças herdadas, acham virtude um tipo de vida improvisada e na afirmação de independência. A tradição é, na Inglaterra, de alta distinção. Implica inúmeras virtudes liberais: empirismo, certa integridade, franqueza. Também tem, decorrente da virtude contingente à situação de exílio, certas qualidades de percepção: em especial, a capacidade de reconhecer os erros e as inadequações dos grupos que foram rejeitados. Dá, ainda, a aparência de força, embora isso não passe, comumente, de ilusão. Mas essas qualidades, ainda que salutares, são, em boa parte negativas; há uma aparência de dureza (a crítica austera da hipocrisia, da complacência, da impostura) mas esta é a participação substancial na comunidade, o que, para homens de qualidade, produz grandes estudos de tensão. Ao lado da forte rejeição do espírito de transigência, que dá a tradição as suas virtudes, há o sentimento de impotência social, de incapacidade de fazer e expandir as relações. D.H. Lawrence, ainda o mais inteligente dentre tais homens, em nosso tempo, conheceu essas condições e a descreveu. Orwell também pode tê-la conhecido; viveu pelos menos suas rejeições com uma inteireza que força nossa atenção. (WILLIAMS *apud* DA SILVA, 2010, p.113).

Concluimos da afirmação de Williams uma interpretação sobre a condição do exílio intelectual diferente das acepções realizadas por Said. Para Williams, o exílio vivido por Orwell é visto de forma negativa, uma vez que, apesar da aparência de força, gera um sentimento de impotência social e incapacidade de fazer e expandir as relações. Para Said (2005b) o exílio intelectual significa a libertação da carreira habitual a qual possui como marco principal a lógica do sucesso a partir da trilha de pessoas consagradas. O isolamento para Said é visto como uma forma de liberdade em um processo de descoberta no qual as coisas serão realizadas a partir do próprio exemplo e na medida em que os interesses despertem a atenção, segundo os próprios objetivos do intelectual.

No ensaio *“Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês”*, observamos no posicionamento de Orwell elementos que nos permitem analisar as duas perspectivas aqui expostas sobre a condição do intelectual exilado. Um aspecto importante de se ressaltar refere-se ao contexto em que foi escrito. O ano é 1941, em meio à Segunda Guerra Mundial, ou seja, muitas das questões tratadas por ele nesse texto foram pensadas, argumentadas e defendidas no momento exato em que o conflito estava acontecendo, sem o benefício e o perdão do distanciamento temporal que os historiadores se valem para analisar o seu

problema. Orwell estava no olho do furacão e se posicionou para apresentar alternativas que evitassem que a Inglaterra sucumbisse ao totalitarismo de Hitler, tal como afirma Bobbio:

Toda vez que a cena política é atravessada por uma ação que sai fora dos esquemas habituais, volta ao palco com particular força o tema da relação entre os intelectuais e a política, é feita com renovada insistência a pergunta: “E os intelectuais, o que pensam a respeito disso?”, repropondo – se o debate sobre a responsabilidade dos homens de cultura perante os problemas cruciais do seu tempo. (BOBBIO, 1997, p.92)

Esse texto, publicado em Londres pela revista *Horizon*, pode ser considerado o principal manifesto escrito por Orwell em defesa da Inglaterra. Em um momento importante para a história inglesa, Orwell não se absteve e se posicionou em defesa da mudança de direção política do país. Nesse sentido, ele depositou confiança na vitória britânica na guerra por meio da união do povo e da revolução socialista.

Said (2005b) analisa, com base nos pensamentos de Gramsci, as representações dos intelectuais no século XX, especialmente, quais são as funções desempenhadas por esses na sociedade. Para Said (2005b), Gramsci tenta mostrar quem são aqueles que desempenhavam uma função de intelectual na sociedade. Dessa maneira, para Gramsci, os intelectuais poderiam ser divididos em dois tipos: intelectuais tradicionais<sup>58</sup> e os intelectuais orgânicos<sup>59</sup>. Em acordo com a interpretação do filósofo italiano, Said (2005b, p.23) afirma que: “Hoje, todos que trabalham em qualquer área relacionada com a produção ou divulgação de conhecimento são intelectuais no sentido gramsciano”, dentre eles, a área do moderno jornalismo de massa, função a qual Orwell desempenhava na década de 1940<sup>60</sup>.

Destarte, podemos observar que Orwell (2008a) considera o tempo presente sem romper com o passado, característica do intelectual exilado, defendida por Said (2005b). Assim o passado para Orwell é analisado como mecanismo de compreender o que levou a Inglaterra a atingir a condição presente, envolvida em mais uma guerra. Como podemos observar:

58 Segundo Said (2005, p.20), Gramsci considerava como intelectuais tradicionais os professores, clérigos e administradores, que geração após geração, continuam a fazer a mesma coisa.

59 Segundo Said (2005, p.20), Gramsci considerava diretamente ligados a classes ou empresas, que usavam para organizar interesses, conquistar mais poder, obter mais controle. Assim Gramsci diz o seguinte sobre o intelectual orgânico: “o empresário capitalista cria junto de si o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal etc.”.

60 Entre os anos de 1941 e 1943, Orwell assume a função de produtor da BBC, se tornando responsável pela transmissão de programas para Índia e o Sudeste Asiático. Em 1943, assume a posição de editor literário do jornal *Tribune*.

Que poderá a Inglaterra de 1940 ter em comum com a Inglaterra de 1840? Mas então, que temos nós em comum com a criança de cinco anos cuja a foto a nossa mãe mantém junto da lareira? Nada, excepto dar-se o caso de sermos a mesma pessoa. E, acima de tudo, é a *sua* civilização, é *você*. Por mais que a odeie ou se ria dela, nunca será feliz longe dela por pouco tempo que seja. A mortadela e os marcos vermelhos do correio entraram-lhe na alma. Boa ou má, é sua, pertence-lhe, e deste lado do túmulo nunca se libertará das marcas que lhe deixou. Entretanto, a Inglaterra, como o resto do mundo, está a mudar. E, como tudo o resto, só pode mudar em certas direcções, que até certo ponto podem ser previstas. Isto não quer dizer que o futuro esteja determinado, mas apenas que certas alternativas são possíveis e outras não. (...) Consequentemente, é de maior importância tentar determinar o que a Inglaterra é, antes de adivinhar que papel a Inglaterra *pode desempenhar* nos imensos acontecimentos que estão a ocorrer. (ORWELL, 2008b, p.77 – 78, grifo do autor).

Nesse trecho em destaque, Orwell se mantém ligado ao nacionalismo, que é um dos principais elementos da tradição intelectual inglesa do século XIX, conforme Da Silva (2010) destacou no pensamento de Willians. O que nos revela um letrado que se encontra ligado a questões ideológicas, características da sua formação educacional aristocrática/burguesa, as quais, contudo, são expostas de forma crítica, não ufanista, como os intelectuais tradicionais. Assim confirmamos:

Eis algumas generalizações acerca da Inglaterra que quase todos os observadores aceitariam. Uma é que os ingleses não são dotados para as artes. Não são tão musicais quanto Alemães ou os Italianos; a pintura e a escultura nunca deram em Inglaterra os frutos que deram na França. Outra é que, os Ingleses não são intelectuais. (...) A sua hipocrisia é mundialmente famosa – a sua duplicidade perante ao Império, por exemplo – está ligada a isto. (...) A expressão que Hitler inventou para os Alemães, “um povo de sonâmbulos”, teria sido melhor aplicada aos Ingleses. (...) Mas vale a pena notar um traço inglês menor que é extremamente saliente, apesar de não ser frequentemente comentado, e que é o gosto pelas flores. (...) Não contradiz isto a indiferença dos ingleses pela arte? (...) Somos uma nação de pessoas que gostam de flores, mas também uma nação de colecionadores de selos, columbófilos, carpinteiros amadores, recortadores de cupões, jogadores de dardos, fãs de palavras cruzadas. (ORWELL, 2008b, p. 78 -79).

Nessa publicação, Orwell deseja convocar o povo a lutar em defesa da Inglaterra ameaçada por Hitler, mas também deseja uni-lo em uma revolução. Logo, adotar o discurso nacionalista, voltado para o povo, é uma estratégia para convocar o inglês à luta contra o nazismo e contra a política tradicional a qual, mais uma vez, afundou a nação em uma guerra.

Destacamos esse longo excerto acima para demonstrar como o nacionalismo é abordado na escrita de Orwell (2008b). Observamos no trecho - que se encontra na primeira



parte do ensaio, intitulado de “*Inglaterra, a tua Inglaterra*” - que o autor, primeiramente, estabelece uma espécie de autorreflexão, expondo as críticas dos observadores externos aos ingleses. Ao apresentar essas considerações, as quais não passam de generalizações, segundo o autor, vemos em Orwell um intelectual que se coloca à margem, o qual busca estabelecer um posicionamento que mostre um equilíbrio de sua análise. Podemos observar que tais generalizações citadas por Orwell (2008b) podem ser vistas como forma de aglutinar o povo inglês contrário a essas críticas e às comparações estabelecidas com alemães, italianos e franceses. Logo em seguida, Orwell (2008b) começa a ressaltar características da “cultura genuinamente popular da Inglaterra”, uma cultura não oficial e que é “mais ou menos mal vista pelas autoridades”. Essas características exploradas por ele visavam construir uma identificação dos ingleses entre si, fugindo dos símbolos nacionais oficiais. Conforme Orwell escreve:

Na Inglaterra, a globalice e a bandeira, os militarismos, pertencem a pequenas minorias. O patriotismo das pessoas comuns não se manifesta nem sequer é consciente. Nas suas memórias históricas não há nome de uma única vitória militar. A literatura inglesa, como as outras literaturas, está cheia de poemas de batalhas, mas vale a pena observar que aqueles que conquistaram alguma popularidade foram sempre histórias de desastre e retiradas. Não há qualquer poema popular sobre Trafalgar ou Waterloo, por exemplo. (ORWELL, 2008b, p.82).

Por fim, Orwell (2008b) explora, mais uma vez, o elemento histórico, no caso, a liberdade do indivíduo, um direito garantido aos ingleses desde o século XIX, para criar um elo entre suas ideias e os setores mais populares da sociedade:

Ainda se acredita na liberdade do indivíduo, quase como no século XIX. Mas isto nada tem a ver com liberdade econômica, o direito de explorar os outros para obter lucro. É a liberdade de ter o nosso próprio lar, de fazer o que gostamos nos tempos livres de escolher nossas diversões em vez de alguém as escolher por nós. (ORWELL, 2008b, p.79 – 80).

Chamou-nos atenção essa questão sobre a liberdade do indivíduo na qual Orwell (2008b) afirma que os ingleses ainda acreditavam. Ao construir seu argumento, o autor estabelece diferenças entre os tipos de liberdade, opondo o liberalismo político ao liberalismo econômico, ambas correntes clássicas do século XIX. Contudo, mesmo ressaltando o que pensa sobre a liberdade econômica, “o direito de explorar os outros para obter lucros”, fica-se com uma impressão de que Orwell se esqueceu das críticas escritas, por ele mesmo realizadas, na década anterior, as quais não se limitaram às questões econômicas, mas expuseram

também o tratamento que os colonizadores ingleses destinavam aos nativos<sup>61</sup>.

Essa omissão de Orwell (2008*b*) pode ser relativizada, se buscarmos justificá-la no objetivo do seu texto, que é o de despertar o patriotismo na população inglesa em meio à guerra. Ao mesmo tempo em que podemos interpretar essa omissão como uma característica da condição de marginalidade na qual se encontrava, que, segundo Said (2005*b*), referindo-se aos intelectuais, pode parecer irresponsabilidade, mas, na verdade, é o elemento libertador da obrigação de agir sempre com cautela, ou com medo de incomodar os colegas, membros da mesma corporação.

No entanto, essa omissão nos faz analisar em Orwell (2008*b*) o questionamento feito por Said (2005*b*) sobre quais verdade e princípios devem ser defendidos, apoiados e representados pelos intelectuais. Nesse sentido, Said expõe a questão da objetividade dos fatos, que para o autor, em tempos da guerra, teve que prestar serviço como sendo a “nossa” verdade, no caso de Orwell, a verdade inglesa oposta à verdade nazista alemã. Todavia, o direito à liberdade trata-se de um princípio universal, o qual deve ser, portanto, assegurado a todos, mesmo diante de um tempo de exceção representado pela guerra. Dessa forma, observamos na produção de Orwell o que Said (2005*b*, p. 95) afirmou ser “uma das mais vergonhosas manobras intelectuais” que “consiste em pontificar sobre os abusos na cultura do outro e desculpar exatamente as mesmas práticas na sua própria.”. No caso, Orwell (2008*b*) apontou para as ameaças do fim das liberdades caso ocorresse uma vitória do exército alemão e se omitiu em relação ao autoritarismo ao qual o Império submetia os povos dominados. Na visão de Said, é repreensíveis certos hábitos de pensamento do intelectual que induzem à abstenção, àquele desvio tão característico de uma posição difícil e embasada em princípios que se sabe ser corretos, mas que se decide não tomar.

Ainda, Said (2005*b*, p.100) ressalta: “cada pessoa lida com questões de patriotismo e lealdade em relação ao seu próprio povo.”. Nesse sentido, podemos observar na abordagem adotada por Orwell a presença desses dois elementos destacados: patriotismo e lealdade. Uma vez que Orwell adotou, em alguns momentos, uma posição em que critica a Inglaterra, não obstante, suas críticas são relativizadas à medida em que compara os seus problemas aos problemas dos demais europeus, conforme confirmamos em outro trecho, destacado abaixo:

A Inglaterra é o país mais classista sob o Sol. É uma terra de snobismo e privilégios, amplamente governada por velhos e tontos. Mas qualquer apreciação que se faça tem de se levar em conta a sua unidade emocional, a

<sup>61</sup> Conforme analisamos no capítulo 2.

tendência de quase todos os seus habitantes para se sentirem semelhantes entre si e para agirem em conjunto em momentos de crise suprema. É o único grande país da Europa que não está obrigado a mandar centenas de milhares dos seus cidadãos para o exílio ou para campos de concentração. (ORWELL, 2008b, p.92)

Para Said (2005b) um intelectual não é como uma máquina que apenas professa para todo mundo leis e regras programadas. O intelectual, conforme destacamos em Orwell, possui medos e limitações normais ao seu tempo. Contudo, Said defende que, apesar de ninguém conseguir falar abertamente e o tempo todo sobre todas as questões, existe um dever especial do letrado de “criticar os poderes constituídos e autorizados da nossa sociedade, que são responsáveis pelos seus cidadãos, particularmente quando esses poderes são exercidos numa guerra manifestadamente desproporcional e imoral, ou então em programa deliberados de discriminação, repressão e crueldade coletiva.” (SAID, 2005b, p.100).

Sobre esse dever especial do intelectual, observamos nas ideias expressas por Orwell (2008b) em seu manifesto uma outra abordagem em relação aos comportamentos dos ingleses, se comparamos com seus escritos da década de 1930. No romance *Dias na Birmânia*, assim como no livro *O Caminho para Wigan Pier*, o autor revela os maus-tratos da civilização inglesa em relação aos nativos, aspectos que se sustentavam em ideologias nacionalistas, as quais legitimavam qualquer tipo de comportamento por parte dos colonizadores<sup>62</sup>. Não obstante, na década seguinte, podemos constatar uma mudança de pensamento do autor em relação à civilidade inglesa, exposta no ensaio *O Leão e o Unicórnio*:

A docilidade da civilização inglesa é talvez a sua característica mais marcante. Damos conta dela no instante em que pisamos o solo inglês. É uma terra na qual os condutores de autocarro são bem-dispostos e os polícias não andam com pistolas. Em nenhum país habitado por brancos é mais fácil afastar as pessoas do passeio. (ORWELL, 2008b, p.81)

O que podemos inferir do pensamento de Orwell (2008b) é que a docilidade dos ingleses existe enquanto esses se encontram na metrópole. Uma vez que, conforme o próprio Orwell fez questão de denunciar em suas produções da década de 1930, o comportamento dos ingleses para com os nativos era marcado pela violência e por um tratamento sub-humano. Nessa mesma alegação, Orwell (2008b) faz questão de circunscrever sua análise de comparação a países habitados por brancos. Acreditamos que, com essa

62 Conforme analisamos no capítulo 2.

afirmação, Orwell desejava destacar os demais países europeus, os quais ao longo de todo o texto foram o ponto de comparação. No entanto, não conseguimos inferir quais os motivos para uma postura generalista, ao mesmo tempo excludente, visto que associa certos hábitos aos povos brancos.

A mesma análise podemos fazer ao acentuarmos as críticas de Orwell (2008b) ao sistema penal britânico, buscando apontar suas críticas aos comportamentos dos órgãos oficiais, contrastantes com o comportamento dócil dos britânicos. Nesse tópico, o que verificamos, mais uma vez, é a omissão de um posicionamento de Orwell em relação ao tratamento dado pela justiça, ou ausência dela, nas colônias britânicas. Ressaltamos que em relação a esse tema, o autor dedicou um ensaio exclusivo, *O Enforcamento*, publicado no ano de 1931, no qual chamou a atenção para as arbitrariedades da justiça inglesa na Birmânia.

E, contudo, a docilidade da civilização inglesa está misturada com barbaridades e anacronismos. O nosso direito penal está tão ultrapassado quanto os mosquetes na Torre. É necessário contrastar o soldado de assalto nazi com essa figura inglesa típica, o juiz de enforcamento, um rufia velho e artrítico com cabeça firmemente assente no século XIX, decretando sentenças selvagens. Na Inglaterra as pessoas ainda são enforcadas e vergastadas com o açoite. Esses dois castigos são obscenos e cruéis, mas nunca ouve uma indignação pública genuína contra eles. As pessoas aceitam-nos (e Dartmoor e Borstal) quase como aceitam o tempo. Fazem parte “da lei”, que se presume ser inalterável. (...) Na Inglaterra, acredita-se ainda em conceitos como os de justiça, liberdade e verdade objectiva. Podem ser ilusões, mas são ilusões muito poderosas. Acreditar nestes conceitos influencia a conduta, a vida nacional é diferente por causa deles. (ORWELL, 2008b, p. 84 - 85).

Explorando as contradições do pensamento de Orwell sobre o imperialismo britânico na década de 1930 e 1940, vemos a influência do nacionalismo em suas análises, dessa vez, relativa à questão militarista do Império Britânico:

Tem de se admitir que, enquanto as coisas foram pacíficas os métodos da classe dirigente britânica funcionaram razoavelmente. (...) O Império era pacífico como nenhuma área de dimensão comparável alguma vez foi. Ao longo da sua vasta extensão, quase um quarto da Terra, havia menos homens armados do que seria considerado necessário por um estado menor dos Balcãs. (ORWELL, 2008b, p. 97 – 98)

A manobra adotada por Orwell (2008b), em seu manifesto, para se aproximar do cidadão inglês, foi a de evidenciar o seu patriotismo em defesa do Império enquanto ignorava o passado colonial britânico, ou o relativizava. Nesse caso, observa-se que Orwell

cria uma certa afinidade com os métodos de governo adotados pelos dirigentes britânicos no passado, o que fez do Império Britânico pacífico em relação ao seu militarismo e a proporcionalidade de homens armados. Com tais afirmações, o intelectual parece ignorar as suas experiências como policial na Birmânia, assim como parte da sua própria obra, que apresentava algo contrário, um imperialismo fortalecido a partir das guerras, como no caso das Guerras da Birmânia<sup>63</sup>, e da imposição do militarismo. Orwell parece esquecer, também, do seu próprio posicionamento diante das relações econômicas estabelecidas entre a metrópole para com as colônias, na década de 1930, quando o autor considerava uma exploração que só beneficiava os burgueses ingleses, os quais estavam aliados aos dirigentes britânicos.

Ainda na primeira parte do ensaio, Orwell (2008b) analisa a estagnação na qual o Império Britânico se encontrava, desde a Primeira Guerra Mundial. Endossa, mais precisamente, os efeitos dentro da classe média, dividida em dois tipos opostos simbólicos: os “Blimps” e a *intelligentisia* de esquerda<sup>64</sup>. Coincidentemente, ambas são carreiras ligadas à trajetória de Orwell, que se identificava como fruto da classe média britânica.

Há trinta anos a classe dos Blimps estava claramente a perder a sua validade. As famílias da classe média enaltecida por Kipling, as prolíficas famílias incultas cujos filhos serviam como oficiais no exército e na marinha e enxameavam os lugares mais ermos da Terra, do Yukon a Irrawaddy, já estavam a desaparecer antes de 1914. (ORWELL, 2008b, p.101).

Ao averiguar esse excerto em conjunto com a trajetória de Orwell, podemos verificar uma reflexão sobre as próprias escolhas feitas pelo intelectual, ainda quando jovem, nos anos 1920.

Por volta de 1920 praticamente todos os centímetros do império colonial estava nas mãos de Whitehall. Homens bem-intencionados e sobrecivilizados, de fato escuros e chapéus pretos de feltro, com guarda-chuvas esmeradamente enrolados pendurados de esguicha no antebraço esquerdo, impunham a sua obstipada perspectiva da vida na Malaia e na Nigéria, Mombaça e Mandalei. (ORWELL, 2008b, p.101)

No imperialismo, Orwell (2008b) busca explicação para os efeitos da estagnação do Império na classe média. No excerto em destaque, o autor considera o quanto o povoado se encontrava no território britânico. Entre os colonos, Orwell chama a atenção para

63 Ver mais no capítulo 2.

64 Orwell define “Blimps” como: “coronel, a meio soldo, com pescoço taurino e cérebro diminuto, como um dinossauro”. Já a *intelligentisia* de esquerda como: “o douto, afectado, de testa abaulada e pescoço esguio” (2008b, p.100, grifo do autor).

os membros da burocracia do governo (“*Whitehall*”), que poderia ser encontrada, inclusive em Mandalei, região em que ele serviu na Birmânia e que foi o espaço onde desenvolveu a trama do seu romance *Dias na Birmânia* e dos ensaios *O Enforcamento* e *O abate de um elefante*.

Esse aumento de cargos burocráticos nas colônias, segundo o autor, levou a mudanças na dinâmica social dentro das colônias: “Os que um dia edificaram impérios foram reduzidos aos estatutos de criados, cada vez mais profundamente enterrados em montes de papéis e burocracia.” (ORWELL, 2008b, p.101). Nessas análises, compreendemos como o estado, representado na burocracia de Whitehall, foi se fazendo mais presente nas colônias e isso foi atribuindo limites aos colonizadores ingleses, reduzidos ao estatuto de criados do governo.

Eis um ponto interessante para comentarmos os dois momentos do pensamento de Orwell sobre essa fase do imperialismo britânico. No romance *Dias na Birmânia*, Orwell (2008a) já chamava a atenção para o caráter de transição que o Império Britânico passava, revelando as insatisfações dos personagens ingleses com as determinações estabelecidas por figuras da burocracia do Império na colônia.

“Tome, Macgragor, acabamos de ler este seu aviso, e todos aqui achamos essa idéia de admitir um nativo no Clube é de uma perfeita...”. Ellis pensou em dizer “de uma perfeita estupidez”, mas lembrou-se da presença da senhora Lackersteen e se conteve: “É perfeitamente inoportuna. Afinal, este Clube é o lugar aonde sempre viemos para nos divertir, e não queremos nenhum nativo bisbilhotando por aqui. Gostamos de saber que ainda existe um lugar onde nos vemos livre deles.” (...) O sr. Macgragor franziu os lábios com um ar um tanto cômico. Estava numa posição desconfortável, porque a ideia de admitir um membro nativo não fora exatamente sua, mas passadas pelos comissários. (ORWELL, 2008b, p.21 – 22)

É visível a demonstração de insatisfação dos colonizadores diante de uma ordem vinda de representante do governo para que o Clube aceitasse nativos como membros<sup>65</sup>. Em 1941, Orwell (2008b) busca justificar nessa presença do estado o desestímulo dos jovens para irem para a colônia.

No início dos anos 20, podiam ver-se, por todo o Império, os oficiais mais velhos, que tinham conhecido dias mais espaçosos, murchando impotentes sob mudanças em curso. Desse tempo em diante tem sido praticamente impossível induzir jovens com agudeza de espírito a envolver-se na administração imperial. (ORWELL, 2008b, p.101).

65 No tópico 2.4 do capítulo 2, analisamos sobre como Orwell analisa as tensões vividas pelo Império Britânico.

Acreditamos que o intelectual seja um dos exemplos de jovem sem agudeza de espírito que foi para a colônia na década de 1920, haja vista que ficou por cinco anos e abandonou o seu serviço. É fato que Orwell (2008b), ao embasar as suas explicações para estagnação do Império na incapacidade do estado de atrair jovens engajados com a administração pública, expõe um pensamento semelhante aos dos imperialistas do início do século XX, que representam uma ideologia nacionalista a qual tinha como objetivo arregimentar jovens para a causa imperialista.

No mesmo âmbito, Orwell (2008b, p.102) afirma que: “o enfraquecimento geral do imperialismo, e em alguma medida de todo o ânimo britânico, que ocorreu durante os anos 30, foi parcialmente o resultado da *intelligentia* de esquerda, em si mesma uma espécie de excrescência que germinara alimentando-se da estagnação do Império.” Dessa maneira, consideramos que Orwell busca encontrar responsáveis pela estagnação na qual a Inglaterra se encontrava, depositando no enfraquecimento do imperialismo uma de suas principais causas.

Se, na década de 1930, Orwell demonstrava satisfação em informar que em sua juventude teve contato com as ideias de Lênin, por exemplo, na década de 1940, Orwell (2008b) deposita nos intelectuais da esquerda a responsabilidade pelo enfraquecimento do imperialismo, o que nos faz pensar que aquele ódio declarado ao imperialismo, no livro *O Caminho para Wigan Pier*, quatro anos antes, arrefeceu, e que o escritor enxerga, em 1941, a política imperialista como um pilar importante para a retomada do nacionalismo britânico.

No patriotismo, encontramos a justificativa para essa posição de Orwell (2008b) diante do imperialismo. Ao explorar os “*blimps*” e os intelectuais de esquerda, o autor busca examinar dois grupos opositores: “Se fôssemos patriotas, liamos *blackwood Magazine* e agradecíamos publicamente a Deus por não sermos intelectuais. Se fôssemos intelectuais zombávamos da bandeira e considerávamos bárbara a força física.” (ORWELL, 2008b, p.104).

Para Orwell (2008b, p.102) tais convenções não poderiam mais continuar, “um docto afectado de Bloomsbury<sup>66</sup>, com sua zombaria mecanicista, é tão antiquado quanto o coronel de cavalaria” defendendo que “Uma nação moderna não se pode dar ao luxo de ter qualquer um deles. O patriotismo e a inteligência têm de se encontrar outra vez. É facto de

66 Bloomsbury era um grupo de amigos, por vezes amantes -escritores, artistas e intelectuais-, que começaram a se reunir na Londres do começo do século. Entre os “bloomsberries” mais conhecidos estiveram os romancistas Edward Morgan Forster (1879-1970) e Virginia Woolf (1882-1941), o crítico e biógrafo Lytton Strachey (1880-1932) e o próprio Keynes. (...) O que se pode dizer com mais certeza sobre o grupo é que ele foi resultado do encontro entre uma turma de alunos da elite intelectual da Universidade de Cambridge -Keynes, Strachey, Forster, Clive Bell, Leonard Woolf- com uma turma de irmãos órfãos dados às artes, os Stephen, sobrenome de solteira de Virginia Woolf. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/21/mais/9.html> > acessado em junho de 2019.

estarmos a combater numa guerra, e num tipo muito peculiar de guerra, que poderá tornar isso possível.”. Seria o próprio Orwell o exemplo de síntese resultante da coalisão proposta por ele mesmo para fortalecer a Inglaterra na Segunda Guerra? O que temos certeza é que Orwell buscava, em moldes próprios, convocar o povo a lutar por uma revolução socialista para a terra inglesa.

Uma das características da escrita de Orwell (2008b) que nos chamou a atenção se encontra no uso dos termos “Império” e “Imperialismo”. Conforme analisamos no início do capítulo dois, o uso do termo imperialismo, no final do século XIX, simbolizava uma posição de crítica à política expansionista adotada por França e Inglaterra. Ao considerarmos como Orwell fez uso dos termos em suas produções da década de 1930 e compararmos com esse ensaio da década de 1940, poderemos acessar mais um elemento da crítica do intelectual sobre o neocolonialismo britânico em dois momentos distintos da sua trajetória.

No livro *Dias na Birmânia*, publicado em 1934, a palavra imperialismo é mencionada apenas uma vez:

Desde então, cada ano tinha sido mais solitário e amargo que o anterior. O que se encontrava no centro de todos os seus pensamentos a essa altura, e envenenava tudo, era o ódio cada vez mais acerbo à atmosfera de **imperialismo** em que vivia. Pois à medida que seu cérebro se desenvolvia — não se pode deter o desenvolvimento do cérebro, e uma das tragédias dos que estudam pouco é que se desenvolvem tardiamente, quando já estão comprometidos com algum modo errado de vida —, ele foi percebendo a verdade sobre os ingleses e seu **Império**.” (ORWELL, 2008b, p.47, grifo nosso).

No trecho selecionado, podemos verificar o uso do vocábulo imperialismo pelo narrador do romance no momento em que se descreve o sentimento do personagem Flory diante de mais um aniversário completado na Birmânia. Por meio desse excerto, observa-se a crítica realizada pelo narrador, que associa o termo imperialismo à ideia de “algum modo errado de vida”, com a qual o personagem já estava comprometido e que com os estudos, mesmo tardios, estava “percebendo a verdade” sobre o que representava o Império. No mesmo romance, a palavra Império é mencionada dezessete vezes. Logo, compreendemos o objetivo de expressar a ideia de um conjunto de terras dominadas pela Inglaterra, como no caso da citação em destaque acima, ou expressa a ideia de uma forma de governo de uma determinada nação, como podemos verificar:



O *Império* Indiano era um regime despótico — de um despotismo benevolente, sem dúvida, mas ainda assim despotismo, que tinha por finalidade o roubo. (...) Existe uma idéia corrente de que os homens ligados a “postos avançados do *Império*” são pelo menos capazes e trabalhadores. Mas trata-se de uma ilusão. (ORWELL, 2008b, p.47, grifo nosso.)

Nos dois excertos destacados, identificamos que o uso do substantivo “Império” tem por objetivo expressar questões referentes ao governo e ao território, no entanto, vale ressaltar que tal substantivo se encontra em meio a um posicionamento crítico, no qual o narrador do romance de Orwell buscava descrever o sentimento do personagem.

No livro *O Caminho para Wigan Pier*, a palavra imperialismo é mencionada oito vezes por Orwell. Nas vezes em que foi apresentada, o escritor buscou criticar o poder que a Inglaterra exercia sobre as colônias, conforme podemos observar: “E, contudo, o esquerdista continua sentindo que não tem nenhuma responsabilidade oral pelo *imperialismo*. Está perfeitamente disposto a aceitar os produtos do *Império* e, ao mesmo tempo, salvar sua alma ridicularizando aqueles que seguram o *Império*.” (ORWELL, 2010, p.102-103, grifo nosso). Já a expressão Império foi mencionada por Orwell (2010) doze vezes em todo livro. Assim como no livro *Dias na Birmânia*, a palavra serviu com o objetivo de denominar as possessões de colônias sob o domínio da Inglaterra. No entanto, percebemos a referência ao Império dentro de uma ideia maior em que o autor buscou criticar a atuação da Inglaterra junto às suas colônias, conforme esta outra passagem:

Pois, em última análise, a única pergunta importante é: Você quer que o *Império* Britânico continue firme ou quer que ele se desintegre? E intimamente nenhum inglês, muito menos o tipo que faz piadas sobre coronéis indianos, realmente deseja que ele se desintegre. Pois à parte qualquer outra consideração, o nível de vida de que desfrutamos na Inglaterra depende de segurarmos bem firmes as rédeas do *Império*, em especial suas regiões tropicais, como Índia e África. No sistema capitalista, para que a Inglaterra possa viver em relativo conforto, 100 milhões de indianos têm que viver à beira da inanição — um estado de coisas perverso, mas você consente com tudo isso cada vez que entra num táxi ou come morangos com creme. A alternativa é jogar fora o *Império* e reduzir a Inglaterra a uma pequena ilha gélida e se importância, onde todos teríamos que trabalhar muito duro sobreviver, basicamente, à base de arenque com batatas. (ORWELL, 2010, p.102).

Na primeira parte do ensaio *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês*, publicado em 1941, na qual concentramos as nossas análises neste tópico, a palavra imperialismo é citada uma vez:

Mas o enfraquecimento geral do *imperialismo*, e em alguma medida de todo o ânimo britânico, que ocorreu durante os anos 30, foi parcialmente o resultado da intelligentia de esquerda, em si mesma uma espécie de excrescência que germinara alimentando-se da estagnação do Império. (ORWELL, 2008b, p.102, grifo nosso)

Observa-se, nesse excerto, certo arrefecimento da crítica ao imperialismo em comparação com as produções da década de 1930. A referência foi feita em um contexto em que Orwell busca expressar o domínio territorial e político da Inglaterra, como antes demonstrado. Porém, ele apresenta uma justificativa para o seu enfraquecimento, depositando responsabilidade nos intelectuais da esquerda pela estagnação do Império.

Por sua vez, o vocábulo Império é percebido, na mesma parte do ensaio, dezoito vezes. Em comparação com os livros da década de 1930, certificamos a preservação dos significados, usados para expressar a forma de governo adotada pela Inglaterra no período, ou em referência aos territórios que se encontravam sob o controle da Inglaterra. Não obstante, o que constamos, por meio da nossa abordagem, é a mudança do foco da crítica de Orwell (2008b). Enquanto na década de 1930 ele apontava para os males acarretados pelo império aos povos da Índia, conforme trecho no ensaio *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês*, Orwell (2008b) diversifica as suas críticas apontando para vários agentes que contribuíam para a paralisia do Império. Abaixo apresentamos:

O facto subjacente era que toda a posição da classe endinheirada há muito que deixara de ser justificável. Ali se sentavam, no centro de um vasto *império* e de uma rede financeira mundial, cobrando juros e fazendo lucros e gastando-os - em que? Era justo dizer que a vida no *Império Britânico* era em muitos aspectos melhor do que a vida fora dele. Mesmo assim, o *Império* estava subdesenvolvido, a Índia dormitava na Idade Média, domínios, estavam vazios, restringindo-se ciosamente os estrangeiros, e mesmo a Inglaterra estava cheia de bairros miseráveis e de desemprego. (ORWELL, 2008b, p.96 – 97, grifo nosso).

No excerto selecionado, observamos a crítica de Orwell (2008b) aos interesses da classe endinheirada, que, segundo o intelectual, era um dos motivos sustentadores dos domínios do Império. Podemos constatar, então, a manutenção da crítica ao imperialismo como um instrumento para atender às necessidades do capitalismo financeiro, algo presente também nas produções anteriores. O que se faz diferente na crítica do autor é que, anteriormente, Orwell criticava tudo que significava o Império, suas tradições, sua violência e sua exploração. Nesse ensaio, a refutação possui foco diferente. Observamos que o autor não

critica o modelo do Império, mas sim os agentes que o compõem, os “*blimps*”, e que para o literato o tornaram atrasado, como a burguesia, os intelectuais da esquerda e os governantes. Nessas nuances do seu pensamento, identificamos elementos que demonstram o nacionalismo de Orwell, o qual, nesse momento, encontra-se acima do seu anti-imperialismo.

Na segunda parte do ensaio, intitulada “*Lojistas em Guerra*”, Orwell (2008b) mantém uma posição em defesa da Inglaterra contra a ameaça do nazismo na Segunda Guerra Mundial. A assertiva, por conseguinte, mostra-se contrária às ideias desenvolvidas na primeira parte do texto, em que o intelectual busca se aproximar do povo inglês por meio de uma escrita nacionalista e crítica a setores determinados da sociedade. Orwell (2008b), nessa segunda parte, concentra suas refutações ao capitalismo e aos governantes. Vale ressaltar que o objetivo do crítico com esse ensaio é convocar o povo inglês para uma revolução socialista na Inglaterra, mencionado anteriormente, sendo governo e economia os pilares que Orwell deseja atacar.

É quase certo que o resultado [da guerra] dependerá da nossa própria vontade. Mas neste momento estamos abrolhados, metidos num atoleiro, e o que nos trouxe aqui foram as tolices que ainda estamos a fazer e que nos afogarão a todos se não nos emendarmos rapidamente. O que esta guerra demonstrou é que o capitalismo privado – isto é, um sistema económico em que terras, fábricas, minas e transportes são propriedades privadas e são operadas tendo em vista unicamente o lucro – *não funciona*. (ORWELL, 2008b, p. 109, grifo do autor).

Nesse sentido, o autor esclarece o que pensa ser o socialismo, estabelecendo uma comparação com o que define como fascismo. Para Orwell (2008b), o socialismo é comumente definido como “propriedade comum dos meios de produção”. Isso não significa que as pessoas não têm bens privados, como roupas e mobílias, “mas *significa* que todos os bens produtivos, como terra, as minas, os navios e as maquinarias são propriedades do Estado. O Estado é o único produtor em grande escala.” (ORWELL, 2008b, p.110 – 111, grifo do autor). Dessa maneira, o socialismo poderia resolver os problemas da produção e do consumo, questões típicas do capitalismo, segundo o autor. Não somente isso, o modo de produção socialista, segundo Orwell (2008b, p.111), seria responsável por garantir: “igualdade aproximada de salários (não precisa ser mais do que aproximada), democracia política e abolição dos privilégios hereditários, especialmente na educação.”. Sendo assim, o capitalismo britânico não funcionava porque era um sistema competitivo no qual o objetivo principal era o lucro privado, o que opunha o interesse individual do capitalista e o interesse do Estado.

O que aconteceu foi que a totalidade da classe endinheirada, sem vontade de enfrentar uma mudança no seu modo de vida, fechara os olhos à natureza do fascismo e da guerra moderna. E o falso oportunismo foi transmitido ao grande público pela imprensa sensacionalista, que vive da publicidade e está por isso interessada em manter normais as condições comerciais. (...) A Inglaterra luta pela sobrevivência, mas os negócios têm de lutar pelo lucro. Quase não se pode abrir um jornal sem ver dois processos contraditórios acontecendo lado a lado. Na mesmíssima página encontra-se o Governo pedindo-nos para poupar e o vendedor de um luxo inútil qualquer pedindo-nos para gastar. (ORWELL, 2008b, p.115).

Ainda consoante ao autor, a relação entre o capitalismo e os governantes é o fator responsável por colocar a Inglaterra na situação em que se encontrava. Ocasionalmente, observa-se o nacionalismo orwelliano, que retira a reponsabilidade da Inglaterra e a deposita nos governantes, conforme podemos verificar:

A Inglaterra é uma família com os elementos errados na cabine de comando. Somos quase inteiramente governados pelos ricos e por pessoas que ascendem a posições de comando por hereditariedade. Poucas destas pessoas são conscientemente traidoras, se é que algumas o são, algumas não são sequer tolas, mas enquanto classe são perfeitamente incapazes de nos conduzir à vitória. (ORWELL, 2008b, p.117).

Observa-se, nas críticas de Orwell (2008b) a respeito da classe dirigente britânica e sua incapacidade de liderar a Inglaterra em uma guerra, semelhança com suas opiniões a respeito das mesmas classes nos escritos da década de 1930. Consoante visto no capítulo anterior<sup>67</sup>, Orwell (2010) atribuía a responsabilidade da Primeira Guerra Mundial a uma classe dirigente marcada por velhos, confirmado pelo seguinte trecho, já citado:

Na guerra os jovens foram sacrificados e os velhos se comportaram de uma maneira que, mesmo vista depois de um tempo, é horrível de se contemplar; conservaram – se rigidamente patrióticos, em lugares bem seguros, enquanto seus filhos caíam como feixes de trigo ceifados pelas metralhadoras alemãs. E mais: a guerra fora conduzida, sobretudo por velhos, e conduzida com suprema incompetência. Ao chegar o ano de 1918, todos que tinham menos de quarenta anos sentiam uma irritação para com os mais velhos, e o espírito de antimilitarismo que naturalmente se seguiu depois do conflito se ampliou, tornando-se uma revolta generalizada contra a ortodoxia e a autoridade. Havia na época entre os jovens um curioso culto de ódio aos “velhos”. O predomínio dos ‘velhos’ era considerado responsável por todos os males conhecidos pela humanidade, e todas as instituições estabelecidas, desde os romances de sir Walter Scott até a Câmara dos Lordes, eram ridicularizadas simplesmente porque os velhos eram a favor delas. (ORWELL, 2010, p.90)

67 Mais precisamente na página 71.

Na perspectiva do excerto acima, Orwell criticava a permanência das tradições britânicas, materializada nas classes dirigentes e responsável pela morte de vários jovens que lutaram na Primeira Guerra Mundial. Ao verificarmos críticas semelhantes, em um ensaio que foi escrito em meio a uma nova guerra em que a Inglaterra se encontrava envolvida, Orwell (2008b) apontou as suas críticas para os dirigentes, os quais permaneciam ligados a pensamentos do início do século. No entanto, podemos interpretar tais críticas como uma objeção à sua própria geração, ou seja, foram depositadas expectativas de mudanças, mas que, no entanto, acabaram por ser responsáveis por preservar as estruturas políticas tradicionais, não sendo capazes, nem mesmo, de modernizar as estruturas do estado para atender aos interesses do capital. Isso pode nos ajudar a entender a insatisfação de Orwell (2008b) com os intelectuais de esquerda, analisada no tópico anterior.

Nada foi mais desolador no início desta guerra do que o modo como toda geração mais velha conspirou para fingir que era a Guerra de 1914 – 1918 outra vez. Todos os velhos estafermos voltaram às suas tarefas, vinte anos mais velhos, com a caveira mais visível no rosto. Ian Hay animava tropas, Belloc escrevia artigos sobre estratégias. Maurois fazia emissões, Bairfather desenhava *cartoons*. Era como o chá das cinco só com fantasmas. (Orwell, 2008b, p.117 – 118).

Para Orwell (2008b) o propósito dessa guerra para a “classe endinheirada britânica” e, conseqüentemente, para aqueles que administram o império, não é adquirir mais territórios, mas defender o que possui. Esse seria o objetivo do imperialismo britânico na Segunda Guerra Mundial. Para mudar essa situação, o intelectual acreditava que seria necessária uma revolução que levasse o povo a mudar, fundamentalmente, o poder. Assim expõe: “O que se quer é uma revolta aberta consciente por parte de pessoas comuns contra a ineficácia, os privilégios de classe e o Governo de velhos.” (ORWELL, 2008b, p.120). Mas reitera: “Não é primeiramente uma mudança de governo. Os Governos britânicos falando em termos latos, representam a vontade do povo e se alterarmos a nossa estrutura a partir de baixo conseguiremos o Governo que precisamos.” (ORWELL, 2008b, p.120).

### **3.2. A utopia orwelliana e as contradições a respeito do imperialismo**

Na terceira parte do ensaio, intitulada de “*A revolução inglesa*”, Orwell (2008b) expõe seu pensamento sobre a revolução socialista na Inglaterra. A utopia orwelliana se encontra em uma etapa posterior ao movimento e às expectativas depositadas pelo

intelectual no que a Inglaterra se transformaria.

O contexto da Segunda Guerra é visto por Orwell (2008b) como o período propício para o desenvolvimento de um descontentamento. Isso porque, para o intelectual, “a guerra e a revolução são inseparáveis.” (ORWELL, 2008b, p.127). Nesse caso, para Orwell, derrotar Hitler seria o marco que lançaria o socialismo na Inglaterra e, somente por intermédio da revolução, a Inglaterra seria capaz de derrotar o nazismo alemão. Para o autor, não se poderia esperar algum tipo de mudança a partir do Governo. Ele defendia que as transformações deveriam acontecer a partir de uma articulação de massa que unisse o povo em um movimento socialista. Essa seria a verdadeira revolução.

Em defesa da sua revolta, Orwell (2008b) aponta suas críticas ao Partido Trabalhista, que seria responsável pelo fracasso do socialismo na Inglaterra. Ao buscar explicar as razões para esse revés que, segundo o autor, estava associado às próprias estruturas do partido, conseguimos acessar o pensamento de Orwell sobre o imperialismo em uma etapa mais madura da sua trajetória intelectual, verificado no excerto a seguir:

Em Inglaterra, há apenas um partido socialista que alguma vez tenha contado seriamente: o Partido Trabalhista. Nunca conseguiu qualquer grande mudança, por que excepto em questões puramente domésticas nunca teve uma política genuinamente independente. Foi e é primeiramente um partido dos sindicatos, dedicado a elevar os salários e a melhorar as condições de trabalho. Isto significou que, ao longo dos anos críticos, teve um interesse directo na prosperidade do capitalismo britânico. Em particular, teve interesse na manutenção do Império Britânico, pois a riqueza da Inglaterra era em grande medida obtida da Ásia e da África. A qualidade de vida dos trabalhadores da Federação dos Sindicatos, que o Partido Trabalhista representava, dependia indirectamente do suor do assalariado indiano. Ao mesmo tempo, o Partido Trabalhista era um partido socialista, usando fraseologia socialista, pensando em termos de um anti-imperialismo ultrapassado e mais ou menos apostado em compensar as raças de cor. **Tinha de defender a “independência” da Índia, tal como tinha de defender o desarmamento e o “progresso” em geral. Contudo toda a gente estava ciente do que isto era destituído de sentido. Na era do tanque e do bombardeiro, países agrícolas atrasados como a Índia e as colónias africanas podem ser tão independentes quanto um gato ou um cão. Se qualquer Governo trabalhista chegasse ao poder com uma maioria clara e desse à Índia algo que pudesse chamar verdadeiramente “independência”, a Índia seria pura e simplesmente absorvida pelo Japão, ou dividida entre o Japão e a Rússia.** (ORWELL, 2008b, p.127 – 128, grifo nosso).

Um primeiro aspecto a ser observado no pensamento de Orwell (2008b) em relação ao imperialismo está directamente relacionado ao contexto em que se desenvolve o ensaio *O Leão e o Unicórnio*. Nele, Orwell formulou uma escrita que expusesse sua crítica ao

que foi apresentado como a antítese ao governo do Partido Conservador, então no poder da Inglaterra. Sendo assim, buscou desenvolver em seu raciocínio um tom patriótico capaz de unir o seu leitor à sua revolução.

Segundo Da Silva (2010), os críticos do intelectual dizem que o autor faz uma defesa do imperialismo com base em uma argumentação na qual defende a necessidade de manutenção do controle britânico sobre a Índia e outras colônias. Essa articulação seria uma inevitável contradição com o posicionamento crítico de Orwell na década de 1930, na qual buscava o ataque ao sistema como opressor e tirânico. Na esteira desse raciocínio, identificamos, nas ideias de Orwell (2008b), na década de 1940, a presença de características que permitem interpretar que o intelectual desejava a manutenção do imperialismo ao mesmo tempo em que encontramos aspectos em sua escrita os quais reforçam a tradição orientalista.

Sobre as políticas imperiais em um possível governo trabalhista, Orwell (2008b) aponta para três caminhos. O primeiro seria conservar a administração do Império como seus antecessores, o que significaria para o Partido Trabalhista, segundo o autor, abandonar as diretrizes socialistas. Outra política, para Orwell (2008b, p.128, grifo nosso), encaixa-se na ideia de “‘libertar’ os **povos súbditos**, resultando na prática de entregá-los ao Japão, à Itália e a outros poderes predadores, **provocando com isso uma queda catastrófica na qualidade de vida britânica**.”. A terceira via é a política defendida pelo autor, que a chamou de “política imperial positiva”, a qual tem como objetivo: “transformar o Império numa federação de estados socialistas, como uma versão mais solta e livre da União das Repúblicas Soviéticas.” (ORWELL, 2008b, p.128). O autor acredita ser essa terceira alternativa impossível de acontecer intermediada por um governo trabalhista, por isso sustenta a defesa de uma revolução.

Concentrando nossa atenção nas análises de Orwell (2008b) sobre a ideia de colocar fim à colonização britânica, constatamos as contradições do seu pensamento a respeito do imperialismo. Não podemos desconsiderar o contexto da guerra em que Orwell desenvolve seu raciocínio, mas devemos destacar outros elementos os quais apontam para as contradições do autor, que, na década de 1940, aparentemente, busca defender a permanência da soberania inglesa a despeito da soberania dos territórios colonizados. Quando Orwell (2008b) se opôs à ideia de libertação das colônias britânicas, não o faz apenas como uma estratégia militar em defesa da Inglaterra. Mas o fez pensando, também, na manutenção da qualidade de vida dos britânicos que é preservada, segundo o próprio autor, graças à exploração dos indianos, como ele mesmo destacou no livro *O caminho para Wigan Pier*, de 1937.

No sistema capitalista, para que a Inglaterra possa viver em relativo conforto, 100 milhões de indianos tem que viver à beira da inanição – um estado de coisas perverso, mas você consente com tudo isso cada vez que entra num taxi ou come morangos com creme. (ORWELL, 2010, p.102)

No ensaio *Marrackesh*, publicado em 1939, Orwell (2011) escreveu sobre a situação de miséria em que os colonos de Marrocos, colônia francesa, se encontravam:

Eu estava alimentando uma das gazelas dos jardins públicos. As gazelas são praticamente os únicos animais que parecem bons de comer quando ainda estão vivos; na verdade, é difícil olhar para seus traseiros sem pensar em molho de hortelã. A gazela que eu estava alimentando parecia saber que havia esse pensamento na minha cabeça, pois, embora aceitasse o pedaço de pão que eu lhe estendi, é claro que não gostou de mim. Ela mordiscou rapidamente o pão, depois baixou a cabeça e tentou me dar uma marrada, em seguida pegou outro pedaço de pão e tentou me dar uma cabeçada de novo. Ao que parece, sua ideia era que, se pudesse me afastar, o pão ficaria de algum modo pairando no ar. Um operário árabe que trabalhava na trilha próxima baixou sua pesada enxada e andou de lado lentamente na nossa direção. Seu olhar ia da gazela para o pão e do pão para a gazela com uma espécie de espanto silencioso, como se nunca tivesse visto algo semelhante. Por fim, disse timidamente em francês: “*Eu comeria um pouco desse pão.*” Cortei um pedaço e ele guardou agradecido em algum lugar secreto sob seus trapos. Esse homem é um empregado do município. (ORWELL, 2011, p.190)

Mesmo diante da experiência vivida no Marrocos dois anos antes ao ensaio “*Leão e o Unicórnio*”, Orwell sensibilizou-se para a situação enfrentada pelos nativos. Diante da ameaça nazista, o que podemos observar é um intelectual que colocou os interesses dos ingleses acima de princípios como da dignidade humana, algo com o que, naquele contexto, Orwell (2008b) não parecia se importar.

Nesse sentido, constatamos uma das grandes contradições do pensamento do intelectual: ele se transformou naquilo em que combatia, um inglês conformado com seu estilo de vida. Orwell (2008b) não encontrava no Partido Trabalhista um grupo capaz de provocar uma mobilização das massas a favor de uma revolução socialista, mas acreditava que aquele seria o melhor momento para o movimento socialista atrair o povo e que somente a revolução seria capaz de “produzir uma política imperial exequível em vez de uma mistura de palavreado e utopia, fazer uma parceria entre patriotismo e a inteligência – pela primeira vez, um movimento deste tipo torna-se possível.” (ORWELL, 2008b, p.132).

Além disso, observa-se que Orwell (2008b) chama os povos nativos dos países pertencentes aos domínios britânicos de “povos súditos”, uma expressão a qual reforça a



superioridade dos ingleses em relação aos demais povos do Império. O uso desse termo minimiza a importância desses povos para o Império Britânico, os quais eram vistos pelo intelectual, naquele momento, como responsáveis por garantir a qualidade de vida dos moradores da metrópole. A utilização dessa terminologia, assim como do verbo “libertar”, expõe em sua escrita características pertinentes à tradição orientalista, as quais reforçam o imaginário ocidental em que os povos do oriente não possuem desejos próprios, soberania e capacidades que lhes permitam manter-se independentes. Orwell (2008b) apresenta como sugestão a conversão do Império em uma federação de países socialistas, tratados de maneiras iguais. Em contrapartida, o que podemos constatar diante dessas afirmações é a presença de um pensamento contraditório à sua própria proposta, na qual fortalece a superioridade do povo inglês em relação aos demais.

No ensaio *Marrakesh*, identificamos o questionamento de Orwell (2011) sobre os nativos marroquinos, o qual no auxilia na compreensão sobre o porquê do intelectual tratar os colonos como súditos:

Quando a gente caminha por uma cidade como esta — 200 mil habitantes, dos quais ao menos 20 mil possuem literalmente nada, exceto os trapos que vestem —, quando vê como as pessoas vivem e, ainda mais, como morrem com facilidade, é sempre difícil acreditar que está caminhando entre seres humanos. Na verdade, todos os impérios coloniais estão baseados nesse fato. As pessoas têm faces marrons — ademais, são tantas! São da mesma carne que você? Será que têm mesmo nomes? Ou são apenas uma espécie de coisa marrom indiferenciada, tão individuais quanto abelhas ou insetos de coral? Elas se erguem da terra, suam e morrem de fome por alguns anos e depois afundam de volta nos montes sem nome do cemitério e ninguém nota que se foram. E até os túmulos logo desaparecem no solo. Às vezes, ao sair para passear, ao abrir caminho entre as opúncias, você nota que o terreno está cheio de calombos e somente certa regularidade das saliências lhe diz que está caminhando sobre esqueletos. (ORWELL, 2011, p. 190).

Nesse excerto, Orwell enxerga os colonos como uma massa homogênea, “tão individuais quanto abelhas ou inseto de coral”. Os questionamentos de Orwell (2011) são retóricos, apenas servindo de exemplos em que se justifica o imperialismo europeu. Chamamos a atenção que, tanto no texto *Marrakesh* quanto na produção *O Leão e o Unicórnio*, Orwell reforce uma tradição civilizadora do século XIX, na qual se trata os povos das regiões dominadas de maneira genérica e pejorativa, ressaltando características como a cor da pele, como aspecto de inferioridade, os quais justifiquem o domínio britânico. Dessarte, é importante ressaltarmos que essa característica não é novidade na escrita orwelliana. No segundo capítulo, analisamos questões semelhantes no romance *Dias na Birmânia*, no qual

Orwell (2008a) não deu voz para os personagens colonos sendo tratados sempre como súditos inferiores.

Ainda em *Marrackesh*, encontramos mais elementos em que o autor descreve o olhar do europeu quanto aos colonizados, o que reforça uma lógica de submissão dos povos orientais em relação aos europeus.

Numa paisagem tropical, nossos olhos captam tudo, exceto os seres humanos. Eles captam o solo seco, a opúncia, a palmeira e a montanha distante, mas nunca o camponês carpindo seu terreno. Ele é da mesma cor da terra e muito menos interessante de olhar. É só por isso que os países famintos da Ásia e da África são aceitos como locais de turismo. Ninguém pensaria em promover viagens baratas para Áreas Miseráveis. Mas onde os seres humanos têm peles marrons, a pobreza deles simplesmente não é notada. O que o Marrocos significa para um francês? Um laranjal ou um emprego no serviço público. Ou para um inglês? Camelos, castelos, palmeiras, soldados da Legião Estrangeira, bandejas de latão e bandidos. É provável que alguém pudesse viver aqui durante anos sem notar que para nove entre dez pessoas a realidade da vida é uma luta infundável, opressiva, para arrancar um pouco de alimento de um solo gasto. (ORWELL, 2011, p.191 – 192).

Uma qualidade da escrita de Orwell no ensaio *Marrackesh* é o seu olhar para o nativo. Tal aspecto deve ser entendido como positivo, contudo, o autor estabelece essa análise tendo como referencial o europeu, em uma interpretação conjunta com o ensaio “*Leão e o Unicórnio*”, o que nos permite enxergar que Orwell (2011) reforça uma tradição orientalista na qual substancia estereótipos sobre os povos colonizados. Nos registros do escritor, o europeu sempre é colocado em uma condição superior, fortificando o argumento de que as colônias são responsáveis pela manutenção da qualidade de vida dos europeus. No caso do Marrocos, a colônia proporciona boas condições para os franceses e um espaço de turismo para os ingleses, os quais sentem atraídos por uma região pobre devido às suas paisagens exóticas e ao seu povo invisível.

Outro ponto observado no ensaio *O Leão e o Unicórnio*, e que nos fez perceber as contradições do pensamento de Orwell, foi a adoção do termo “política imperial” ou “política imperial positiva” em referência ao sistema político externo do Império Britânico, o qual envolvia o domínio de povos. Conforme analisamos no tópico anterior nesse mesmo capítulo, Orwell denominou essas práticas em produções da década de 1930, e até mesmo na primeira parte desse mesmo ensaio, como imperialismo, demonstrando uma mudança na perspectiva crítica que adotava em relação a essas posturas inglesas.

Ao retomar a análise do ensaio *O Leão e o Unicórnio*, percebemos que Orwell

(2008b) apresenta um programa com seis pontos, os quais acredita ser importante para o romper revolucionário na Inglaterra rumo ao socialismo. O primeiro ponto seria a nacionalização de terra, minas, estradas de ferro, bancos e principais indústrias. Por meio da nacionalização das riquezas, dos meios de transporte e da economia, Orwell acredita ser possível colocar fim às classes dirigentes burguesas, uma vez que, intermediado pela planificação, o Estado assumiria o papel de dirigente, sendo todos os trabalhadores submetidos ao seu poder, que teria capacidade, também, de regular a produção.

A segunda proposta do programa revolucionário de Orwell seria a limitação dos salários numa escala tal que o mais alto dos rendimentos, depois de descontados os impostos, não excederia mais do que dez vezes o mais baixo. Orwell (2008b), ao propor o controle salarial, defende a ideia de que todos os cidadãos tenham melhores condições de vida, reduzindo a desigualdade entre os dois polos. Nessa perspectiva, o intelectual argumenta que sofrerá oposição, assim como nas demais, mas terá maior aceitação diante do cenário de guerra em que a Inglaterra está envolvida com a economia em crise, sendo capaz de atender aos distantes setores sociais engajando as massas no projeto revolucionário.

A terceira sugestão manifestada por Orwell (2008b, p.135) é a da “reforma do sistema educativo em termos democráticos”. Nessa ordem, Orwell sugere medidas imediatas para tornar a educação acessível aos diversos setores da sociedade inglesa, como: a abolição da autonomia das escolas de elite e das universidades e a intervenção do estado na disponibilização de bolsas de estudo, permitindo o acesso à educação a partir de aptidões. Para Orwell (2008b), a educação das escolas de elite é em parte responsável pela reprodução de preconceitos de classe. Nesse ponto, o autor relata sobre a insatisfação da classe média britânica com os preços pagos em educação. O que levou a uma redução das mensalidades nos últimos anos, mas não o suficiente para permitir um acesso, efetivamente, democrático a todos.

A crítica de Orwell à educação britânica é algo comum ao longo de sua obra. Conforme analisamos no segundo capítulo, ele é fruto dessa educação de elite, à qual teve acesso a partir de bolsas de estudo. Assim, podemos observar uma postura contrária a um modelo que afirma ser responsável por estabelecer preconceitos. No entanto, esse mesmo modelo educacional foi responsável por estabelecer os laços da juventude britânica, da qual ele foi parte, com as tradições nacionalistas inglesas, o que foi responsável por manter a renovação da política imperialista inglesa. Dessa forma, se por um lado a objeção feita por Orwell (2008b) é bastante pertinente, por outro, como mencionado anteriormente, o próprio autor parece compartilhar do objeto de sua crítica, ou seja, a ideia ratificadora de que os povos

de outras partes do Império são súditos dos ingleses e tem por missão manter a qualidade de vida metropolitana.

A partir da quarta proposição do seu plano – “Atribuição imediata do estatuto de domínio à Índia, com o poder de secessão quando a guerra acabar” - Orwell (2008b) debate questões referentes ao imperialismo britânico. Nesse, concentra-se em analisar as relações entre o governo revolucionário da Inglaterra e as Índias. Em sua exposição sobre o tema podemos observar uma série de ambiguidades as quais induzem a um pensamento imperialista.

Um aspecto exaltado por Orwell (2008b) é que pensar a descolonização, em um contexto marcado pelo belicismo das grandes potências mundiais, seria algo irresponsável por parte do governo revolucionário, haja vista que as colônias - a Índia - não apresentaria condições para se manterem independentes. Nesse caso, o fim do colonialismo britânico levaria apenas à substituição do colonizador, que segundo Orwell, passaria para o controle do Japão ou da Rússia.

Como solução para o imperialismo, Orwell (2008b) sugere que a Inglaterra, sob a égide de um governo socialista, não deveria oferecer à Índia a liberdade, algo que acreditava ser impossível, mas, uma aliança, uma parceria – a igualdade. Essa condição viria com uma cláusula de secessão, caso os indianos optassem por esse caminho. Observa-se, neste ponto, o aspecto paradoxal do pensamento do autor, o qual desejava oferecer a condição de igualdade aos indianos sem lhes garantir a liberdade.

Orwell (2008b, p.139) acredita que esse modelo de relação demonstraria credibilidade para os indianos, os quais veriam na Inglaterra uma defensora do “povo de cor” contra o fascismo. Nesse sentido, o escritor busca de toda maneira manter os domínios britânicos para garantir à Inglaterra a estabilidade para lutar contra Hitler. Ao expor seus motivos, ele acreditava que as raízes do imperialismo britânico ainda se encontravam sólidas, ao ponto que, mesmo que optassem pela cláusula da independência, os colonos não teriam condições para efetivá-la rapidamente, o que tornaria mais desastrosa para a Índia uma ruptura total entre os dois países.

Nas circunstâncias atuais, não só a Índia não pode defender-se, como só muito dificilmente será capaz de se alimentar. Toda administração do país depende de uma rede de peritos (engenheiros, guardas-florestais, ferroviários, soldados, médicos) que são predominantemente ingleses e não poderiam ser substituídos em cinco ou dez anos. Além disso, o inglês é a principal língua franca e quase toda a *intelligentia* indiana está profundamente anglicizada. Qualquer transferência para um governo

estrangeiro – pois se os Britânicos saíssem da Índia os japoneses e outros poderes entrariam imediatamente – significaria uma imensa ruptura. (ORWELL, 2008b, p.139)

Podemos verificar a dimensão do domínio britânico nas colônias, que não se restringia a uma exploração de mercado, mas sim ao controle total da administração da região comandada a qual tornava inviável um rompimento completo de maneira rápida. Isso se pauta na ideia de que, com o domínio estrangeiro, inviabilizava-se a formação de funcionários capacitados a exercer funções importantes para a organização do Estado.

Para Orwell (2008b), a Índia precisa de poder para elaborar a sua própria constituição sem a interferência britânica. A instituição de uma parceria entre Índia e Inglaterra seria importante a fim de garantir a proteção militar necessária aos indianos, assim como aconselhamento técnico. Realizando um exercício de análise histórica, Orwell (2008b, p.140) afirma que, ao longo dos últimos oitenta anos, a Inglaterra “impediu artificialmente o desenvolvimento da Índia”, apresentando dois argumentos que justificavam tal postura. O primeiro, sustentado em explicações econômicas, encontrava-se no medo da concorrência comercial, caso ocorresse um desenvolvimento industrial na Índia. O segundo, com base no pensamento imperialista, justificava-se pela facilidade de governar os “povos atrasados”.

Apresentando mais contradições em relação aos seus próprios escritos da década anterior, Orwell (2008b) incorre a eximir a Inglaterra de sua responsabilidade na exploração das Índias, apresentando, em seus argumentos, um pouco de humanidade no domínio do imperialismo britânico em relação às federação indiana: “É um lugar-comum que o indiano médio sofre mais às mãos dos seus próprios compatriotas do que às dos Britânicos. O pequeno capitalista indiano explora o trabalhador urbano desapiedadamente, o camponês vive do nascimento à morte nas mãos do usurário.” (ORWELL, 2008b, p.140).

Em suas posições, o intelectual tenta atenuar os impactos acarretados pelo domínio britânico na região, trazendo para sua argumentação o comportamento não-civilizado da burguesia indiana. Nesse sentido, consequentemente, apreende ser melhor para os próprios indianos se manterem aliados à proteção militar dos dominadores. Apresenta, logo em seguida, a sua defesa da manutenção da presença inglesa na Índia, uma relativização das consequências do passado de dominação desse povo na região:

Mas tudo isto é um resultado indirecto do domínio britânico, que semiconscientemente tem por objectivo manter a Índia tão atrasada quanto possível. As classes mais leais aos britânicos são os príncipes, os senhores rurais e a comunidade empresarial – em geral, as classes reacionárias que se

dão razoavelmente bem com o *status quo*. No momento em que a Inglaterra deixasse de estar perante a Índia como um explorador, o equilíbrio de forças ficaria alterado. (ORWELL, 2008b, p. 140)

Observamos, novamente, uma mudança de posicionamento em relação ao imperialismo por parte do intelectual quando comparado com o que foi escrito no início da década de 1930. Nesse momento, encontramos um Orwell (2008b) pouco crítico, tentando minimizar os efeitos da colonização para o povo indiano. Pelo que já analisamos no capítulo anterior, afirmar que o desenvolvimento indiano foi impedido de forma “semiconsciente” é algo a se considerar leviano por parte de Orwell. Todavia, é importante mantermos em pauta que o ensaio *O Leão e o Unicórnio: O socialismo e gênio inglês* tem como objetivo a convocação dos britânicos para a revolução socialista, o que poderia justificar a mudança do tom por parte do autor, mas não minimiza a sua responsabilidade como intelectual.

Outro paradoxo na afirmação de Orwell pode ser encontrado na ideia de que a Inglaterra, sem conceder o estatuto de independência para a Índia, deixaria de explorar economicamente a região, o que, segundo o autor, levaria ao equilíbrio de forças entre os dois povos. Entretanto, é importante ressaltarmos aqui, como anteriormente posto, a afirmação dita por Orwell de que entregar a liberdade às colônias levaria à queda da qualidade de vida na Inglaterra, o que seria ruim para os interesses dos britânicos. Ou seja, o autor procura convencer os ingleses a se unirem à revolução buscando preservar os domínios do Império Britânico, os quais seriam responsáveis pela manutenção do padrão de vida dos ingleses. Ao mesmo tempo, esforça-se a persuadir os indianos que, ao se manterem ligados à Inglaterra, serão tratados de maneira igual e não mais serão explorados.

Seguindo seu raciocínio, Orwell (2008b) se aplica a convencer ingleses e indianos de que somente essa parceria entre os dois povos iria garantir o desenvolvimento da Índia. Outra vez, observa-se um pensamento imperialista, estruturado na missão civilizadora europeia, em que o autor acredita que somente com a aliança junto aos ingleses se formaria na Índia uma população capacitada a assumir as rédeas administrativas em um futuro próximo. O que Orwell (2008b, p.141) propôs foi a formação de uma federação nos moldes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S), garantindo à Índia o estatuto de domínio com a garantia incondicional de secessão, até que o “mundo deixe de ser governado por bombardeiros”.

Nos causa surpresa Orwell (2008b) continuar em insistir na manutenção da submissão dos indianos em relação aos britânicos em 1941, sendo que dois anos antes, no ensaio *Marrakesh*, ele admitiu, assim como fez nos escritos da década de 1930, ser uma

relação sustentada pela mentira do europeus para com os colonos, e a criação de uma federação, mesmo com a cláusula, nas condições apresentadas por Orwell (2008*b*), parece-nos mais uma enganação.

Mas há um pensamento que todo homem branco (e nesse sentido, não importa nada se ele se diz socialista) tem quando vê um exército negro passando. “Por quanto tempo ainda poderemos continuar enganando essa gente? Por quanto tempo, até que eles virem suas armas na outra direção?” Era curioso, de fato. Cada homem branco que estava lá tinha esse pensamento guardado em algum lugar da cabeça. Eu tinha, assim como os outros espectadores, os oficiais em seus cavalos de batalha e os oficiais não comissionados que marchavam nas fileiras. Era um tipo de segredo que todos conhecíamos e éramos espertos demais para contar; só os negros não o conheciam. E, de fato, ver a longa coluna era quase como observar um rebanho de gado, dois ou três quilômetros de homens armados, fluindo pacificamente pela estrada, enquanto as grandes aves brancas voavam sobre eles na direção oposta, reluzindo como pedaços de papel. (ORWELL, 2011, p.193).

Os dois últimos pontos levantados pelo intelectual em seu programa governamental ainda fazem referência à política externa da Inglaterra. No quinto tópico, Orwell (2008*b*, p.135) defendeu a “formação de um Conselho Imperial Geral, no qual os povos de cor estejam representados”. A ideia sugerida, no caso da implementação de um governo socialista na Inglaterra, seria uma continuidade do projeto de transformar o Império em uma federação. Em seu raciocínio, para ocorrer a atração dos colonos em apoio à federação seria necessário a criação de um organismo que lhes representasse. A criação desse Conselho Imperial é vista como uma forma de criar confiança entre os povos, garantindo a manutenção da parceria entre os envolvidos.

O sexto ponto proposto pelo intelectual é o de que a Inglaterra realize uma aliança formal com as vítimas dos poderes fascistas, especialmente a China. Segundo Orwell (2008*b*), essa postura britânica junto à diplomacia internacional levaria a Inglaterra a ser vista na guerra como a responsável por proteger os povos pacíficos contra as agressões do famigerado sistema.

Sobre a aplicação do seu programa político, Orwell (2008*b*) revela ser impossível sua ocorrência na conjuntura política estabelecida na Inglaterra desde o século XIX, e até mesmo impossível em um governo do Partido Trabalhista caso, porventura, assumisse o poder da Inglaterra. Contudo, a guerra trouxe esperança para Orwell (2008*b*), que encontra nas circunstâncias do contexto vivido mais condições para transformar a segunda guerra em um conflito revolucionário. Com esse objetivo, o autor convoca seus leitores a

lutarem, primeiramente, pela realização de eleições conforme previsão constitucional, algo que acreditava ser difícil em meio à guerra. Porém, mesmo sem eleições, ele acreditava em um movimento popular capaz de acabar com as velhas classes dirigentes.

Orwell (2008*b*) esperançava que, caso a Inglaterra não fosse dominada pelo exército nazista, nasceria um movimento socialista autêntico inglês<sup>68</sup>, algo nunca visto no país, nem mesmo nos partidos opositores, como o Partido Trabalhista.

Em seu levante socialista, o intelectual volta a criticar os articuladores da esquerda e os marxistas, os quais identifica como seus inimigos. Aqueles, que segundo o autor, denunciarão o movimento acusando-o de fascista. Para Orwell (2008*b*), a implantação de um governo socialista inglês levaria à transformação da nação “de cima a baixo”, acentuando as marcas peculiares da civilização britânica. O autor defende um governo não doutrinário, nem lógico. Como pauta, sugere colocar fim à Câmara dos Lordes, mas não fim à monarquia. Aponta para os possíveis anacronismos acarretados pela revolução, como o caso da manutenção dos juízes “com a sua ridícula peruca de crina de cavalo e o leão e o unicórnio nas insígnias do quépi do soldado.” (ORWELL, 2008*b*, p.144).

Orwell (2008*b*) defende a formação de um governo socialista e democrático, sem a ditadura de classes, em que será feita a coalisão entre Partido Trabalhista, sindicatos, classe média e novos burgueses, formando um corpo dirigente a partir de uma nova conjuntura indeterminada de trabalhadores especializados, peritos técnicos, aviadores, cientistas, arquitetos e jornalistas, pessoas mais adaptadas às transformações vividas na sociedade.

Na utopia orwelliana, o governo socialista inglês “nunca perderá o contacto com a tradição de cedências mútuas e a crença numa lei acima do Estado.” (ORWELL, 2008*b*, p.144). Ele é favorável ao fuzilamento de traidores, após o julgamento solene. Acredita também no “esmagar” rápido e “cruel” de qualquer revolta aberta, mas com pouca interferência nas palavras ditas ou escritas. Deseja a manutenção do pluripartidarismo, permitindo a existência de facções revolucionárias e seus jornais marginalizados. Orwell (2008*b*) se posiciona contrário à Igreja e a favor de um estado laico, sem perseguição religiosa, pois acreditava que a revolução teria a oposição da Igreja Católica, mas conquistaria o apoio dos anglicanos e das seitas inconformistas.

Para a política econômica, o intelectual mantém as sugestões realizadas no início do ensaio. Nesse sentido, o autor defende a nacionalização da indústria, com a

68 A ênfase dada por Orwell é justificada pelo fato, segundo o autor, do marxismo ser uma teoria alemã interpretada pelos russos e transplantada para Inglaterra, o que não cativou o coração dos britânicos. O que tornaria esse movimento, que defende, diferente e específico para a Inglaterra.



realização de uma política de redução das diferenças salariais. Ainda, reitera a necessidade de se construir uma educação democrática acessível a todas as classes.

Orwell (2008b) ratifica a vontade de transformar o Império Britânico em uma federação de estados socialistas, libertando os colonos da opressão do oficial britânico usurário, mas mantendo-os sob a mesma bandeira. Nesse novo governo, a Inglaterra seria mais temida do que o regime vigente, pois as estratégias militares serão de um estado em revolução, sem temor de atacar países neutros e hostis ou incitar rebeliões nativas de colônias inimigas.

Parecendo voltar para a realidade, Orwell (2008b) constata viver em uma Inglaterra que pouco se alterou, mesmo em meio à Segunda Guerra Mundial, e se questiona: “por que me atrevo a dizer que todas estas coisas ‘irão’ acontecer?” (ORWELL, 2008b, p.145). E mais uma vez sustenta seu pensamento no momento histórico vivido na Inglaterra, o qual permite enxergar o futuro, que, para o autor, existiria apenas por meio da revolução, porque acreditava que, com as estruturas sociais vigentes, a Inglaterra não seria capaz de vencer os alemães.

Repetidamente, Orwell (2008b) aponta suas críticas para a esquerda inglesa, declarando que a guerra não é o caminho para atitudes antibritânicas, usual ao socialista. Ao contrário, reforça que se deve canalizar o patriotismo em torno da sobrevivência das suas tradições, buscando, se necessário, o apoio americano, pois, uma vez caída a resistência britânica, cairá todo o mundo inglês, afirma Orwell (2008b). Em seu ponto de vista, a Inglaterra precisaria resistir a um período de até três anos de bombardeiros, tornando-se o “para-choque do mundo”, para que evitasse a formação de um império nazista o qual dominaria a Europa, África e Oriente Médio, isso se a Rússia viesse a resistir a um possível ataque.

Um fato consolidado para Orwell (2008b, p.148) é que o “capitalismo do tipo *laissez-faire* está morto” e que a Segunda Guerra representava a luta pelo tipo de sociedade do futuro próximo. Estavam lutando a democracia versus o totalitarismo. Sendo a democracia, mesmo em sua forma imperfeita, a grande inimiga mortal do totalitarismo, em sua opinião.

Novamente, observamos as contradições do pensamento de Orwell (2008b) à medida em que aponta para a ameaça da vitória de Hitler. Para o pensador, sob o domínio nazista, os “povos de cor” seriam reduzidos a escravos. No entanto, ele apresenta críticas à forma de atuação do Império Britânico, apontando que, em mais vinte anos, a Índia se tornaria uma república camponesa. Essas objeções são realizadas para reforçar o seu programa político, o qual defendia que o melhor caminho para as colônias seria a união em uma

federação socialista revolucionária, pois, lutando juntas e canalizando o patriotismo britânico, seriam capazes de combater Hitler.

Orwell (2008b) usa de um argumento relativista para criticar o imperialismo britânico, ao afirmar que, caso derrotados em sua intentona socialista, eles entregariam suas próprias vítimas a novos senhores. Para Orwell (2008b), não há possibilidade de comparação entre britânicos e os fascistas, os quais, afirma, têm menos escrúpulos.

O autor considera que a civilização de língua inglesa seria o único obstáculo no caminho de Hitler, e, para a sobrevivência da Inglaterra e da democracia, a revolução seria o antídoto contra a apatia, garantindo a sobrevivência britânica. “A ruína da Inglaterra só poderia ser levada a cabo por um governo inglês agindo sob as ordens de Berlim” (Orwell, 2008b, p.100). Portanto, lutar tornava-se o único caminho para defender a democracia e a cultura inglesa.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Iniciamos esse trabalho com o objetivo de compreender o pensamento de George Orwell a respeito do imperialismo britânico. É inegável que os fatores que nos levaram a estudar esse intelectual estavam ligados aos seus principais livros “*Revolução dos Bichos*” e “*1984*”. Esses livros fizeram parte da nossa formação tanto no ensino médio quanto, principalmente, no ensino superior, quando iniciamos trabalhos nos quais buscávamos analisar as críticas do autor ao totalitarismo.

Ao longo da nossa trajetória de pesquisa, deparamos com um volume considerável de estudos sobre o autor, bastante debatidos na literatura estrangeira, e, em menor volume, na literatura nacional. Diante da fortuna crítica, encontramos o nosso primeiro desafio: circunscrever o tema da nossa pesquisa. No primeiro capítulo, pretendemos explorar esse desafio, concentrando nossa análise nos estudos desenvolvidos dentro das ciências humanas no Brasil. Apesar do recorte, não foi um exercício fácil. Debruçamo-nos sobre dezenas de pesquisas, verificando quais caminhos trilhados, quais abordagens realizadas e quais produções do autor foram analisadas. Nesse momento, encontramos aspectos semelhantes entre esses trabalhos. O que nos mais chamou a atenção foi a concentração de pesquisas que estudaram a distopia “*1984*”. Nesse sentido, sentimos a necessidade de explorar uma outra fase do pensamento de Orwell nos anos iniciais da sua trajetória

intelectual: as produções ligadas às suas experiências coloniais.

Ao circunscrevermos o nosso campo de análise, reduziu-se, consideravelmente, o número de trabalhos os quais pesquisaram questões relativas às críticas de Orwell sobre o imperialismo. Isso explica porque concentramos nossa análise em três produções da vasta fortuna crítica, além de demonstrar a contribuição da nossa pesquisa para as ciências humanas, especialmente para os estudos em Orwell.

Continuando o nosso périplo junto à fortuna crítica do intelectual, intentamos apontar como os comentadores de Orwell tratavam as críticas do autor sobre o imperialismo. Esse aspecto foi norteador do nosso trabalho, visto que encontramos, junto à análise de parte dos comentadores, divergências sobre as críticas do autor estudado acerca do imperialismo. Conforme exploramos, ainda no capítulo um, parte dos comentadores do crítico buscaram defender Orwell como um intelectual anti-imperialista, enquanto que, outra parte - e nos chamou atenção as críticas de Edward Said - analisou Orwell como um intelectual que se encontrava inserido nas tradições britânicas do século XX, e que isso estava presente em suas produções. Por esse motivo levantamos o problema para o debate: Seria Orwell um intelectual anti-imperialista? Ou seria Orwell um intelectual orientalista?

Essa discussão nos permitiu acessar parte das críticas sobre o autor encontrando várias interpretações sobre suas produções, o que alimentou o nosso desejo por compreender o pensamento orwelliano sobre o imperialismo em diferentes etapas da sua trajetória intelectual de mais de duas décadas. Ainda, objetivamos compreender o imperialismo britânico no século XX a partir das obras de Orwell.

Em torno desse objetivo, desenvolvemos o segundo capítulo dessa dissertação. Partindo para o estudo de parte da produção de Orwell na década de 1930, analisamos o imperialismo britânico após a Primeira Guerra Mundial, tanto nas contribuições literárias quanto na própria trajetória do autor. Exploramos em dois livros e dois ensaios, que foram escritos a partir das experiências coloniais de Orwell - *Dias na Birmânia*, *O Caminho para Wigan Pier*, *O enforcamento* e *O abate de um elefante* - elementos que nos auxiliassem a compreender as engrenagens do Império Britânico tanto na metrópole quanto nas colônias. Dessa maneira, analisamos as características da educação pública britânica no século XX, tensões sociais ocorridas no período após a Grande Guerra e as teorias sobre o imperialismo lançadas no início do século XX, presentes na escrita de Orwell, tais aspectos pertinentes ao imperialismo na Europa. Examinamos, também, pontos pertinentes às colônias britânicas, como: a dinâmica social, os privilégios britânicos, os abusos cometidos pelos colonizadores aos nativos, a ausência dos princípios liberais no tratamento dos colonos e a exploração

econômica. Esses vários fatores foram debatidos à medida em que apresentávamos considerações sobre as produções de Orwell.

Sendo assim, observamos que, nas obras da década de 1930, Orwell possuía uma postura mais crítica ao imperialismo britânico. Em consonância, depreendemos que Orwell possuía características permissivas às críticas que o colocavam na esteira dos escritores orientalistas, na concepção saidiana.

No terceiro capítulo, concentramos nossas análises em dois ensaios, *Marrackesh* e *O Leão e o Unicórnio: o socialismo e o gênio inglês*. Ambos foram escritos em meio à Segunda Guerra Mundial, o primeiro em 1939 e o segundo em 1941. O que se observou a partir dessas produções foi a mudança de postura do autor em relação ao tema imperialismo. Se, em suas obras anteriores conseguimos abarcar vários aspectos críticos ao colonialismo britânico, nesses dois ensaios, Orwell apresenta visões sobre a colonização e sobre os colonos as quais se apresentaram surpreendentes.

Em *Marrackesh*, escrito enquanto Orwell prestava serviço na região, ele trata os nativos como se fossem todos iguais, sem se preocupar com as características pertinentes a cada uma das etnias presentes na formação daquele povo. Em *O Leão e o Unicórnio*, Orwell se dedica a defender a Inglaterra contra Hitler e a convocar os ingleses para uma revolução impulsionadora do socialismo. Para atingir seu objetivo, o escritor adota um discurso nacionalista, poupador de críticas aos ingleses, elegendo como alvos a serem criticados: os dirigentes, aos militares e a intelligentsia de esquerda, o que na opinião de Orwell são responsáveis pela estagnação em que o Império vivia.

Nesse ensaio, o intelectual se coloca contrário à libertação das colônias britânicas, justificando que elas seriam dominadas pelos seus adversários japoneses e alemães. Além disso, reforça discursos nacionalistas do século XIX, os quais criticou em anos anteriores, quando defendeu a manutenção do imperialismo como forma de manter a qualidade de vida dos ingleses. Ou seja, manter a qualidade de vida de quem efetivamente importava.

Apontamos, no capítulo três, as contradições do pensamento orwelliano. Buscamos, em todo período, levar em consideração o contexto em que o intelectual escrevia, o que nos motivou, também, a analisar a sua responsabilidade. Compreendemos que Orwell alterou em sua escrita a aplicação dos termos Império e imperialismo: se, na década de 1930, o autor usava desses substantivos em momentos de críticas à política externa britânica, nesse ensaio, ele relativizou suas posturas adotando termos como “política externa britânica”, por exemplo. Tudo isso reforça as objeções dos comentadores, apresentados no capítulo um, os

quais não enxergavam em Orwell um anti-imperialista, mas sim, mais um orientalista.

Finalizamos essa dissertação com mais dúvidas do que respostas. Ficamos a nos questionar o que levou os comentadores a ignorarem parte da obra de Orwell e reduzir dezenas de escritos ao rótulo de anti-imperialista. Questionamos o porquê de a academia brasileira ter pouco interesse em outros temas presentes nas discussões do intelectual, afinal, seu pensamento é complexo e contraditório, como afirma Raymond Williams. Orwell debate sobre o imperialismo, o totalitarismo, o nacionalismo, os intelectuais, o socialismo, o stalinismo. Em 2019, podemos observar que “1984” é visto como uma crítica a sociedade moderna. No entanto, sua obra é extensa e suas contribuições para as ciências humanas são grandiosas.

Assim, é oportuno entender que, em 1949, o autor de umas das mais vendidas distopias do mundo se encontrava frustrado com os rumos do socialismo soviético - isso desde 1937. Insatisfeito com a capacidade de mobilização do cidadão contra seus dirigentes observava o crescimento bélico de algumas nações e criticava a capacidade da Inglaterra de se modernizar, ao mesmo tempo em que essa tecnologia seria apossada pelo Estado como forma de estabelecer controle do cidadão, em meio a um totalitarismo fracassado, mas que levou as democracias a se apropriarem de características para garantir projetos de poder. Acima de tudo, é importante entendermos que Orwell foi um homem do seu tempo, e a sua capacidade de estabelecer críticas ao seu próprio tempo, sem o distanciamento histórico, é uma das suas principais lições.

Nessa dissertação buscamos analisar apenas uma das contribuições e nos deparamos com um intelectual paradoxal. Imaginemos o quanto podemos aprender com Orwell. Eu aprendi muito e espero que de alguma maneira essa pesquisa possa ter contribuído em sua formação, meu caro leitor.

## REFERÊNCIAS

BAMFORD, James. **They Know Much More Than You Think.**” *New York Review of Books*. Disponível em <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2013/aug/15/nsa-they-know-much-moreyou-think/.2013>> acessado em janeiro de 2019.

BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder:** dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOLSANELLO, M. A.. **Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras.** *Educar em Revista*, Curitiba, v. 1, n.12, p. 153-165, 1996.

CONTI, Thomas Victor. **Guerra Capitais – um estudo sobre as transformações na competição econômica e na rivalidade política internacional: a Hegemonia da Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha de 1803 a 1914. 2015. 267f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.** Campinas, SP: [s.n.], 2015.

COSTA, Carolina da Purificação. **“Una resolución, luchar hast’al fin!”:** a experiência da Guerra Civil Espanhola nos escritos de George Orwell. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado em

História). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana - BA, 2013.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Onda sobre azul, 2006.

DA SILVA, Matheus Cardoso. dissertação “**O último homem da Europa**: A luta pela memória no universo não ficcional da obra de George Orwell. 2015. 254f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 1996. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/21/mais!/9.html>> acessado em junho de 2019.

G1. São Paulo, 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/05/20/1984-e-a-revolucao-dos-bichos-por-que-george-orwell-e-o-unico-classico-na-lista-de-mais-vendidos-de-ficcao-no-brasil.ghtml>> acessada em 21 de maio de 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.

HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A Era dos Impérios 1875 – 1914**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOBSON, John A. *A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada* trad.port., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IRWIN, Robert. **Pelo Amor ao Saber**: os orientalistas e seus inimigos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

KAUTSKY, Karl *Finance-Capital and Crises*, (1911) disponível em <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>>, acessado em 30 de março de 2019.

KIPLING, Rudyard. The White man's burden. Disponível em <<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/imperialismo/>> acessado em maio de 2019.

LENIN, V.I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo** trad. portuguesa, São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo* trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MANDELBAUM, David G. *The Study of Life History: Gandhi*. Current Anthropology, Vol. 14, No. 3 (Jun.,1973), p. 177 – 206. < <http://www.jstor.org/stable/2740760>> acessado em junho de 2018.

MATOS, Jacinta Maria. “**The Road From Mandaley**”, **Orwell e o imperialismo**. Universidade de Coimbra – Portugal, 2006. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6579.pdf>> acessado em maio de 2018.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Colonialismo, imperialismo e desenvolvimento econômico europeu**. 2003. 292f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, [s.n.], 2003.

MATTOS, André Luís Lopes Borges de. **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944 – 1982)**. 2007. 351f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

MCQUADE, Brendan. “*The road from Mandalay to Wigan is a long one and the reasons for taking it aren’t immediately clear*”: *A World-System Biography of George Orwell*. Pittsburgh – USA: University Library System – University of Pittisburgh, 2015.

MYINT, U. *Myanmar’s GDP Growth and Investiment: Lessons from a Historical Perspective*. In: SKIDMORE, M; WILSON, T. *Diactatorship, disorder and decline in Myanmar*. Camberra: ANU E Press, 2008.

NETO, Ricardo Bonalume. **George Orwell: a busca da decência**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

NEWSINGER, John. **George Orwell: uma biografia política**. Lisboa – Portugal: Antígona, 2010.

O GLOBO. São Paulo, 2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/vendas-de-1984-disparam-apos-fatos-alternativos-apresentados-por-trump-20821051>> acessada em 25 de julho de 2019.

ORWELL, George. **O enforcamento**. IN: PIZA, Daniel (org.); ORWELL, George. **Dentro da Baleia e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2005a.

ORWELL, George. **O abatimento de um elefante**. IN: ORWELL, George. **Dentro da Baleia e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2005b.

ORWELL, George. **Por que escrevo**. IN: ORWELL, George. **Dentro da Baleia e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2005c.



ORWELL, George. **Dias na Birmânia**. São Paulo: Cia das Letras, 2008a.

ORWELL, George. **O Leão e o Unicórnio**: O socialismo e gênio inglês. *IN*: ORWELL, George. **Por que escrevo e outros ensaios**. Lisboa - Portugal: Antígona, 2008b.

ORWELL, George. **O Caminho para Wigan Pier**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

ORWELL, George. **Marrakesh**. *IN*: ORWELL, George. **Como morre os pobres e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

PONTES, Heloisa. "Círculo de Intelectuais e Experiência Social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº 34, pp. 57-69, 1997.

QUIJANO, Anibal. *The Return of the Future and Questions about Knowledge*. *Current Sociology*: 2002, pags. 75-87.

RODDEN, John. **George Orwell: The Politics of Literary Reputation**. New York: St. Martin's Press: 1989

SAID, Edward W. **Orientalismo**: O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. 2ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2005a.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual**: As Conferências Reith de 1993. São Paulo – SP. Cia das Letras, 2005b.

SCOTT, David. **Kipling the Orient, and Orientals**: "Orientalism" Reoriented? *In*: *Journal of World History*. Vol. 22, Nº2: University of Hawai'i Press, 2011.

SEVERO, Cristine Gorski; DE PAULA, Adna Candido. **Interdisciplinaridade** *In*: No mundo da linguagem: Ensaios sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2010. Pags. 21 – 45.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: Entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. *In*: Rémond René (Organizador). Por uma história política. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2003.

XAVIER, Elton Dias. **Da Utopia De Bellamy À Distopia De Orwell: A Viragem Distópica No Século XX. 2016. 169f.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN. Immanuel. **O universalismo europeu:** a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WIN, Kyaw Zaw. **A history of Burma Socialist Party (1930-1964).** PhD thesis, School of History and Politics, University of Wollongong, 2008.